

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Rita de Cássia Fraga Machado

**DEMITIDOS DA VIDA: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA BASE DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS ?**

Porto Alegre

2009

**Rita de Cássia Fraga Machado**

**DEMITIDOS DA VIDA: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA BASE DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS ?**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -  
UFRGS como requisito parcial para obtenção  
do título de mestre em Educação.**

**Orientador:**

**Prof.º Dr.º Jorge A. Rosa Ribeiro**

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e  
Movimento Sociais.**

Porto Alegre

2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO-CIP

---

M149d Machado, Rita de Cássia Fraga

Demitidos da vida : quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)? [manuscrito] / Rita de Cássia Fraga Machado. – 2009. 131 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2009. Orientação: Jorge A. Rosa Ribeiro

1. Movimento dos Trabalhadores Desempregados – Sujeito – Identidade. 2. Movimentos sociais. 3. Movimentos sociais populares – Educação popular. I. Ribeiro, Jorge Alberto Rosa. II. Título.

CDU: 316.422.3:331.56

---

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes - CRB 10/463

*Ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados  
pelo o que são e o que representam!*

## *Agradecimentos*

Em especial ao meu orientador professor *Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro*, pela sinceridade sempre fazendo desconstruções radicais e amorosas, problematizando as constatações e abrindo horizontes sempre valorizando minhas ideias.

Um obrigada ao professor *Danilo Romeu Streck*, que me desafiou e possibilitou a atuação permanente no grupo de pesquisa da Unisinos: Mediações Pedagógicas e Participação, hoje um membro importante na minha banca de mestrado. Também pela sua amizade e diálogos.

E a professora *Conceição Paludo*, amiga, companheira, que me inspirou decisivamente na minha opção de vida e de classe contribuindo assim para a minha formação de consciência.

À professora *Marlene Ribeiro* pela sua existência, sempre me desafiando “a ler Marx”.

A amiga e companheira *Juliana Leal*, sempre leal a mim, pela acolhida na sua casa durante estes três meses de escrita, pela amizade, pelas “barras seguradas” e claro pelas correções de português, “eterna amiga”. Ao *Joel*, seu irmão, também muito solidário a mim, obrigada, meus queridos.

A minha amiga de Rebeldia *Cheron Zanini*, por me ensinar, estando sempre comigo, desde os tempos de iniciação científica o verdadeiro valor e sentido da rebeldia, “tão necessária para o processo de transformação social”.

A *Jaqueline* amiga de adolescência que mesmo longe me mandava boas energias.

À *Elaine de Borba*, sogra, mãe, por cuidar dos meus filhos neste tempo de “cultura de dor”.

A minha avó e madrinha *Rosalina Fraga* que mesmo não entendendo o que eu faço sempre me apoiou e aquele companheiro fiel, preciso e generoso, meu pai *Orivaldo Machado*, obrigada por estarem sempre ao meu lado e acreditarem em mim, me dando forças.

Ao *Marcelo de Borba*, meu amor e companheiro, cuja compreensão, apoio concreto foram importantes neste momento e *aos meus filhos* amados: *Sophia*, *Santhiago* e *Bernando*.

Agradeço também à *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, pela bolsa concebida e também ao *CNPq*.

*É difícil defender só com palavras a vida (ainda mais quando ela é esta que se vê,  
Severina). João Cabral de Melo Neto*

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema central *os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregado (MTD)*. A principal pergunta geradora que orientou a investigação realizada foi: *Quem são os sujeitos da base do MTD?* O objetivo principal do trabalho centrou-se em compreender profundamente quem são estes sujeitos da base. Na tentativa de entendermos alguns elementos de identidade do Movimento, o foco do olhar tentou captar os Sujeitos no Movimento. Os interlocutores empíricos foram homens e mulheres assentados em Gravataí, bem como quatro militantes da coordenação do Movimento, estes chamei de preâmbulos de pesquisa. Eles encontram-se no espaço-tempo do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Gravataí-RS. A metodologia de investigação deu-se através de observação, entrevistas semi e não estruturadas, leitura e pesquisa em materiais como atas, relatórios das reuniões do Movimento da Consulta Popular – MCP, bem como uma pesquisa já realizada e sistematizada pelo Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP. O MTD é um Movimento “criança” ainda, possui oito anos de idade. Com isso fez-se necessário repensar alguns aspectos históricos e visitar outros. Através de interlocutores teóricos, como Karl Marx, Marlene Ribeiro, Conceição Paludo, Paulo Freire, Danilo Sctrek, Jorge Ribeiro, Darcy Ribeiro, Milton Santos, dentre outros. Nesse sentido, sugerimos uma revisita à história do Brasil, principalmente entender o processo de formação do povo brasileiro (territorialização/desterritorialização). Neste trabalho também iremos reafirmar que o MTD é um Movimento Social de classe, ou seja, um movimento que é formado por homens e mulheres pobres da periferia. E na última parte deste trabalho dá-se a compreensão de *quem são estas pessoas*, fomos à busca dos homens e das mulheres concretos, de carne e osso de sonhos e desejos. Estes sujeitos da base se mostram como protagonistas de um tempo de possibilidades, como sujeitos resistentes e criativos; adaptados e conformados; sujeitos individualistas indiferentes; como sujeitos na tensão territorializados/desterritorializados; como sujeitos de diálogos/antidiálogos. Partimos da ideia de que o desemprego é uma “invenção social”. Concluímos, portanto que os homens e mulheres “pesquisados” são produtos de um processo permanente de exclusão social, assim a situação de desemprego e também a década de 1990, isoladamente, não definem a identidade destes sujeitos. Por isso, o assentamento pode ser compreendido como espaço social elaborado pelos homens e mulheres históricos, situados e datados que moram lá, guardando em si, que o espaço é político e ideológico, pois o Movimento dos Desempregados (MTD) integra o contexto social, político e ideológico do qual faz parte. Tenho a certeza que a pesquisa aqui cumpriu seu compromisso social, ético e político de transformação das pessoas. Eu, sem dúvida, me transformei, nós sem dúvida nos transformamos.

**PALAVRAS CHAVES:** identidades, sujeitos, movimento social, classe social, educação popular.

## ABSTRACT

This thesis' main theme is *the subjects of the Movement of Unemployed Workers (MTD)*. The main generating question that oriented our investigation was: *Who are the subjects of MTD's base?* The main objective of this work focused on comprehending deeply these base subjects. While trying to understand some elements of the movement identity, the focus of our sight tried to captivate the Subjects in Movement. The empirical speakers were local men and women from Gravataí, as well as four militants from the movement's coordination, which I called preambles of research. They are localized in the *assentamento* of the Movement of Unemployed Workers in Gravataí – RS. The methodology of investigation combined observation, semi and non structured interviews, reading and research of specific material such meeting records, reports from the Popular Consult Movement – MCP along with a survey already systemized by the Center of Multi-professional Assistance – CAMP. MTD is still a “child” movement, it is only eight years old. Therefore, it became necessary to rethink and revisit some historic aspects. Through theoretical references, such as Karl Marx, Marlene Ribeiro, Conceição Paludo, Paulo Freire, Danilo Streck, Jorge Ribeiro, Darcy Ribeiro, Milton Santos, along with others. In this sense, we suggest a revisitation of Brazilian history, particularly the formation of Brazilian people (territorialization and desterritorialization). In this work we also reaffirm that MTD is a social movement with a class-oriented perspective, that is, a movement formed by men and women from a suburbs. And in that last part of this work, asking *who these people are*, we tried to find the men and women, made from skin and bones, dreams and wishes. These base subjects reveal themselves as protagonists of a time of possibilities, resistant and creative subjects, adapted and conformed, individualistic and indifferent, as subjects of the territorialized/desterritorialized tension; as subjects of dialogue/antidialogue.

We start our investigation from the idea that an employment is a “social invention”, drawing the conclusion that the men and women researched are products of a permanent process of social exclusion. Therefore, neither an employment nor the 1980's, if taken isolated, defines the identity of these subjects. That is why the *assentamento* can be considered a social space built by historical, situated and dated men and women that live there, keeping it clear that it is a political and ideological space since the MTD forms the social, political and ideological context to which it belongs. I am sure this research project accomplished its social, ethical and political purpose of transforming people; I certainly transformed myself, we certainly transform ourselves.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rendimento Médio Real: Comércio .....	46
Quadro 2 – Rendimento Médio Real: Serviços .....	47
Quadro 3 - Rendimento Médio Real: Indústria .....	47

## LISTA DE SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pesquisadores em Educação

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CAMP – Centro Multiprofissional

CNPq- Conselho Nacional de Pesquisa

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EUA – Estados Unidos da América

FACED – Faculdade de Educação

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GM – General Motors

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada

MCP- Movimento da Consulta Popular

MSP – Movimento Sociais Populares

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

PJE – Pastoral da Juventude Estudantil

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio

PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento Social

PO – Pastoral Operária

ProEsQ - Projetos especiais de qualificação

RS – Rio Grande do Sul

UFC – Universidade Federal Ceará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS - União Soviética

US\$- Dólares

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. BRASIL, DÉCADA DE 90: PERSPECTIVAS E REVISÕES HISTÓRICO- CONCEITUAIS .....</b>	<b>21</b>
1.1 Situando Questões: Revisando a década de 90.....	21
1.2 O “novo mundo” .....	29
1.2.1 No Brasil.....	35
1.3 As Mobilizações Nacionais: as dificuldades e as conquistas .....	43
1.4 Tecendo conceitos: capitalismo, desigualdade e exclusão social .....	48
1.4.1 De onde, para onde? Por quê? .....	50
<b>2. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS NO BRASIL: IDENTIDADE E LUTA DE CLASSE .....</b>	<b>54</b>
2.1 O Contexto.....	54
2.2 O Movimento dos Trabalhadores Desempregados: Da mobilização social à organização social .....	59
2.3 Contexto histórico de afirmação do MTD .....	69
<b>3. “DEMITIDOS DA VIDA”: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA BASE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS? .....</b>	<b>73</b>
3.1 Questões Introdutórias .....	73
3.2 Subjetividade em Construção .....	75
3.3 Sujeitos de seu tempo .....	76
3.4 Enquadrando para pesquisar: compreendendo sujeitos .....	79
3.4 Desenquadrando os sujeitos .....	81
3.5 Dimensões de Análise .....	83

3.5.1 Brutalidade da Vida: <i>adaptação e criatividade, conformismo e resistência.</i> .....	83
3.5.2 Espaço Social: <i>desterritorialização/territorialização, consciência ingênua e individualismo indiferente.</i> .....	91
3.5.3 Sujeitos e Movimento: <i>diálogos/antidiálogos</i> .....	106

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DE PESQUISA: AONDE NÓS CHEGAMOS? PARA ONDE NÓS VAMOS?</b> .....	<b>116</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>121</b>
---	------------

<b>ANEXOS</b> .....	<b>130</b>
---------------------	------------

## APRESENTAÇÃO

Meu nome é Rita de Cássia Machado<sup>1</sup>. Nasci<sup>2</sup> na cidade de Osório – Litoral Norte do RS, em 1980<sup>3</sup>, ano que, como muitos outros, registraram grandes movimentos e organização da classe pobre e trabalhadora, em nossa história. Sou filha de funcionários públicos e neta de pequenos agricultores alemães, minha tataravó veio com 12 anos em navio da Alemanha, tenho uma irmã, meus filhos: Sophia, Santhiago, Bernardo e meu companheiro de vida Marcelo, cinco amores. Minha família (avós) faz parte das estatísticas de quem não concluiu o Ensino Fundamental, meus pais o ensino médio.

Ao mergulhar, focar meu olhar nos desdobramentos da minha história, deparo-me com muitas escolhas, concepções e lugares nesta caminhada. Não pretendo ficar presa ou limitada a essas lembranças e vivências, porém elas me ajudam a ir construindo e reafirmando minha identidade, pois de certa forma, como afirma Melucci (1996, p. 219), “somos construídos pela ação social tanto quanto contribuímos para a construção dessa ação”.

Fiz as séries iniciais numa escola do bairro (Escola do Reúno, do bairro onde eu morava), a qual tinha somente até a 4ª série, com turmas multisseriadas, sem biblioteca e os livros didáticos disponíveis eram apenas os fornecidos pelo MEC. Santo Antônio da Patrulha tinha na época três escolas de séries finais, e a mais próxima ficava aproximadamente três quilômetros da minha casa. Não tínhamos carro, e os únicos meios para nos deslocarmos era a pé ou de bicicleta. Meu pai foi comprar um fuca azul já quando éramos moças, eu e a minha irmã. Com apenas 11 anos de idade fui trabalhar, numa fábrica de rapadura próxima a minha casa, enrolava puxa-puxa, ganhava 0,13 centavos por saquinho embalado e cada saquinho

---

<sup>1</sup> Recebi este nome porque minha mãe era devota de Santa Rita e quando pequena tive entre a vida e a morte, aos 18 dias de vida, assim disse minha mãe, a partir de suas crenças e devoções prometeu que se eu “sobrevivesse” ela colocaria meu nome de Rita de Cássia.

<sup>2</sup> Usarei a primeira pessoa em algumas partes do trabalho por considerar mais apropriado para o entendimento do trabalho.

<sup>3</sup> 1980 foi a década dos novos movimentos sociais, uma abertura à democracia, fundação do PT, década onde os Movimentos Sociais se organizaram e se fundaram. Contexto de processo de redemocratização do país, que marcou a história ao colocar um “fim” ao regime autoritário.

tinha 15 puxa-puxa, *meu sonho* era fazer magistério, meu não, era *o que restava para as meninas da minha cidade*, portanto, o “sonho” da minha vó materna que me criou e me ensinou tudo o que sou. E foi assim que consegui continuar estudando, com a ajuda dela. Fui descobrindo que a luta pela educação não se dava apenas com a conquista de uma vaga, mas muita coisa estaria aí em jogo, como, por exemplo, pagar a escola de irmãs, pois o magistério era em escola particular e lá se pagava. Esta escola particular olhava com outros olhos *as gurias da periferia*, enfim, foram muitos os preconceitos que sofri.

Minha adolescência foi marcada e acompanhada pelo sentimento de revolta contra o mundo, contra a pobreza que assolava não só minha família, mas a grande maioria das pessoas que moravam perto de nós. Vivia inquieta, era diferente dos outros adolescentes, não me divertia com aquelas “*patricinhas*” *sem noção da vida e das pessoas*, só trabalhava e buscava na igreja e na Pastoral Estudantil a explicação e a identificação para o que vivia. Nessa época fui coordenadora de um grupo de jovens - era a mais nova do grupo, PJE – Pastoral da Juventude Estudantil, este era um espaço de convivência e participação social, e que me ajudou a me constituir com sujeita-militante-cidadã.

Aos dezesseis anos de idade, sem saber direito qual sentimento me movia, fiz minha “opção pelos pobres”, embora sem saber consciente, mais tarde, fui construindo isto de forma mais teórica em mim, a iniciação científica me ajudou neste processo. Descobri que meus ideais de mudanças não cabiam só nesta opção, foi quando li *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire pela primeira vez, comecei a “incomodar” meus professores, 70% conservadores. No entanto a professora que me fez olhar o mundo diferente me ajudou muito no início desta caminhada, nunca vou esquecê-la, professora Sônia Dalmar.

Vivi a maior parte da minha juventude no magistério burguês da minha cidade, encruzilhada esta que me ajudou a enfrentar a pobreza do mundo com mais convicção de mudança, pois a professora Sônia me enchia de esperança - de poder romper com as grades que impediam os pobres de lutar pelos ideais de mudança, sempre fui considerada a “que queria mudar o mundo”, a “baderneira” na escola. Até que decidi enfrentar a competição do mundo do trabalho e, apesar de estar longe da família, não ter uma casa, estar sem emprego e sem dinheiro, eu tinha a esperança que me movia. Fui para a Unisinos com a cara e a esperança. Lá encontrei a professora Cleide, que me ajudou muito, e me apresentou para o professor Danilo Streck, amigo e companheiro, que me ensinou a partir de sua paciência e humildade freireana o caráter ético e político que exige a pesquisa, me ensinou o que é fazer pesquisa sem perder a amorosidade e o trabalho de grupo. A partir de lá me tornei “eterna

bolsista” e “ad-miradora” do Danilo. Hoje eu compreendo este processo através de Paulo Freire.

Mas mesmo assim minha inquietação permanecia. Um dia caminhando pelos corredores da faculdade parei e olhei a vitrine da livraria Cultura, lá estava *EP: em busca de alternativas*, pensei comigo, na época era R\$ 25,00 reais, eu não tinha este dinheiro, entrei anotei a referência e fui à biblioteca pegar emprestado. Li todinho o livro, confesso que pouco eu entendi dele, mas tinha algo lá que mexeu muito comigo. A partir de lá conheci Conceição Paludo, amiga, companheira, militante, comprometida, pesquisadora “com os pés no barro” como a chamo, enfim uma pessoa que me ajudou a decidir minha opção pelos pobres, minha opção pela classe. Junto a isso conheci o CAMP e conheci o MTD, foi exatamente no mesmo ano 2002 meu trabalho como educadora popular, junto ao MTD. Portanto isso tudo tem a ver com Sônia, Conceição, Rosalvo, Danilo, meus amigos, minha família, MTD, Rita e, hoje, também ao Jorge meu orientador.

A participação nestes diferentes espaços me fez acreditar num futuro enraizado no presente e desenvolvido por um projeto capaz de ser “gestado” no e pelos movimentos sociais. Um futuro de utopias construído através do presente. Nossas bandeiras clamam por reforma agrária, educação pública de qualidade, distribuição de renda e mudança social. Nossas lutas são pautadas por movimentos de resistências e de conquistas por espaços de reconhecimentos e de pertencimentos. Queremos nos reconhecer e ser reconhecidos e, assim, forjar o nosso processo de identidade.

Angustiava-me ver, nesta conjuntura atual, a falta de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a realidade dos pobres e oprimidos, pesquisadores que ponham o “pé no barro” e junto com os movimentos sociais a partir de uma relação construída na transparência, na ética, na radicalidade e na amorosidade que exige a pesquisa. Ao me re-aproximar do MTD percebo o quanto existe necessidade de avançar nos processos de construção do Movimento, portanto o avanço só é feito a partir de pesquisas sérias e comprometidas que identificando questões contribuam para os processos de educação dentro do Movimento.

Fui descobrindo neste movimento de fazer pesquisa, a presença viva destas pessoas que entrevistei. Suas forças e resistências; suas criatividade e individualismos; estas histórias, omitidas e silenciadas, aliada ao processo histórico e ao espaço-tempo, precisam ser reveladas. E a pesquisa pode e deve fazer isso, junto ao Movimento. Portanto é necessário que as discussões, os elementos e resultados parciais desta pesquisa e o convívio que tive com estas pessoas abram novos espaços, ganhando adeptos e gerando problematizações. Pois são as, problematizações que nos ajudam a avançar de forma crítica e coerente.

O novo desafio será continuar esta pesquisa, respeitando a caminhada do MTD e das pessoas, os avanços, os recuos, os medos, as resistências e as contradições que existem neste trabalho de pesquisa é também o resultado da minha subjetividade como pesquisadora. Acredito que a transformação da educação ou da sociedade exige transformar-se a si mesmo e que não há possibilidade de pensarmos, como nos alerta Freire, o amanhã sem que nos sintamos em processo permanente de ‘emersão’ do hoje, do presente, sentindo raiva, indignação pelas injustiças e também pela amorosidade que nos fortalecem para a vida. “O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo. Vale dizer, sem uma certa inteligência da história e do nosso papel nela”.<sup>4</sup>

Conjuntamente com esse trabalho, debrucei-me sobre questões da Educação Popular e no método de fazer educação popular, percorrendo, escutando o cotidiano e os espaços que estão ocupados pelos movimentos sociais, para ver além do olhar, além do que estava dado como óbvio. Busquei junto com o grupo da Unisinos, do qual ainda faço parte e junto com professoras como Conceição, a permanência nesta discussão que para mim é meu eixo teórico, quero desenvolver pesquisa antropológica, etnográfica no doutorado para desenvolver um processo de compreensão destes sujeitos populares, a fim de avançarmos nas práticas de “*educação popular como prática de liberdade*”.

Esse processo de grupo de pesquisa, bem como as orientações com o professor Jorge, me ajudaram a avançar nas discussões da educação para além dos espaços escolares e para além do espaço da fábrica. Hoje entendo o quanto tudo isso foi e é importante. Posso dizer que diferentes espaços possibilitaram-me entender que ao pesquisar estamos também possibilitando pesquisar nossa própria vida e que estamos sempre recomeçando. Essa compreensão foi possível através das disciplinas, dos encontros informais, dos encontros em sala de aula, das conversas no bar, das pesquisas, das leituras, dos contatos com os colegas, com a convivência com o orientador e das reuniões do grupo de pesquisa da UFRGS, entre outros. Nessas convivências fui redescobindo que a educação só tem sentido se for retomada como humanização do sujeito concreto.

Acredito que o sujeito se constrói no cotidiano, com o outro, no reafirmar de suas raízes e nos seus valores culturais. É no cotidiano do assentamento, das mobilizações que se mesclam diferentes tipos de participações, cada uma na sua singularidade, para uma recriação do espaço e para um repensar constante sobre a função do movimento social transformador.

---

<sup>4</sup> Freire, Paulo: Pedagogia da indignação, p. 117 e 125.

Freire (2000. P. 40) nos ensinou, que a *educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria por que falar em educação.* Acredito que fui ‘sendo’, pesquisadora, mulher, educadora e cidadã, descobrindo a mim mesma e, portanto reafirmando minha identidade neste movimento.

Movida por *Pedro Munhoz*

*Tudo aconteceu num certo dia  
 Hora de Ave Maria  
 O Universo viu gerar  
 No princípio, o verbo se fez fogo  
 Nem Atlas tinha o Globo  
 Mas tinha nome o lugar  
**Era Terra, Terra, Terra, Terra,**  
 E fez o criador a Natureza  
 Fez os campos e florestas  
 Fez os bichos, fez o mar  
 Fez por fim, então, a rebeldia  
 Que nos dá a garantia  
 Que nos leva a lutar  
**Pela Terra, Terra, Terra, Terra**  
 Madre Terra, nossa esperança  
 Onde a vida dá seus frutos  
 O teu filho vem cantar  
 Ser e ter o sonho por inteiro  
 Sou Sem Terra, sou guerreiro  
 Co'a missão de semear  
**A Terra, Terra, Terra, Terra**  
 Mas, apesar de tudo isso  
 O latifúndio é feito um inço  
 Que precisa acabar  
 Romper as cercas da ignorância  
 Que produz a intolerância  
 Terra é de quem plantar  
**A Terra, Terra, Terra, Terra***

## INTRODUÇÃO

A pesquisa realizou-se no *assentamento do MTD* da cidade de Gravataí, região Metropolitana de Porto Alegre. Foram sete entrevistas semi-estruturadas e três entrevistas não-estruturadas<sup>5</sup>. Vejamos como Gravataí é vista em sua história pelos governantes:

*“Novo marco na História municipal, viria nas décadas de 60 e 70, com a instalação das primeiras indústrias e a criação do Distrito Industrial e construção da Freeway, com acesso à Gravataí.*

*Outra grande conquista para o município, foi a instalação do complexo Industrial da General Motors, uma das indústrias mais bem estruturadas do mundo. O anúncio da sua instalação foi feito dia 17.03.1997, data que ficará como marco de desenvolvimento do município, visto que esta grande empresa veio juntar-se ao Parque Industrial de grande porte e ao comércio bastante desenvolvido da cidade. Gravataí já se encontra numa situação privilegiada, como um dos maiores e mais importantes municípios da Região Metropolitana”. (Dados Obtidos no site da câmara de vereadores de Gravataí/nossa história).*

*Brasil, década de 90: Perspectivas e Revisitas Histórico-Conceituais*, a primeira parte deste trabalho tem a intenção de que possamos visitar esta década e olhá-la a partir de interlocutores como Darcy Ribeiro. A década de 90 é fruto de um processo histórico brasileiro, a partir desta perspectiva, vamos buscar outros elementos teóricos de compreensão destes sujeitos do assentamento, que não só a demissão em massa e o agravamento do desemprego. São sujeitos de “cultura”, de “histórias”, dos “desterritórios”.

*Movimento dos Trabalhadores Desempregados no Brasil: Mobilização Social e Organização Popular*, a segunda parte da dissertação tem o objetivo de resgatar a história do Movimento, bem como reafirmar e defender uma proposta de movimento social que passa pela organização do pobre da periferia, de dizer que o MTD possui um recorte de classe.

---

<sup>5</sup> Segundo Tura (2003), as entrevistas não-estuturadas ou informais foram um recurso que utilizei muito para obter informações, e neste caso o discurso emergia repleto de informações, relações entre acontecimentos e registros de normas, regras, tabus e formas de pensamento que foram se instituindo no diálogo “informal”.

Portanto, deve também refundamentar e recriar o conceito de classe, oprimido, exploração e de reconhecimento do sujeito de sua base.

*“Demitidos da Vida”*: *Quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados?*, a terceira parte da dissertação pretende, a partir de dimensões de análises construídas, responder a grande pergunta geradora desta pesquisa: quem são os sujeitos? Princípio de todo e qualquer processo de educação popular. Para tanto se vislumbrou como dimensões: *Brutalidade da Vida: adaptação e criatividade, conformismo e resistência*; Espaço Social: *desterritorialização, consciência e individualismo*; *Sujeitos e Movimento: diálogos e antidiálogo*.

*Pressupostos Finais de Pesquisa: Aonde nós chegamos? Para onde nós vamos?*, na última parte, contextualizamos aonde nós chegamos, quais resultados parciais de pesquisa representados por cinco pressupostos, meus limites de pesquisa, bem como para onde queremos ir com a proposta de ampliação da pesquisa.

Neste trabalho de pesquisa optamos por “usar” os princípios da metodologia de pesquisa participante, por acreditar que a pesquisadora possui um compromisso político (Cidadã, Educadora, Militante e Pesquisadora) e um envolvimento com o campo de pesquisa. Participei como educadora do Movimento e contribuí em processos de formação do mesmo, desta forma as técnicas que utilizamos para a busca do “bom caminho” dialogam com a proposta da pesquisa participante. A pesquisa participante não admite a neutralidade, a aceitação do postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, o que remete à necessidade não só da inserção da pesquisadora no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva, pois acreditamos que esta pesquisa foi desenvolvida em seus limites com os pesquisados, assim quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, ela se torna participante.

No que se refere a sua importância e necessidade, dela ouvimos *“(...)...que ela venha contribuir nesta busca da gente ir se entendendo, né... e que como povo da periferia e nós digamos assim em falta de outra palavra... intelectuais que estamos inseridos na comunidade e para que também a gente entenda melhor a comunidade, especialmente que a gente entenda melhor as pessoas com as quais nós estamos trabalhando, né... E enfim eu espero que como ela se dá num contexto bem específico, bem limitado, que é o Assentamento de Gravataí, que ela consiga fazer com que as pessoas do assentamento falem a sua palavra, que é uma coisa assim eu considero desafiadora, nem todo mundo fala a sua palavra, nem todo mundo eu diria assim, nem sempre nós militantes, educadores, intelectuais inseridos, permitimos que as*

*peessoas consigam falar a sua palavra (...), porque uma comunidade que luta há oito anos por um projeto, um projeto rururbano, estão aqui com um destes objetivos, ‘um projeto que para ele se viabilizar, ele necessita da atuação das pessoas e que ao longo destes anos é, ele sempre se mostrou assim, eu diria assim na fase inicial, deficiente e na fase atual ele trabalha com uma orientação de desconstruir ao invés de construir. Então situações como a nossa, que vocês vejam neste acampamento e vocês precisam construir processos de organização da produção como da formação, como da organização comunitária, né. Então tudo isso não é fácil pra tu fazer, qualquer acordo coletivo numa comunidade se ele demora meses, anos... Muitas vezes agentes deste poder público e hoje o principal é o governo do Estado, que é o que concedeu a área e portanto tem uma responsabilidade maior sobre isso, as intervenções que eles fazem, elas são assim momentâneas. Nunca num processo e quando vem e justamente por não ser num processo, elas acabam não respeitando, né, este processo que as famílias vivem e acabam muitas vezes destruindo e muitas vezes em uma reunião eles conseguem destruir o que a organização e a militância demorou meses para construir, né. Então esta realidade aí é uma realidade que gera muitas desconfianças, desconfiança entre os assentados, dos assentados para com a organização, né. (PB)* Esta fala foi gravada na segunda oficina de metodologia de pesquisa<sup>6</sup>, das três que realizei com o Movimento lá no acampamento. Ela aconteceu às 20 horas, na Escola Estadual do MTD (localizada no assentamento de Gravataí) e durou quase duas horas de diálogo<sup>7</sup>. Eu não havia preparado

---

<sup>6</sup> **A primeira oficina metodológica** foi realizada duas semanas anteriores a esta, reuniram-me apenas com uma liderança (preâmbulo) de origem alemã, católico-romano. A liderança me ajudou a construir esta proposta da segunda oficina e ajudou a articular o encontro. Conversamos na casa dele mesmo, ele me deu um material produzido para o Movimento sobre alimentação e também um mapa desenhado pelos assentados para a proposta do assentamento rururbano em Gravataí. Neste dia estava em casa sua esposa, negra, mãe de quatro filhos, três anteriores a este casamento. Na sua casa tinha um som muito alto escutado pelas crianças, pré-adolescentes (escutavam música “brega”, num ditado popular). Inúmeras vezes a liderança pediu que baixassem o volume, mas a “teimosia” era algo resistente. Casa simples, não vi nenhum santo, nem imagem exposta em sua casa. Ficamos uma hora conversando sobre a segunda oficina que iria acontecer dali a duas semanas, com mais lideranças.

**A terceira oficina**, realizamos um mês depois, pois muitas atividades impossibilitaram de nos reunirmos antes. Nesta oficina definimos que estas lideranças iriam falar nas reuniões dos núcleos de base sobre a pesquisa que estava pretendendo realizar, suas intenções e as pessoas iriam se “candidatar” a realizar a entrevista. Nisso as lideranças ficaram comprometidas de ver as pessoas e me informar durante o mês. Ressalvo que consegui mesmo ir a campo mais um mês depois, enquanto isso observei dois momentos de formação no assentamento, que irei relatar ao longo da dissertação. Ficou bem explícito nesta oficina também que o MTD gostaria de minha contribuição com o Movimento, no que se refere a minha área de pesquisa-educação. A partir disso conversei com o professor orientador e “decidimos” que neste momento seria de muita importância cuidarmos profundamente sobre meu envolvimento em ações, pois se trata de uma pesquisa de cunho fenomenológico-dialético-existencialista, trata-se de participação que precisa ser muito bem construída. E com isso, afirmamos que uma opção metodológica em um trabalho de pesquisa não é neutra, pelo contrário, o cuidado necessário para a realização de uma pesquisa que irá contribuir com o crescimento real do Movimento.

<sup>7</sup> *O diálogo é então a base do método de Freire.* O diálogo é uma relação de comunicação e de intercomunicação, que gera a crítica e a problematização, já que ambos os parceiros podem perguntar: “por

nada, fui apenas com minhas intenções, e elas eram “boas”. Estavam presentes três lideranças municipais e duas lideranças da Escola Estadual do MTD. Meu intuito, neste momento, era que o Movimento participasse do percurso metodológico da pesquisa, me ajudasse a chegar até as pessoas, me desse um mapa conceitual sobre o assentamento num todo, ou seja, me ajudasse a achar um “bom caminho”. A busca “do bom caminho”, como diz Xico Lara (2003), e buscando ser coerente com minha práxis e meu problema de pesquisa, exigiu de mim pesquisadora envolvida e de meu orientador, os pressupostos que orientam a pesquisa qualitativa. Os elementos-chave dessa metodologia são: o reconhecimento de que todos os sujeitos envolvidos/as na pesquisa terão saberes produzidos em seus diferentes espaços de atuação e que estes devem ser valorizados; a certeza de que minha visão de mundo e a minha trajetória de vida influenciam na construção de meu objeto; o reconhecimento de que as condições sociais dos sujeitos influenciam diferentemente. Exemplo disso que estamos falando são as respostas que cada sujeito dá ao receber a bolsa da Conab<sup>8</sup>, uns choram, outros brigam, outros riem, enfim muitas são as respostas. Assim, o sentido de um mesmo fenômeno social é visto de forma diferenciada na visão de cada um/a; o reconhecimento de que as relações sociais construídas pelos sujeitos são construções humanas significativas, conforme, ainda, afirma Minayo (2000).

---

quê?”. Quem dialoga, dialoga com alguém e sobre algo. *O conteúdo do diálogo é justamente o conteúdo programático da educação.* E já na busca desse conteúdo, o diálogo deve estar presente.

<sup>8</sup> Este é um programa que o governo compra do pequeno agricultor os produtos e distribui os alimentos em forma de sacolas, ligado ao Bolsa Família. Em Gravataí, para o MTD, são sessenta sacolas distribuídas entre o assentamento e os núcleos na vila.

## 1. BRASIL, DÉCADA DE 90: PERSPECTIVAS E REVISÕES HISTÓRICO CONCEITUAIS

*Minha dor é perceber que apesar de termos  
feito tudo que fizemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Como nossos pais  
Nossos ídolos ainda são os mesmos  
e as aparências não enganam não  
Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém*

*Você pode até dizer que eu 'tô' por fora, ou então que eu 'tô' inventando  
Mas é você que ama o passado e que não vê  
É você que ama o passado e que não vê  
Que o novo sempre vem  
Hoje eu sei que quem me deu  
a ideia de uma nova consciência e juventude  
'Tá' em casa guardado por Deus contando vil metal*

*Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo, tudo que fizemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais.  
Belchior*

### 1.1 SITUANDO QUESTÕES: REVISANDO A DÉCADA DE 90

Segundo Alves e Soares (1997) a década de 90 é marcada por uma forte convergência de valorização do capital humano. Este processo de intensificação contribui para acentuar e impossibilitar homens e mulheres trabalhadores a chegarem a qualquer tipo de empregabilidade<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> Nadya Araújo Guimarães vai definir em seu texto *Por uma sociologia do desemprego* (1990, p. 109) a ideia da empregabilidade nova, pois se modificam as relações do desemprego, logo as questões para tomar a empregabilidade assumem nova conotação. Além de se avaliar as características dos desempregados que se habilitam aos postos de trabalho, se analisam as trajetórias ocupacionais e inativas dos candidatos, também as suas redes sociais constituídas. A conquista do emprego extrapola até mesmo a vontade e a conduta individual. Dessa forma, a empregabilidade passa a ser o resultado da intenção entre estratégias individuais e coletivas, tanto dos que buscam o trabalho assalariado, quanto dos que os empregam.

À luz da perspectiva da convergência, uma resposta tornou-se recorrente: os novos contextos produtivos diferenciavam fortemente os trabalhadores por seus níveis de capital humano, fazendo com que as chances de sobrevivência fossem tanto maior e mais ampla fosse a qualificação individual. Neste sentido, uma primeira forma de equacionamento da questão sugerida que, quanto maior fosse a escolarização do trabalhador, maior seria sua chance de reconversão profissional; maior portanto, a sua “treinabilidade” e, logo, maior o seu grau de mobilidade profissional defensiva (intra-empresa ou entre-empresas) em face da reestruturação produtiva. Maiores seriam, então, as suas chances de empregabilidade. (GUIMARÃES, 1990, p. 109)

No contexto da pesquisa não falamos de sujeitos que perderam seus empregos neste processo de intensificação em massa do desemprego em 1990, nem de operários demitidos de suas fábricas, não estamos falando de empregados em situação de desemprego com perspectiva de arrumar emprego (desempregados clássicos). Estamos falando de sujeitos historicamente desprovidos de qualquer seguridade social e que neste contexto histórico sentem um aprofundamento de sua condição de *sub-desempregado*, estamos falando de homens e mulheres *oprimidos*, oriundos de trabalhos informais e precários, oriundos de um lugar do *não-trabalho*.

Segundo Marlene Ribeiro (2001, p. 58),

O desemprego, por sua vez, permite ao Estado readequar-se aos novos interesses do capital que, sob nova correlação de forças, define o “trabalhador flexível” como aquele que está desatrelado dos “direitos sociais”, considerados apenas como custos que oneram a produção, e (re)define o estado social como financiador das necessidades tecnológicas e de competitividade do capital.<sup>10</sup>

O emprego (empregabilidade, conceito contemporâneo) é definido como um meio de garantir as condições materiais da vida, e também o acesso a outros bens como, por exemplo, a habitação e a cultura letrada. O que acontece, portanto, é que o capitalismo nega esta condição de trabalho, nega aquilo que ele transformou em fetichizado<sup>11</sup>, alienado, e assalariado. O que era para ser a humanização do ser humano converte-se apenas em desumanização.

Segundo Antunes interpretando Marx,

<sup>10</sup> RIBEIRO, Marlene. Cidadania: interrogações ao conceito para a compreensão dos movimentos sociais. In: *Movimentos Sociais e Estado: Limites e possibilidades*. Caderno de Debates Nº 2. Porto Alegre: CAMP, 2001.

<sup>11</sup> Para Marx a separação da mercadoria produzida pelo trabalhador dele mesmo esconde o caráter social do trabalho. O fetichismo se dá quando a relação entre os valores aparece como algo natural, independente dos homens que os criaram. A criatura se desgarrar do criador. O fetichismo incapacita o homem de enxergar o que há por trás das relações sociais. E o maior exemplo de fetichismo da mercadoria é a mais valia.

para o trabalhador, o trabalho produtivo<sup>12</sup>, como para qualquer outro, não é mais do que um meio para a reprodução de seus meios necessários de subsistência. Para o capitalista, a quem a natureza do valor de uso e o caráter do trabalho concreto utilizado é totalmente inutilizado, é totalmente indiferente em si mesmo, o trabalho produtivo é puramente meio de obter dinheiro, de produzir mais-valia (*moyen de battre monnaie, de produire la survalve*). (ANTUNES, 2004, p. 167)

Determina Marx: “a determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia”. (ANTUNES, 2004, p. 171). Aquilo que nos constitui como seres humanos, aquele que está no centro de nossa ontologia social, *o trabalho* funda a vida humana, assim o trabalho é ponto de partida do processo de humanização.

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...), o que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. Todas as determinações que conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social, estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social (...). (LUKÁCS, 1980:IV-V)

#### Trabalho, segundo Marx é:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, e o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, Vol. I, p.50)

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais<sup>13</sup>.

Pelo trabalho, o homem modificou toda a realidade natural que lhe era imediatamente dada e a transformou num domínio material próprio. Transformou a alteridade da natureza dada em uma alteridade mediada historicamente, transformou-a em natureza humanizada. No

<sup>12</sup> Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. É produtivo, na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. (ANTUNES, 2004, p. 159)

<sup>13</sup> MARX. K. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 211.

entanto, vale lembrar que o homem não produz apenas objetos. O homem também é capaz de uma produção em sentido mais amplo. Ele produz a religião, a família, o Estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, *o movimento social (grifo meu)* etc. Estes são outros tantos “modos particulares” da produção humana <sup>14</sup>.

Ao produzir o seu mundo humanizado, o homem produz-se a si mesmo como homem. A transformação da natureza é acompanhada da simultânea transformação da natureza humana. O homem transforma a realidade objetiva, ao mesmo tempo em que molda a sua subjetividade. O trabalho só é possível mediante a repetição de certos gestos. Estas repetições levam-no a adquirir a habilidade desenvolvida na primeira produção. Mas todo gesto é apenas o ponto de partida para um gesto mais bem sucedido. No entanto, ao produzir, o homem também se defronta com dificuldades, que busca solucionar. A procura dessas soluções leva-o a refletir no plano teórico sobre a dimensão criativa de sua atividade.

O trabalho está na base do desenvolvimento intelectual do homem. Mas este desenvolvimento não se refere apenas aos conhecimentos diretamente ligados à produção material. Com a transformação da atividade produtiva e as modificações dos aspectos sociais desta atividade, sobretudo após o aparecimento da divisão social do trabalho, a atividade intelectual deixa de estar inteira e diretamente subordinada à atividade prática material, surgindo então outras diferentes formas de assimilação espiritual da realidade: ciência, arte, religião etc. Essas novas capacidades intelectuais do homem são acompanhadas por outras necessidades, inteiramente novas: a “curiosidade” científica, as aspirações estéticas e religiosas, entre outras, e a necessidade de realizar essas aspirações <sup>15</sup>. O trabalho está também na base do desenvolvimento da própria sensibilidade humana. Foi por intermédio da grande riqueza objetivamente desdobrada do ser humano, da humanização da natureza, que se desenvolveu e se produziu a riqueza sensorial humana, fazendo-o descobrir na realidade uma infinita diversidade de objetos e significações.

Foi através do trabalho que o homem produziu a sua própria humanização. O trabalho permitiu ao homem distanciar-se de sua animalidade, desenvolvendo uma série de novas faculdades e capacidades. Ele não deixou de ser natureza, mas tornou-se humano. Transformou a sua natureza dada em natureza humanizada. Toda a história do homem consiste apenas nesse processo através do qual o homem transforma a sua própria natureza e se humaniza. <sup>16</sup> Por meio do trabalho, o homem se diferencia da natureza, mas não rompe com

---

<sup>14</sup> MARX, K. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p. 145.

<sup>15</sup> MARKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 87.

<sup>16</sup> Segundo Marx, “a história inteira é apenas uma transformação contínua da natureza humana”. MARX,

ela. Sobre a sua universalidade natural, o homem produz a sua particularidade através do trabalho. O homem apresenta-se então como um ser que é determinado por sua historicidade: “a história é o ato de nascimento do homem”. Assim, ao invés de se opor à natureza numa antinomia insuperável, em Marx, a história apresenta-se como a “verdadeira história natural do homem”.<sup>17</sup>

Todo ser natural está obrigado a se relacionar com a natureza. Com o homem, a coisa não é diferente. A natureza é o corpo inorgânico do homem, é uma parte de seu corpo com a qual deve manter-se em contínuo intercâmbio para manter-se vivo.<sup>18</sup> No entanto, diferentemente dos demais seres que existem na natureza, o homem é o único ser que se relaciona com a natureza através de uma mediação: *o trabalho*. O trabalho é a atividade que medeia o intercâmbio material do homem com a natureza.<sup>19</sup>

A mobilidade seria uma característica típica da natureza moderna. O direito moderno passou a reconhecer a liberdade dos indivíduos bem como a sua igualdade perante a lei (igualdade formal). Sendo assim, aos indivíduos, pelo menos legalmente, era dada a possibilidade de escolher uma profissão ou alguma forma de atividade que lhe permitisse a sobrevivência. Contudo, a responsabilidade pela manutenção de sua existência era inteiramente sua, ficando cada qual a mercê da disputa por um espaço no mercado de trabalho ou na dependência *do sucesso ou insucesso* em alguma atividade autônoma. A rotatividade destes sujeitos nos lugares de *sub-desemprego* também é um dado profundamente evidente nas entrevistas. Conforme manifesta um entrevistado:

---

Karl. *Misère de la Philosophie*. Paris: Editions Sociales, 1947. p. 115.

<sup>17</sup> Idem. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p. 172.

<sup>18</sup> A natureza, ou seja, a natureza que não é o corpo humano, é o corpo inorgânico do homem. O homem **vive** da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele deve permanecer constantemente em contato para não morrer. Dizer que a vida física e intelectual do homem está indissolúvelmente ligada à natureza, significa apenas que a natureza está ligada a ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza. Idem. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p. 114. “Com efeito, como o sujeito trabalhando é um indivíduo natural e tem uma existência natural, a primeira condição objetiva de seu trabalho é a natureza, a terra, seu corpo inorgânico. O indivíduo não tem apenas um corpo orgânico, mas tem por objeto esta natureza inorgânica. O indivíduo não produz esta condição, mas ele a encontra previamente, como uma realidade natural anterior e exterior”. Idem. *Fondements de la critique de l'économie politique.*, vol. I. Paris: Éditions Anthropos, s.d. pp. 450, 451. Texto Traduzido por PUC/SP.

<sup>19</sup> Segundo Marx, “o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 211.

*(...) me criei na Lagoa dos Barros, lá trabalhando, cuidando de fazenda e aí vim vindo em 1965, nos casamos e fomos para Viamão, fizemos umas 17 mudanças...”(AF, em 05.02.2009)*

No entanto existe neste dado teórico um importante elemento que pode nos ajudar a compreender o motivo dos lotes do assentamento serem ocupados e desocupados rapidamente, porque os sujeitos saem e entram no Movimento de forma tão rápida. Pode nos ajudar a compreender porque construir processos de trabalho coletivo “*não dá certo*” – uma vez que processos como estes exigem certa permanência, exigem disciplina<sup>20</sup>.

*(...) aqui o neguinho dorme, mas às vezes não amanhece, quando se vê é outro que está morando ali (...). (CGM , observação)*

Continuamos,

*Quando é para reunião das sacolas, esta sala não cabe tanta gente. Quando a gente tem que discutir uma coisa importante, né, aparece um, dois, quando vem ... (CGM , observação)*

Continuando, outro assentado:

*E: O senhor planta aqui, eu sei que tem uma área coletiva aqui, né?*

*Planto lá. Lá o coletivo é assim: tem um roça dentro do coletivo, eu planto a minha roça, o outro planta a dele. Eu quero colocar adubo na minha, eu boto. Eu quero plantar feijão na minha, eu planto. Se ele quer plantar na dele, ele planta. Então é coletivo, mas cada um cuida da sua.(...) (AF, entrevista)*

*E: A senhora disse que trabalha lá no coletivo. Trabalha a senhora e quantas pessoas a mais?*

*É só eu e o meu marido que trabalhamos lá. Ah, também tem também ... porque as hortinhas lá são divididas.....eu planto feijão, batata e cana, por enquanto... tem*

---

<sup>20</sup> Para mim, a disciplina leva ao conhecimento e à construção de processos sólidos. Neste sentido, disciplina não tem nada a ver com autoritarismo nem totalitarismo, disciplina é compromisso ético e político com a organização.

*feijão miúdo, feijão carioca e batata... E já tem o seu Antonio que planta cana, batata e aipim. Parece que ele tem lá em cima, e Pingo, o filho do seu Antonio também. Tem seu Gilmar que planta lá em cima também, mas cada um tem sua hortinha separada.*

*E: Ta, mas depois vocês dividem isso?*

*Não, não. Cada um colhe para si. O seu Antonio planta para ele, o seu Gilmar planta para ele e eu planto para mim. Porque não dá certo, porque ninguém trabalha igual, porque eles gostam de uma coisa, eu gosto de outra. Daí a gente dividiu e cada um planta de um jeito.*

*E: Então são quatro pessoas que plantam numa área chamada coletiva? É o seu Antonio, o Pingo, o seu Gilmar e eu, ah e tem o sogro do Pingo que cuida da horta. A Beti, lá em cima, mas ela não tem plantação, ela tem só uma hortinha. (BR, entrevista)*

Estas falas, as duas primeiras, partem da primeira *observação* que realizei entre as oficinas metodológicas e as entrevistas individuais. Foram duas observações de momentos de formação coletiva. Elas não se caracterizam como participantes, porque não realizei constantes observações. Mas estas duas observações me ajudaram a construir laços, ou melhor, a resgatá-los com aquelas pessoas, porque como dissera na introdução, trabalhei dois anos neste assentamento, naquela época acampamento, e muitas pessoas eu conhecia já, trabalhamos juntos em determinados momentos históricos da construção do MTD. Este foi “*um dos jeitos*” que encontrei de aproximar-me deles. Importante também porque percebi como as formações continuam sendo realizadas pelo Movimento e a partir desta observação irei atribuir alguns indicativos, de cunho resultante da pesquisa, de trabalho com o MTD, mas isto farei nas considerações finais.

Foi significativa também, porque fui observando eventos daquele mundo (no caso aquelas pessoas - a realidade delas), na medida em que eles aconteciam, pois se tratava de uma formação que tinha o seguinte tema: *Capitalismo e os padrões de consumo*. No entanto, na hora de trazer ao grande grupo os resultados da exposição tida anteriormente, um grupo de mulheres disse o seguinte sobre a pergunta feita pelo assessor:

*(...) nós entendemos que nós não consumimos muito, tem meses que não colocamos um pedaço de carne em nossas bocas (...). O médico do meu filho deu*

*uma dieta para ele de pão, sabe, aquele pão que tem cor preta? É, deu, mas o pão é muito caro, e ele come um todo por café(...). (Grupo de mulheres).*

Esta fala originou-se da terceira observação de campo.

Por fim contribuiu para que, enquanto pesquisadora, percebesse a *reflexividade*<sup>21</sup> - o evento pode ocorrer de forma diferente, porque está sendo observado – tão importante para a pesquisa que pretende “*entouperar-se*” neste processo, bem como entender que esta ferramenta é tempo insuficiente para tomar notas e fazer perguntas sobre eventos sob diferentes perspectivas, como um bom observador deveria fazer.

A observação é a primeira forma de aproximação do indivíduo com o mundo em que vive. Dessa atividade primitiva decorrem aprendizados que são fundamentais para a sobrevivência humana. Pelo olhar entramos no mundo, começamos a nos comunicar com ele e iniciamos o conhecimento a respeito dos seres que nele habitam. (...) No momento da observação, o sociólogo estabelece uma relação de conhecimento com seu objeto de estudo, que é, por sua vez um fenômeno concreto da vida social, imbricado em relações sociais e de poder e numa rede de significados socialmente compartilhados. (TURA, 2003, p. 184)

Percebemos que nesta realidade, a categoria desemprego parece deslocar-se, ou até mesmo obscurecer-se, e os descompassos entre os princípios que deram origem a ela somem, dando lugar a outros que construíram as subjetividades destes assentados. O que estamos querendo dizer é que estes homens e mulheres não foram jogados, nem mesmo eliminados do mercado de trabalho e atirados na periferia dos direitos sociais. Estas pessoas estão historicamente dentro desta negação ao emprego, saúde, educação, moradia e trabalho. A crise dos anos 90 apenas agravou tal situação. A ambigüidade crescente destas experiências de *sub-desempregados* faz com que busquemos uma outra configuração para a identidade destes desempregados, portanto para uma revisão histórico-conceitual é preciso:

A codificação do desemprego funciona como um princípio de referencia: ela elimina um espaço semântico no interior dos quais as variações são possíveis e fora do qual a palavra não é inteligível. Conforme as circunstâncias, essa categoria pode ser associada a – ou, ao contrário, dissociada de – outras categorias: a pobreza, a exclusão, o desalento, a empregabilidade. (DEMAZIÉRE, 2006, p. 32-33)

<sup>21</sup> Oportunidades e problemas da observação participante (expandida de Yin, 1994).

TRAUTH, Eileen M. & O'CONNOR, Barbara. A study of the interaction between information technology and society: an illustration of combined qualitative research methods. [online], maio 2000. <<http://www.cba.neu.edu/~etrauth/works/ifip5.txt>> [02] YIN, Robert K. Case study research: design and methods. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. 171p. Traduzido por Cláudia Dias - junho 2000.

Segundo Guimarães (1990) a invenção desta nova categoria ‘desempregados de longa duração’ revela uma ruptura do nexos entre emprego e desemprego. O fato de se estar desempregado já não é mais simplesmente a contradição da atividade remunerada. “A subutilização do trabalho deixava de assumir a forma clássica e única do desemprego aberto e passava [...] a se expressar em múltiplas formas” (p. 107) como:

- Trânsito da inatividade de indivíduos ativos em pleno auge da vida ativa;
- As formas precárias ou atípicas dos chamados postos de trabalho de baixa qualidade;
- Desemprego de longa duração.

Mesmo que o centro existencial desta organização (MTD) esteja no *trabalho*<sup>22</sup>, no que se refere ao referencial teórico deste argumento, entendemos que, trabalho só tem sentido quando se tem ser humano e natureza envolvida neste processo. O *trabalho* se define na medida em que homens e mulheres se definem. O homem e a mulher, porém, não se definem apenas por sua dependência. Nos Manuscritos (1844) Marx explica que, na medida em que o homem se revela como um ser que padece, sofre, ele se revela um ser “apaixonado”. No entanto, a “paixão” humana não é apenas o sofrimento passivo em relação aos objetos exteriores. Ela é também “a força essencial do homem que tende energicamente para o seu objeto”<sup>23</sup>. O modo de existir dessa paixão consiste em fazer o homem agir. Mas no homem essa ação tem se manifestado ao longo de sua história, sobretudo através de uma atividade que lhe é muito peculiar: *o trabalho*. O trabalho é a forma especificamente humana de o homem agir sobre a natureza. A capacidade que o homem tem de trabalhar, consiste numa outra determinação essencial da realidade humana. Assim, o homem revela-se como um “ser trabalhador”<sup>24</sup>.

## 1.2 O “NOVO MUNDO”<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Hoje podemos dizer que a generalização da categoria real “trabalhadores”, apontada no manifesto, evidencia uma tendência real. Porém, a forma como os processos históricos os reproduziram 150 anos depois, *requer que se redefinam as ideias de “trabalhos” e de “trabalhadores”*, e que se reavalie a dinâmica da luta de classes em escala mundial. (SADER, p. 184 - grifos meus)

<sup>23</sup> Ibidem. p. 172.

<sup>24</sup> Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo a frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.10.

<sup>25</sup> O novo mundo é uma expressão de Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, 1995, para referir-se ao Brasil. Usamos aqui neste subitem Brasil e França. França, pois, realizei uma disciplina com meu orientador sobre 30 anos da sociologia do trabalho francófica. Neste movimento, e também por encontrar num atual, obra organizada pela Nadya Guimarães: *Desemprego* um estudo profundo sobre o movimento dos desempregados sem trabalho na França, realizado por uma professora Francesa, assim justifica-se o contexto da França (Europa).

Meu *objetivo geral* neste capítulo será resgatar, numa perspectiva histórico-conceitual, a década de 90, mais detidamente o período pós-1995, onde poderemos observar a gestação de um movimento social e popular no Brasil, e por outro lado, uma série de dificuldades nacionais se agravando como fome, desemprego, pobreza e exclusão dos mais pobres. Isso significa que, a meu ver, ressaltar a importância do MTD na última década é fundamental, mas não implica afirmar que sua trajetória política nesse período tenha sido linear. Pelo contrário, ao debruçar-nos sobre essa questão, observamos uma trajetória marcada por avanços e recuos do Movimento. Assim como uma década marcada por grandes movimentações por um lado, mas por outro, grandes problemas sociais se agravando.

Para uma melhor compreensão das ações de formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados nos anos 90, faz-se necessário trazer alguns elementos sobre este momento histórico no Brasil. Trata-se, pois, de uma análise/resgate da realidade concreta que serviu como berço de ‘gestação’ do Movimento (MTD): os anos 90. A retrospectiva histórica me permitirá conferir alguns dos enunciados teóricos apresentados seguidamente.

É entre 1990-2000, neste período, que a pobreza urbana ganha maior crescimento e destaque nas agendas políticas do mundo inteiro, pois o desemprego e as situações de pobreza nunca foram definidos como algo decorrente do próprio sistema (CASTELLS, 1997, p. 48). No máximo, eram considerados um resíduo, um saldo provisório e eliminável com o crescimento econômico. Isso acontece devido à complexidade da problemática sócio-econômica nas cidades e também pelas “novas tendências que o processo de urbanização está adquirindo, cujas características sobressalentes são a espontaneidade, a desordem e a irregularidade no crescimento de novos centros urbanos, onde a pobreza é o elemento homogeneizador” (DÍAZ, 2005, p. 73). No entanto, o povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruéis de que se tem registro na história, sem conseguir sair através delas da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nestas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. Com isso, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. (RIBEIRO, 1997)

Partiremos da premissa que o desemprego é uma “invenção” social, segundo Pignoni (2006), uma construção social que em todo mundo e não diferente disso no Brasil tomou forma como expansão do assalariamento. É possível sustentar que a exclusão provocada pelo desemprego não é um fenômeno passageiro e sim o resultado de um processo permanente de fabricação de pobreza, miséria e desumanização (CATTANI, 1996). Neste caso, a

centralidade destes fenômenos: *miséria, pobreza e desemprego* dão-se pelo processo de globalização excludente.

No contexto nacional, o desemprego passou a ser “preocupação central” de movimentos, sindicatos e governos no final da década de 80 e início da de 90. Até então o que víamos eram mobilizações de trabalhadores empregados que reivindicavam questões como melhores condições de trabalho, diminuição de carga horária, terras, como é o caso do MST<sup>26</sup> que surge na década de 80. Percebemos que na Itália, as experiências de mobilização dos desempregados, ou melhor dizendo, dos *sem-trabalho*, prossegue com altos e baixos, há um quarto de século. Na França, em contrapartida, as associações de desempregados, frequentemente reunidas em organizações nacionais, desenvolveram-se na totalidade do território nacional desde o início dos anos 1980.

O processo de reestruturação produtiva, observado a partir de meados da década de 80, tem apontado efeitos na reconfiguração tecnológica e organizacional dos processos produtivos. Tal fato vem apontando para o desenvolvimento de estudos que alertam para um novo paradigma de produção. A literatura da sociologia do trabalho alerta para algumas destas transformações:

- Práticas de emprego, com impacto sobre o tamanho dos efetivos, e que dão lugar a novas formas contratuais;
- Do conteúdo dos postos e da divisão de tarefas nos processos produtivos;
- Da divisão do trabalho na empresa e da estrutura ocupacional dela resultante;
- Das relações de hierarquia e de autoridade definidas como novas formas de poder, incluindo aqui restrições de antigos direitos. (GUIMARAES, 1990)

A primeira constatação que fazemos, em termos de desemprego, é que seus efeitos sociais não preocupam e não impactam da mesma forma a mídia, a população, os governos, os especialistas, enfim, a sociedade em geral. Enquanto no Brasil, principalmente na década de 80, movimentos que se organizam e partidos políticos em busca de melhores condições salariais, em busca de terra e da tomada de poder pela esquerda brasileira na França, no decorrer da década de 80, o desemprego se torna a “questão social” e neste contexto organizam-se mobilizações intensas de desempregados. Na Itália, a despeito de seu nível mais

---

<sup>26</sup> Fundado oficialmente em 1984, o MST tem lutado por terra, pela reforma agrária e por justiça social, num país que possui um dos maiores índices de concentração de terras e de renda do planeta e tem organizado em suas fileiras os pequenos agricultores Sem Terra, os desempregados ou subempregados rurais, além dos desempregados urbanos sem perspectivas de encontrar emprego nas cidades. Seus principais instrumentos de luta são as ocupações de terra, os acampamentos, as marchas, as ocupações de prédios públicos, os saques e as manifestações públicas, todos utilizados como instrumentos de pressão sobre o governo por desapropriações de terras e por assistência técnico-financeira aos assentados. Atua hoje em 23 estados do país, com 585 acampamentos envolvendo um total de 75.730 famílias, e em 1.490 assentamentos envolvendo 108.849 famílias, segundo os últimos dados fornecidos pelo próprio Movimento.

elevado, “um otimismo surpreendente” levava a subestimar sua dimensão social e rever para menos a amplitude deste fenômeno<sup>27</sup>.

No nosso caso, as dimensões são espantosas dadas à magnitude da população e a quantidade imensa que se vê compelida a transladar-se. A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980. Agora é de 110,9 milhões. A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 e é agora, 35,8 milhões. Reduzindo-se, em números relativos, de 68,7% para 32,4% e para 24,4% do total. (RIBEIRO, 1997, p. 198)

E continua o autor,

O Brasil alcança desse modo, uma extraordinária vida urbana, inaugurando, provavelmente, um novo modo de ser das metrópoles. Dentro delas geram-se pressões tremendas, porque a população deixada ao abandono, mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa. Dificulta, porém, uma verdadeira modernização, porque nenhum governo se ocupa efetivamente da educação popular e da sanidade. (RIBEIRO, 1997, p. 200)

No nosso país, segundo Guimarães (1990) aponta, a estruturação do mercado de trabalho não generalizou a relação salarial estável e a produção em massa não sustentou um movimento de extensão da cidadania e de proteção social. Portanto,

nem o movimento sindical chegou a se constituir um interlocutor legítimo para negociar as condições de uso e remuneração do trabalho, nem o trabalhador alcançou a sua centralidade como consumidor, sobre a qual se assentaria a produção em massa (p. 111).

A instabilidade no emprego, salários diferenciados e ausência de trabalho coletivo não favoreceu, segundo Guimarães (1990), a estabilidade das regras de negociações salariais, a inviolabilidade dos acordos trabalhistas ou a legitimidade da ação reivindicatória dos trabalhadores. Há grande déficit de educação expresso na baixa escolaridade. O grande número de fatores institucionais que regulam o mercado de trabalho no Brasil, conduz ao não incentivo dos trabalhadores em buscar treinamento e nem as empresas em oferecê-lo. Verifica-se uma trajetória profissional dos trabalhadores desorganizada, devido à forma como foi institucionalizado o mercado de trabalho e às formas de proteção deste. A análise, então, das instituições do mercado de trabalho que regulam, institucionalizando o desemprego, torna-se foco para a análise das interpretações da sociologia do desemprego.

---

<sup>27</sup> PIGNONI Apud E. Pugliese, 2006, p. 273. Alguns propõem uma redefinição do número de desempregados, excluindo os menos ativos e aqueles que, mesmo procurando ativamente um emprego, exercem profissões precárias não declaradas. (Bolonha: Mulino, 1986)

Assim reforçamos a afirmação já dita neste texto, de que cada país tem uma trajetória sócio-econômica particular, mas também apresentam aspectos comuns: globalização, desregulamentação das autoridades públicas, padronização das formas de gestão, de produção e de emprego.

No Brasil a institucionalização do desemprego é fraca e recente. Ao mesmo tempo em que há espaços ocupacionais fortemente enquadrados nas normas jurídicas e por uma proteção social, há outros caracterizados pela economia informal desenvolvida e diversificada, dando espaço à flexibilidade do emprego. A questão do desemprego é assimilada a outras categorias de identificação subjetivas e políticas, em busca de uma fortificação para reivindicar e negociar a proteção social (movimento dos SEM, desabrigados etc...).

Na França o desemprego é fortemente institucionalizado. Existem várias instituições de recolocação dos sujeitos no mercado de trabalho. Tal fato aumenta as taxas de desemprego no país, justamente porque as pessoas providas de emprego somente recebem auxílio do sistema *welfare* se estiverem inscritas como desempregadas. Também se verifica que as formas de desemprego passam a expressar as formas de empregabilidade, porque os empregos atípicos passam a se encaixar na norma salarial: institucionalizam-se os contratos temporários e os estágios; ganha espaço o trabalho em tempo parcial.

Neste sentido, a reestruturação econômico-produtiva nos anos 90 foi acompanhada de uma nova configuração da estrutura laboral e social. Criou-se uma nova divisão do trabalho, que teve seu reflexo na diminuição de postos intermediários, no aumento de postos de trabalho não qualificados e mal remunerados. Tudo isso contribuiu para intensificar a diferença dentro da estrutura laboral e deu lugar ao processo de dualização social, ou seja, laboral social (CASTELLS, 1997). Por outro lado, a crescente informatização e robotização de amplos setores econômicos e produtivos estão provocando a redução do emprego, deixando em total desamparo um grande número de trabalhadores que se vêem obrigados a buscar, por seus próprios meios, um modo de gerar renda que lhes permita subsistir. Consequentemente há o aumento do setor informal da economia, que é outra das características do fenômeno neoliberal, reduzindo assim a proteção dos trabalhadores e elevando a precarização do emprego.

Este processo de fragmentação leva à formação da sociedade brasileira cada vez mais individualizada, impedindo a interação entre sujeitos sociais. Com isto, surge um enorme desafio que é a busca de diretrizes fundamentais para a organização de movimentos sociais

dar-se conta desde antagonismo que vive a classe<sup>28</sup> seria a verdadeira *revolução cultural*<sup>29</sup> e social. Darcy Ribeiro (2007) ressalta que este mesmo processo ocorreu para consolidar os antagonismos sociais de caráter traumático. Diz:

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que encandescce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. (2007, p.120)

Na França, entre a metade dos anos 1970 e o fim dos anos de 1990<sup>30</sup>, o desemprego não cessa de aumentar para atingir, no ponto mais alto da crise, mais de três milhões de “demandantes de emprego”. (PIGNONI, 2006, p. 275). Segundo Ribeiro (1996) herdamos da Europa, especificamente da França, neste período, sete milhões de pessoas. Quatro e meio milhões deles se fixaram definitivamente no Brasil, principalmente em São Paulo, onde renovaram toda a vida econômica local. Esta grande massa urbana, que não querendo ser explorada pela Europa, vem reassentar-se aqui. Assim, o fenômeno da pobreza *urbana*<sup>31</sup> no Brasil, definiu-se como característica muito forte no processo de urbanização brasileira, definida por Darcy Ribeiro como sendo *Caótica*<sup>32</sup>.

De acordo com Pignoni (2006, p. 277), já em 1988, mais da metade dos homens entre 30 e 49 anos, estava empregado sob um estatuto precário na França. Desemprego de longa duração para os menos “empregáveis”, desemprego recorrente para os jovens, as mulheres e os operários constituem as principais consequências dessa evolução do mercado de trabalho. No Brasil essa progressão do número de desempregados se traduz por demissões em massa e fundamentalmente pelo aumento da precarização de trabalho, do acréscimo de miseráveis e pelo alto índice de violência. A partir de meados dos anos 1980 na França e meados dos anos

<sup>28</sup> Para Marx, as classes não são constituídas de agregados de indivíduos, mas são definidas estruturalmente: as classes são efeitos da estrutura. No modo de produção antigo, as classes eram a dos patrícios e dos escravos; no modo de produção feudal, havia senhores e servos; no modo de produção capitalista, burgueses e operários. No modelo atual e renovado do capitalismo, a classe são aqueles que passam fome, impedidos de acessar o alimento, a saúde, a educação, as habitações, ou seja, impedidos de acessar as coisas mais básicas da sobrevivência humana.

<sup>29</sup> Ver dicionário Paulo Freire, 2008, p. 367.

<sup>30</sup> Vejamos a entrevista atual de François Sabado, francês e um dos fundadores do mais novo partido político da França, o Partido Anticapitalista e Antiprodutivista. Quais as principais dificuldades que a Europa vive diante dessa conjunção de crises? François Sabado – Por exemplo, na França a situação é muito preocupante. Hoje, há mais de 4 milhões de pessoas desempregadas, numa população ativa de 25 milhões. Mais de 20% da população ativa está parada. Há baixa de produção industrial, de taxa de crescimento. Em toda a Europa há taxas de crescimento negativas. Essa situação é bastante difícil, porque há muitos desempregados que são despedidos das fábricas, muitos salários foram bloqueados, há políticas de deflação salarial em alguns países. A situação é preocupante, porque as pessoas tiveram de passar por mudanças muito radicais.

<sup>31</sup> Pensemos aqui em urbano, o campo também sofre com este processo caótico de urbanização, como adjetivo, pois nosso estudo limita-se ao contexto urbano.

<sup>32</sup> Ver Ribeiro. *A urbanização caótica*, 1996, p. 193.

1990 no Brasil, as sondagens mostram que o tema do desemprego ganha maior força entre movimentos de trabalhadores.

### *1.2.1 No Brasil*

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, em 1994, sustentado pelo impacto positivo do Plano Real, de um lado, e pelas forças políticas conservadoras<sup>33</sup>, sobretudo representadas pelo PFL, de outro, o projeto neoliberal<sup>34</sup> não apenas teve continuidade como pode ser aprofundado no Brasil. Aprofundou-se o processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros, o processo de privatização das empresas estatais, o processo de desregulamentação do mercado de trabalho e o processo de supressão dos direitos sociais. A implantação do governo Fernando Henrique Cardoso e da política neoliberal caracterizam fortemente este processo em nosso país.

No que diz respeito à urbanização das cidades brasileiras<sup>35</sup>, basta dizer que estimativas apontam que cerca de 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras no primeiro mandato de FHC. Com isso, o número de pessoas aumentou nas cidades, causando um grande e conhecido problema social que é o “inchaço” das periferias e favelas metropolitanas. Em 1995<sup>36</sup>, na Dinamarca, o Bureau Internacional do Trabalho estimou que

---

<sup>33</sup> A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário. Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas as seus “superiores naturais”, sem por no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos, que não o interesse nu e cru pelo pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, e de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas, ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta a seca.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Todo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas com serenidade suas posições sociais e suas relações recíprocas. (MARX, p. 12)

<sup>34</sup> O neoliberalismo confisca os poucos direitos conquistados pelos movimentos sociais. Para Marlene Ribeiro (2001, p. 73)

<sup>35</sup> A burguesia submeteu o campo a cidade. Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em comparação com a rural e, dessa forma, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida do campo. Assim como colocou o campo sob o domínio da cidade, também pos os povos bárbaros e semi-bárbaros na dependência dos civilizados, as nações agrária sob o jugo das burguesas, o Oriente sob o Ocidente. (MARX, p. 10)

<sup>36</sup> Trata-se também de um movimento na contramão. Neste momento o estado do Rio Grande do Sul vive processos muito importante de avanço político e de avanço em sua democracia. Temos aqui alguns governos ditos de trabalhadores populares, o orçamento participativo reorientando algumas reformas, enfim, chamar a atenção para isso é significativo.

no início de 1994, 820 milhões de pessoas estariam desempregadas, ou em situação de subemprego tão precárias e mal remuneradas, que equivaleria a estarem sem emprego (CATTANI apud TRAVAIL-OIT, 1996).

No presente século, teve lugar uma *urbanização caótica* provocada menos pela atratividade da cidade do que pela evasão da população rural. Chegamos, assim, à loucura de ter algumas das maiores cidades do mundo, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, com o dobro da população de Paris ou Roma, mas dez vezes menos dotadas de serviços urbanos e de oportunidades de trabalho. É um mistério inexplicado até agora como vive o povaréu do Recife, da Bahia, com aquela trêfega alegria, e, ultimamente, como sobrevivem sem trabalho milhões de paulistas e cariocas. (RIBEIRO, 1997, p. 199, grifo nosso)

Dessa forma, a luta<sup>37</sup> pela sobrevivência a qualquer preço coloca-se para muitos homens, mulheres, crianças, muitas vezes, *a cidade* como "última alternativa", como uma espécie de busca de um "porto seguro" em meio à insegurança do desemprego, da fome, do subemprego e da marginalização social, em suma, como um *meio*, às vezes o único capaz de garantir o sustento do próprio sujeito e o de sua família.

*...eu nasci no interior, eu nasci em casa, né, não foi no hospital. Me criei no interior, me criando na roça lá em São Francisco de Assis. Eu nasci no primeiro distrito de São Francisco, nasci e me criei lá. Com 14 anos eu fui para a cidade, daí eu fiquei lá. Perdi minha mãe logo em seguida, logo eu vim para Porto Alegre. Daí eu vim trabalhar aqui em casa de família (...) Tenho cinco irmãos. Eu sou a do meio, tem dois mais velhos do que eu e dois mais novos. Daí eu vim para Porto Alegre trabalhar, daí sem mãe, tivemos que fazer cada um por si. Daí eu conheci o pai da minha guria mais velha eu tinha 18 anos. (CGM, assentada em Gravataí, 03.03.2009)*

*...eu nasci num município do interior, Salvador do Sul. Meus pais são pequenos agricultores, porém eles não tinham terra. Então muito cedo, aos meus sete anos, nós tivemos que sair do local onde a gente morava, que era um pequeno distrito, Tupandi, para um lugar maior, Harmonia, onde tinha a possibilidade do pai e da mãe trabalhar em empresa. Porque na época, depois do pai e da mãe trabalharem*

---

<sup>37</sup> O A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposições uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX, , p. 8)

*juntos durante sete anos na agricultura a meio, se constatou que era inviável sustentar a família. Já éramos quatro irmãos, né, e de fato a gente se mudou para esta cidadezinha chamada Harmonia, onde o pai tinha possibilidade de trabalhar num frigorífico. O pai então começou a trabalhar ali. (PB, Gravataí, 30.02.09)*

À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem - nesses tempos de vigência do neoliberalismo - em cheio as classes oprimidas<sup>38</sup>, urbanas e rurais, aumentam as forças, as inquietações, a mística e a vontade de se fazer alguma coisa por parte daqueles militantes que “fundaram” o MTD, que se solidarizam com essa população “demitida de sua própria vida”. O sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social que vem desta militância envolvida e comprometida com o “novo”, este comprometimento e mística nos emociona:

*Neste espírito e nesta mística encontra-se as condições do nascimento do MTD, do ponto de vista material e econômico, uma elevada taxa de desemprego no país, em larga escala o processo de flexibilização, terceirização dos trabalhadores, seguido de baixos níveis de enfrentamento a tudo isso por parte da luta sindical.*

*Nasce em meio a este debate, a este grupo político, ou seja, dos grupos que em torno do MST se aglutinaram, os movimentos camponeses, setores progressistas da igreja católica, setores do movimento sindical, como parte dos metalúrgicos do RS. Esse grupo que está estudando o RS, como ele se formou economicamente, politicamente, também vai olhar como o Estado encontra-se, realizar uma pesquisa no meio dos desempregados, sobre a perspectiva de luta e assim vai realizando um trabalho de base que cria as condições para formar o primeiro acampamento de desempregados em 2000, ao lado da GM em Gravataí. (EM, em 12.03.2009)*

*A partir de estudos e reflexões internas do MCP, percebendo o crescente desemprego estrutural, participei da experiência de constituirmos nas vilas, núcleos de desempregados para buscarmos saídas. Com estes, organizamos uma*

---

<sup>38</sup> DARCY (1996) define como sendo classe Oprimida ou Marginal: trabalhadores estacionais; recoletores; volantes; empregados domésticos (as); biscateiros; delinquentes; prostitutas; mendigos. Ver quadro p. 211. Eu acrescentaria mais alguns como: catadores de resíduo sólido; e flanelinhas, pessoas em situação de insegurança alimentar (fome). Ribeiro (1995, p. 210), O quarto estrato formado pelas classes oprimidas, é o dos excluídos da vida social, que lutam para ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado (...) - ontem escravos hoje subssalariados (...).

*importante “Vigília contra o desemprego”, em algumas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Ainda organizamos um bloco de desempregados, a partir destes núcleos, que desfilaram no Grito dos Excluídos<sup>39</sup> de 1999, chamando atenção para o desemprego e os desempregados, assim como, para a necessidade de sua organização. Logo percebemos nossa fragilidade de método de organização e falta de clareza de objetivos que faziam com que com a mesma facilidade que juntávamos as pessoas, também se dispersavam. Importante percepção que se constitui em aprendizagem, que vai contribuir no acúmulo para a organização do Movimento. (LS, em 25.03.2009)*

*...e nesta leitura da história estão os movimentos sociais mais combatíveis: o MST, alguns sindicatos como os sapateiros e os metalúrgicos, que diga-se de passagem, vivia na década de 90 um momento muito forte, as questões das demissões. Então aí eles se colocaram no problema: E os desempregados que são da nossa categoria??? Então eu to desenhando um quadro que eu considero a origem do Movimento. Como se o Movimento fosse ter várias raízes. Esta dimensão as pastorais evidente que acredita, que não é apenas organizando ONGS, nem apenas centros de formação que se irá combater a questão do desemprego e de sindicalistas que consideram que não se pode abandonar desempregados de sua categoria que foram demitidos. E desta própria questão do MST, que entende que a cidade precisa se organizar, especificamente. Pelo menos o MST aqui do RS não entendia que eles que tinham que organizar o urbano, movimentos autônomos próprios. Então eu continuo sendo seminarista, digamos neste momento todo, e bem e de fato eu sou bem mais um apoiador deste processo, ainda na organização deste processo. Em 2000, quando acontece a primeira ocupação aqui em Gravataí, eu já havia feito muito trabalho de base em Viamão e os debates dentro da consulta sobre a criação deste processo, que se constitui em Movimento dos desempregados. (PB, em 20.02.2009).*

---

<sup>39</sup> Atividade organizada pelas Pastorais Sociais das Igrejas, em parcerias com outras entidades, desde 1995.

Estes três depoimentos são oriundos das entrevistas semi-estruturadas<sup>40</sup> (roteiro em anexo) realizadas. Os depoentes são membros da Consulta Popular (discussões do nascimento do MTD), chamei-os de *preâmbulos*<sup>41</sup>, pois por eles busquei e “revirei-os”. Com eles falei de minha intenção de pesquisa, com eles “iniciei” o método. A pesquisa é, como afirma Streck (2006, p. 259), “um ato e uma forma de pronunciar o mundo. Assim, quem pesquisa sabe que de algum lugar e de alguma forma terá de fazer seus registros. São notas em caderno, gráficos, diários de campo, fotos, vídeos, entrevistas, além de imagens e gestos que simplesmente ficaram gravados na memória. Enquanto isso, ou no fim, organizam-se essas notas e procura-se auscultá-las e dar-lhes sentidos”.

Dessa maneira, poderíamos dizer que a força de articulação de todos estes movimentos organizados em um grande debate em torno da Consulta Popular, na maior parte, do fato de que os efeitos perversos causados pela adoção de políticas neoliberais no Brasil acabam, no final das contas, contribuindo para a criação do MTD. Esta base não está sujeita aos “constrangimentos econômicos” que dificultam a luta de classe<sup>42</sup>. Se por um lado, como dissemos, a ausência dos “constrangimentos econômicos” cria condições mais propícias para a luta política e ideológica das classes subalternas, por outro, há outros fatores que dificultam a subordinação ideológica destes atores que construíram (aqui dizemos MST, MCP, Pastorais, igrejas) o MTD à ideologia dominante. Referimo-nos, aqui, ao significado que assume - ou, pelo menos, *pode* assumir - a utilização do principal instrumento de lutas contra o estado burguês/neoliberal: a construção de marchas (daqueles que não tem trabalho, não tem casa, não tem terra, não tem escola etc...), ou seja, a construção de movimentos sociais.

---

<sup>40</sup> As entrevistas semi-estruturadas ou informais, o jeito que se referem alguns teóricos é um recurso que utilizamos aqui para obter o discurso dos sujeitos envolvidos na pesquisa, seu conteúdo, e a partir do roteiro de entrevistas construído por esta pesquisa e das próprias entrevistas já realizadas definimos as dimensões de análise teórica.

<sup>41</sup> Decidimos eu e meu orientador chamarmos estes sujeitos da pesquisa de *preâmbulos* por entender que os três possuem um sentido inicial desta pesquisa, por assim dizer, uma fase inicial, mas de muito valor para todo da pesquisa, chamamos de entrevistas *preâmbulos* que contou com três pessoas (os três caracterizados no capítulo três). Duas mulheres e um homem, os três lideranças e direção do MTD. As duas mulheres são assentadas em Eldorado, o homem liderança que mora na vila onde se localiza o assentamento de Gravataí. Portanto, apesar de usar a mesma lógica de roteiro possuem elementos mais densos em que “*aproveitamos à deixa*” entramos.

<sup>42</sup> A luta de classes, assim como as classes decorrem da divisão do trabalho. Nas sociedades modernas a luta de classes se dá entre capitalistas ou burgueses (donos dos meios de produção) e trabalhadores ou proletariado (donos da força de trabalho). O trabalho nas sociedades modernas é denunciado por Marx pelo seu caráter exploratório do trabalhador. No entanto, Marx vê uma solução para esta relação exploratória: a revolução que seria feita pelo proletariado. No entanto, a revolução do proletariado contra o modo de produção capitalista só não acontece, segundo Marx, devido à alienação. Neste contexto, entendemos que a revolução partirá do povo pobre organizado, povo que passa *caótico*, povo com fome, que fica muitas vezes 1,2 meses sem colocar um pedaço de carne na boca, povo sem dente, povo negro e marginalizado, povo desempregado em sub-condição, povo oprimido.

Perry Anderson, no seu trabalho sobre o pensamento gramsciano, observa que a análise dualista de Gramsci - hegemonia de um lado, coerção de outro - "não permite um tratamento adequado dos *constrangimentos econômicos* que agem diretamente para reforçar o poder de classe da burguesia". Ele está fazendo referência, neste caso, ao medo do desemprego, da demissão etc. "que pode, em certas circunstâncias históricas, produzir uma 'maioria silenciosa' de cidadãos obedientes e de eleitores submissos entre os explorados. Tais constrangimentos não envolvem nem a convicção do consentimento, nem a violência da coerção", completa o autor<sup>43</sup>.

Neste sentido, as *marchas* são ações práticas e que podem contribuir para evitar as *violências coercitivas*, baseadas numa carência objetiva - falta de terra, de trabalho, de comida etc...<sup>44</sup> - e na convicção subjetiva de que há legitimidade em tal ato<sup>45</sup>, ajudam a mobilizar sujeitos, para que organizados contrariem o postulado legal do direito burguês de não-violação da propriedade alheia - estatal ou privada, produtiva ou improdutiva, pouco importa. Essa convicção subjetiva, a meu ver, é um elemento *embrionário* de desafio à ideologia dominante que, enquanto tal, *pode* desenvolver-se, dependendo, nesse caso, de outros fatores: papel das lideranças do Movimento junto às bases, trabalho de formação política junto aos trabalhadores, confronto com o Estado e com os proprietários da terra etc... Mas, de qualquer forma, o que acho importante ressaltar, é que se trata de um método de ação cujas consequências possuem uma potencialidade "pedagógica" evidente: possibilidade de contrapor o legítimo ao legal, possibilidade de desvendar a natureza do Estado e do próprio direito burguês, possibilidade de visualizar os inimigos de classe, possibilidade da organização política para a resistência etc<sup>46</sup>...

Além das grandes mudanças políticas e econômicas apresentadas acima, os anos 90, apresentaram também, em escala de conceitos e valores públicos, uma onda de reformas.

---

<sup>43</sup> Perry Anderson, "As antinomias de Gramsci". In: *Crítica Marxista – a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Ed. Joruês, 1986, p.39, os grifos são nossos.

<sup>44</sup> Um depoimento colhido pelo Datafolha em pesquisa realizada em junho de 1996, em acampamentos de sem-terras, é ilustrativo do que estamos afirmando: "Sueli Ribeiro dos Reis, 36, era bóia-fria até o ano passado, quando, junto com o marido Aristeu dos Reis, 40, ingressou no MST e foi parar no acampamento de Taquaruçu (SP) [fazenda do Pontal do Paranapanema]. Ela cursou até a 5ª série. 'Abandonei a escola para trabalhar', disse. Sueli tem três filhos. Aristeu só fez parte do curso primário. Ele trabalhou como operário na construção de barragens da Cesp no Pontal do Paranapanema por vários anos. Depois que Aristeu perdeu o emprego, em 1990, o casal começou a trabalhar como bóia-fria. 'A gente estava passando fome. Viemos para o acampamento porque não havia alternativa', disse Sueli. Aristeu acha a vida no acampamento difícil. 'Mas aqui pelo menos não falta comida'. Os dois votaram em FHC em 94". *Folha de S.Paulo*, 30.06.1996.

<sup>45</sup> A nosso ver a Igreja Católica progressista jogou um papel fundamental para a afirmação dessa legitimidade, utilizando-se da contraposição entre "terra de trabalho" x "terra de negócios" e da autoridade ideológica que sempre representou para a maioria dos trabalhadores do campo. Mantidas algumas especificidades, essas observações para as "ocupações", valem também para os "saques" realizados principalmente no Nordeste.

<sup>46</sup> Claudinei Coletti. Seminário Intermediário. USP, 2003.

Neste sentido, foi proposto pelo Banco Mundial, aos países emergentes, que empreendessem uma profunda reforma que redefinisse a relação entre Estado e sociedade, atendendo os diversos objetivos, dentre eles conseguir um crescimento econômico sustentado, reduzir níveis de pobreza, melhorar o desempenho das instituições, reformar o sistema de justiça, de saúde e de educação e terminar com a centralização (DÍAZ, 2005, p. 80). Em contramão a isso, a década de 90 também representa um processo de redefinições, orientações e estratégias, tendo em vista a redução da pobreza, definida como:

Em relação à pobreza, a partir da Cúpula de Copenhague (1995), esta foi definida em termos de falta de oportunidades, ausência de poder, isolamento e discriminação – sem deixar de considerar a escassez de renda e a insatisfação de necessidades básicas como elementos também definitórios, embora não exclusivos. Neste novo enfoque, ganharam vigência os termos de exclusão social e vulnerabilidade e se colocaram como desafios vencer mediante políticas de ataque à pobreza, as quais segundo os paradigmas vigentes, deveriam ser orientadas para fortalecer a equidade, a participação cidadã e a justiça social. A partir de então a pobreza se associa aos direitos humanos e à condição de cidadania. (DÍAZ, 2005, p. 84)

A pobreza urbana, recoberta cada vez mais pela miséria, insegurança alimentar, vícios, violência, total desordenamento da vida e dos valores, implica diretamente na participação social e política destes “pobres urbanos”. A fome é imediata. Assim, a fome e a miséria humana são marcas faciais destes sujeitos, elas estão no seu rosto, em seu corpo, em seu jeito de falar e olhar. Entendida também como acesso ao alimento, a miséria humana tornar-se princípio pedagógico.

Este tempo de crise, caracterizado por Paludo (2005), que se expressa na perda da soberania nacional, pelo processo de globalização, pelo bloqueio do desenvolvimento societal na distribuição de direitos, na violência, na crise de valores, na crise de referenciais socialistas, no alargamento entre ricos e empobrecidos e numa sociedade pautada pela razão instrumental e pela competitividade, o conflito básico deste momento do processo histórico, afirma a autora, é caracterizado como sendo de crise civilizatória, é o de exclusão e recolonização x resistência. Talvez, em nenhum momento histórico, sob a modernidade, a direção do processo de desenvolvimento, dada pelas forças hegemônicas, tenha sido tão perversa. O que está acontecendo, segundo Paludo, é a eliminação da força de trabalho.

A crise da Europa, marcada pelo desemprego, funda-se na crise do Estado de bem estar social, que se desenvolveu depois da Segunda Guerra mundial. Durante esses anos de crescimento, o “estado social” desenvolveu-se como uma “instância central de regulação” da sociedade salarial. A consolidação do direito ao trabalho, a extensão das proteções sociais, o crescimento do consumo, o acesso crescente ao lazer e à cultura alimentavam a fé, em um

progresso social indefinido, no qual o Estado era percebido como fiador de um crescimento econômico equilibrado e justo. O estado social desta época define-se como um integrador (PIGNONI, 2006). No Brasil, apesar de não existir Estado de bem estar social, o processo seguiu na mesma lógica internacional: trabalhadores perderam seus empregos, uma forte marginalização da população excluída e agricultores perderam suas terras.

Compreender aspectos econômicos, políticos e sociais que marcam este processo é, de certa forma, entender o momento histórico que os “*desempregados da vida*” no Brasil se articulam<sup>47</sup>, e ao mesmo tempo lançar uma provocação: *seriam estes sujeitos fruto deste momento histórico?* Nas palavras de um liderança-preâmbula,

*Primeiro compreender o processo da CP<sup>48</sup>: Estávamos em plena década de 90, com a implantação do neoliberalismo e a oposição no Brasil se moldando a estes novos conceitos. FHC derruba em 95 a última greve de fôlego da classe trabalhadora, que é a greve dos petroleiros, e na sequência ocorre o massacre de Eldorado dos Carajás em 96, sendo que em 97 o MST chega à Brasília com mais de 100 mil pessoas. A luta de classes no Brasil se desloca das camadas proletárias e volta-se para as camadas camponesas, especialmente os Sem Terra.*

*O grau de articulação em torno do MST, maior força de luta dos anos 90, levou este a convocar um encontro com o nome de Consulta Popular, sobre a retomada do debate e da luta pelo Projeto Popular pelo Brasil. Neste contexto, no final de 97, nasce a CP. Em seguida, nos anos seguintes, publica-se o livro “Opção Brasileira”, onde irá encontrar melhor situado o debate do Projeto Popular. Seguiram-se marchas estaduais em 98 e em 99 ocorre uma marcha à Brasília, que caminha desde o Rio de Janeiro até a capital, ao longo de 72 dias. (EM, membro da MCP,)*

Na França, o momento onde o desemprego em massa acontece, é vivido pelos franceses de forma dramática, socialmente depreciativa, frequentemente vivida como a perda de uma identidade social ou a internalização de uma identidade negativa (o pobre, o preguiçoso, o inútil). No Brasil, iguala-se (em lógica e não em tempo) com aqueles que

---

<sup>47</sup> O Movimento da Consulta Popular tinha como eixos articuladores do MTD em sua matriz os três “T”: trabalho, teto e terra. Estes eixos fundaram o MTD e esta na sua proposta de organização (ver pesquisa CAMP, 2007, p. 46) análises feita pela pesquisado a partir do material produzido, este processo inclusive deu origem a uma marcha que aconteceu em dezembro de 2000. Saíram das periferias de Gravataí e foi até Porto Alegre.

<sup>48</sup> CP significa Consulta Popular.

perdem seus empregos. Portanto, isso não acontece com os sujeitos em estudo, uma vez que todos os entrevistados não são frutos deste processo intenso caracterizado por este período. Estes sujeitos são eternos *sem-trabalho*<sup>49</sup>, é assim que vamos entendê-los, o que sentem neste momento é o agravamento de sua sub-condição de vida. O conceito de desempregado que vamos utilizar aqui, será de extrema importância no que se refere às construções teórico-metodológicas deste trabalho.

Nessa perspectiva, o desemprego irá traduzir-se progressivamente como subemprego, e os indivíduos à procura de emprego, ou simplesmente desejosos de obtê-lo, declaram isso nas entrevistas realizadas no assentamento. Estes, ao longo de suas vidas, ocuparam ofícios de forma precarizada e permanentemente rotativa. Este processo fez com que estes sujeitos construíssem uma subjetividade de desempregados, apesar de que, nenhum dos entrevistados na pesquisa, algum dia chegou a ter suas carteiras assinadas. Os assentados de Gravataí cursaram, no máximo, até a quarta série, todos vivem e viveram de “bicos” e trabalhos sem proteção social garantidos, traduzidos por faxinas, capinas, empreitadas... enfim, uma série de ocupações e de trabalho precarizado.

### 1.3 AS MOBILIZAÇÕES NACIONAIS: AS DIFICULDADES E AS CONQUISTAS

*Neste espírito e nesta mística encontram-se as condições do nascimento do MTD: do ponto de vista material econômico, uma elevada taxa de desemprego no país, em larga escala o processo de flexibilização; terceirização dos trabalhadores, seguido de baixos níveis de enfrentamento a tudo isso por parte da luta sindical. (EM)*

É a partir de problemas cotidianos enfrentados pelos *sem-trabalho*, que as ações coletivas e as reivindicações mais necessárias vão sendo elaboradas. Como declara uma liderança do Movimento:

*O MTD para mim ... ele é uma organização que vem representar as pessoas da periferia que não tem uma representação...  
(...)eu compreendo assim, que o Movimento avança bastante, porque ele procura hoje perceber sem abandonar o eixo trabalho, que eu acho que não é central na*

---

<sup>49</sup> Aqui vamos entender trabalho numa perspectiva ampla, ou seja, trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Mas adiante vamos trabalhar melhor este conceito.

*nossa organização, mas ele consegue perceber que eu acho que ele tá a procura disso e de outras questões centrais na vida da pessoa da periferia. Então hoje, nós temos lutas que nós já conseguimos assumir, como é a questão da alimentação... A outra questão fundamental pra nós é a luta pela educação infantil. Estamos falando de necessidade mesmo, de coisa real, então vamos fazendo esta luta que exige do poder público(...)(PB)*

No Brasil, o caráter maciço e reivindicativo das mobilizações de desempregados, Sem Terra e pequenos agricultores, no decorrer das décadas de 1990-2000, contudo a dificuldade, levará a sociedade brasileira, especificamente a América Latina, a alcançar muitas conquistas. Já o número de “manifestações de lutas”, realizadas pelos Sem Terra e pelos pequenos agricultores, passou de um total de 407, envolvendo 285.517 pessoas - isto no ano de 2000 - e 493, envolvendo 478.775 pessoas, em 2001, segundo dados da CPT<sup>50</sup>.

Por “manifestações de luta” devemos entender as manifestações em frente aos prédios públicos e às agências bancárias; os acampamentos de protesto em frente aos órgãos do governo (sedes regionais do Incra, por exemplo); as ocupações desses prédios públicos; as marchas; as romarias; as manifestações realizadas em datas comemorativas da luta pela terra; as manifestações de luta das mulheres oprimidas; dos jovens e dos sem terrinha; os bloqueios de estradas; as vigílias contra o desemprego e contra a fome etc... Ainda que essas “manifestações” sejam instrumentos importantes de protesto e de pressão dos movimentos sociais sobre o governo, e que, de 2000 a 2001, tenha aumentado bastante o número de pessoas nelas envolvidas, ao nosso ver, foram elas um motivador importante na concepção do MTD. Por isso reiteramos nossa idéia de que o MTD é um movimento social urbano, que busca em sua existência a organização de sujeitos que não se conformam com a realidade de opressão e miséria. Portanto, a organização dos pobres e oprimidos da cidade, é o principal instrumento de luta e de pressão do MTD sobre os governos.

*“...para mim ela é uma organização de POBRES da periferia, né? O trabalho ainda é uma das questões centrais, pois estamos na busca da renda e as pessoas querem buscar renda pelo trabalho, né? Essa questão assim das pessoas querer procurar renda pelo trabalho, a gente percebe cotidianamente, né? E não gostam de fazer outro tipo de trabalho, digamos assim, não tão bem quisto, as pessoas*

---

<sup>50</sup> Conforme os cadernos *Conflitos no Campo-Brasil-2000* e *Conflitos no Campo-Brasil-2001*, da CPT.

*querem ter sua sustentação, sua renda através do trabalho lícito. Eu acho que isso aí já é importante agora é... uma outra coisa que para nós na época foi determinando, para nos dizer que era o MTD, que era o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e não o levante da periferia, foi que a gente dizia o trabalho ele organiza permanentemente as pessoas, diariamente diferente da moradia que isso movimenta a pessoa por uma fase da vida, depois que ela conquistou ela estagna, né? Essa foi a leitura... eu compreendo assim que o Movimento avança bastante, porque ele procura hoje perceber sem abandonar o eixo trabalho, que eu acho que não é central na nossa organização, mas ele consegue perceber que, eu acho que ele tá à procura disso e de outras questões é... centrais na vida da pessoa da periferia. Então hoje nós temos lutas que nós já conseguimos assumir, como é a questão da alimentação que se caracteriza tanto pela questão de que se é possível produzir alimentos saudáveis, mesmo que na periferia a questão da agricultura urbana, como também a luta por reduzir o preço dos alimentos, como também a luta para exigir que o governo compre mesmo cesta básica da agricultura familiar para o povo que esta passando fome. Então a luta pela comida ela tem que ser muito forte e o Movimento está conseguindo fazer ela, né? Talvez hoje mais que a questão do trabalho” (PB, em entrevista).*

Os movimentos sociais não se cansaram de denunciar o descaso do projeto neoliberal para com a população pobre brasileira, com a exclusão, com o desemprego, com a fome. De 1995 a 1998, como já dissemos anteriormente, cerca de 400 mil pequenas propriedades faliram e dois milhões de postos de trabalho na agricultura foram eliminados. Milhões de trabalhadores perderam seus empregos demissões, terceirização, flexibilização na indústria brasileira. Cálculos efetuados com base em dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicilio (PNDs) da década de 90, indicam que no período 1990-93, em consequência de queda no rendimento médio, houve aumento da pobreza, diminuição do salário e aumento da desigualdade. No período 1994-95, com o plano real, o nível de pobreza não diminuiu. Correa (1999) usou dados da PNAD de 1995 para avaliar a desigualdade e a pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura. Relatou que em São Paulo e na Região Centro-Oeste, foram encontrados os maiores valores das medidas de desigualdade, enquanto no Nordeste apresentou os mais elevados níveis de pobreza. Um estudo realizado pelo IPEA deste período relatou que o mercado de trabalho metropolitano de 1990-98 teve uma redução de empregos

na indústria e uma procura por trabalhadores no comércio e prestação de serviços, isto tudo, analiso devido ao aumento da flexibilização e da terceirização de trabalhadores.

Segundo Jorge Ribeiro (2009, p.6),

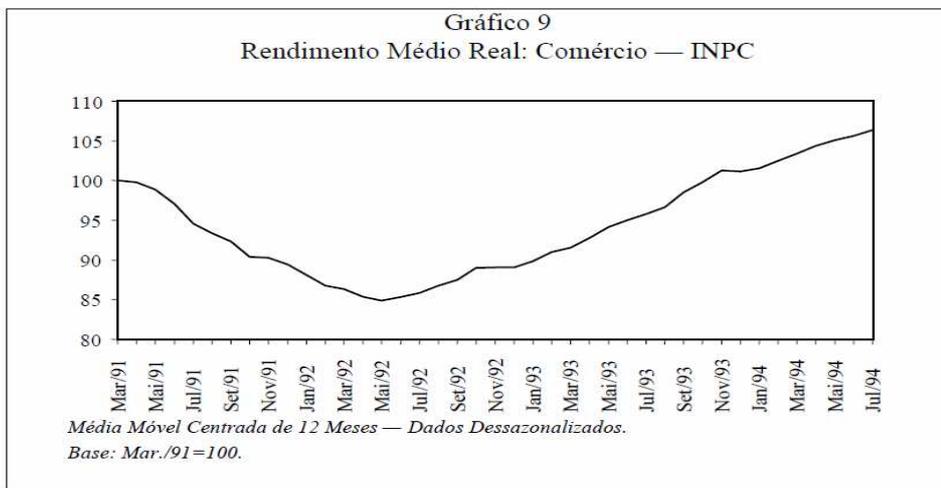
(...) a partir de meados dos anos 80, três tendências econômicas se manifestaram no terreno produtivo. Uma delas foi a que aprofundou a desindustrialização. Sob a liderança de governos neoliberais, essa desindustrialização promoveu a abertura comercial, a concorrência global, a privatização de empresas estatais e defendeu a flexibilização do mercado de trabalho<sup>51</sup>. Outra se fez notar no movimento de reestruturação produtiva, promotor, como se viu anteriormente, pelo enxugamento e flexibilização das empresas. E a terceira tendência à retomada de um projeto político de desenvolvimento local e nacional com base nos recursos nacionais.

Ilustramos este processo de flexibilização, terceirização de trabalhadores:

### Gráfico um (1) : aumento de postos no comércio

Rendimento Médio Real: Comércio — INPC<sup>52</sup>

MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: FATOS ESTILIZADOS E INTERPRETAÇÕES



<sup>51</sup> “Não é verdade que as leis trabalhistas brasileiras são rígidas. No Brasil há 44% de rotatividade no emprego, o que representa uma grande flexibilidade. Cerca de 10 milhões de brasileiros são despedidos por ano. É fácil demitir e contratar. A empresa não pensa mais em qualificar o funcionário, porque as relações são tão flexíveis que o empregado acaba saindo do emprego antes de retornar o que foi investido nele. Ou seja, o investimento vira custo. Celso Furtado, Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior deixaram importantes contribuições com relação ao tema trabalho no Brasil. É importante lê-los para uma visão mais ampla, mas é difícil encontrar uma publicação que sintetize a questão do emprego no Brasil hoje”. Pochmann, Márcio, em entrevista, em 2007, após assumir a Presidência do Ipea, acessado em 5/01/2009 no sítio indicado a seguir: <http://www.uefs.br/portal/colegiados/economia/news/personalidade-economica-do-ano-marcio-pochmann-falada-sua-vida-de-dedicacao-as-ciencias-economicas>.

<sup>52</sup> Estudo realizado pelo IPEA sobre mercado de trabalho nos anos 90, p. 10. Relatório do IPEA sobre desemprego e emprego nos anos 1990. [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0743.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0743.pdf). Acesso em: 01/06/2009.

O crescimento dos centros urbanos dá lugar a uma burocracia civil e eclesiástica da mais alta hierarquia e a um comércio autônomo e rico, integrado quase e exclusivamente por **reinóis**. Mesmo estes, porém, só alcançavam categoria social respeitável e se integravam na classe dominante, quando se faziam também proprietários de terra e fazendeiros. Só nas regiões mineradoras, como vimos, implanta-se uma verdadeira rede urbana independente da produção agrícola, contando com uma ponderável camada intermediária de modos de vida citadino (RIBEIRO, 1997, p. 196).

Gráfico dois: Aumento de ofertas para serviços: terceirizados, autônomos. Rendimento Médio Real: Serviços — INPC<sup>53</sup>

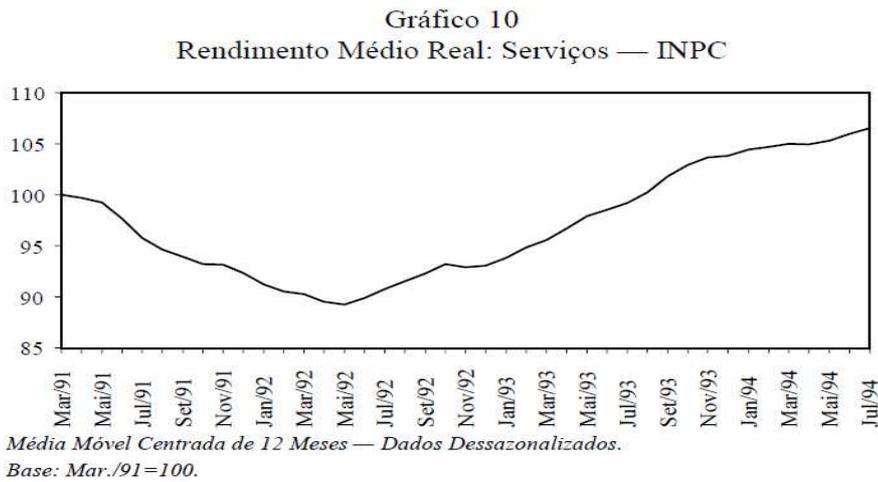
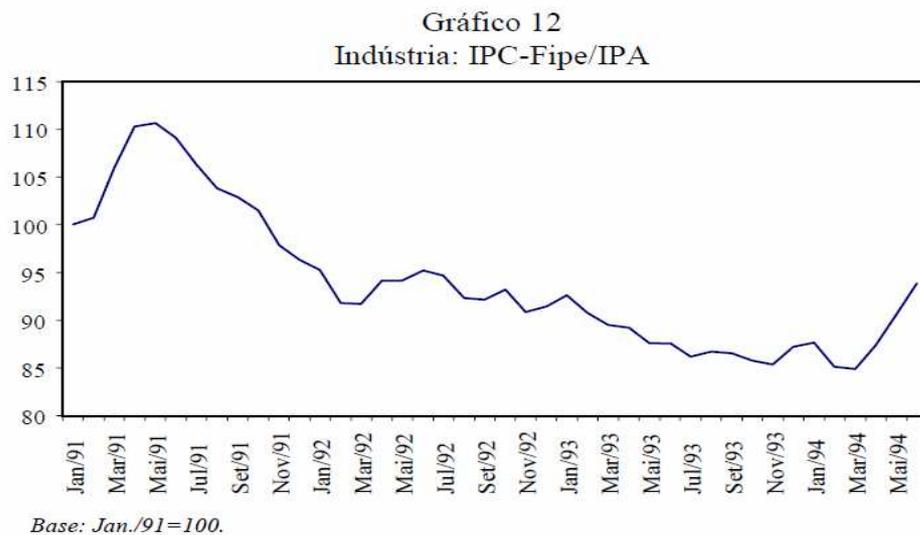


Gráfico três: diminuição de empregos na indústria

Rendimento Médio Real: Indústria — IPA<sup>54</sup>



<sup>53</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 11.

Nesse cenário se mobilizam os movimentos sociais à luta por um Brasil mais justo, baseando-se nas três dimensões essenciais do homem, segundo Marx – a necessidade, o trabalho e a sociabilidade. Trata-se de uma abstração ontológica que busca captar as características fundamentais do homem que o acompanham ao longo de toda a sua história: *o movimento*. Este processo busca apreender os aspectos duradouros da realidade humana e articulá-los com aqueles que surgem de acordo com as próprias necessidades do devir histórico.

#### 1.4 - TECENDO CONCEITOS: CAPITALISMO, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Na tentativa de entendermos que conceitos tecem a realidade histórica, social e política de não-trabalho (concreto), onde estão presentes *os pobres e desempregados* da periferia a qual fazem parte, ousaremos trazê-los para esta análise primeira. Vale a pena dizer que estes conceitos são conceitos que irão me orientar na escrita do terceiro capítulo desta dissertação, quando discutirei as dimensões de análise.

O capitalismo<sup>55</sup> contemporâneo tem demonstrado uma capacidade de reconfigurar-se muito rápido, conforme Durand (1993) os novos fatos e as novas percepções conduzem a pensar na instauração de um novo paradigma. Assim estas mudanças causadas por este “novo” modo de acumulação do capital, merecem a atenção de teóricos que desejam descobrir situações causadas por ela. Neste contexto, o desafio que se apresenta é o de compreender a lógica da desigualdade e o da pobreza no processo de construção destes sujeitos sem-trabalho (concreto) e/ou desempregados.

O modo capitalista de produção, que se constitui sob relações de expropriação da terra, dos instrumentos de trabalho e de exploração do trabalho humano, relações estas que são, por sua vez, geradoras de classes sociais antagônicas, precisa de uma ordem política que possibilite a centralização do poder, a garantia da propriedade privada e a mobilidade, inicialmente para o comércio, mais tarde para a produção e as finanças. O estado-nação, no qual está vinculado o conceito de cidadania, é a instituição política que dará legitimidade à nova ordem econômico-social (Marlene Ribeiro, 2001, p. 53).

Nos últimos anos, observa-se uma gradual transformação na identidade da classe trabalhadora, observa-se também uma mudança de referencial de classe. Com o fim do mito da incorporação total da população ativa à esfera produtiva, muitas perspectivas analíticas

---

<sup>55</sup> No capitalismo atual, segundo Bogo (2008), tudo é utilizado para aumentar a exploração. Mesmo ao assistir TV, estamos a serviço daquela emissora, dando-lhe audiência que garante aos investidores colocarem a propaganda de seus produtos, induzindo os espectadores a se tornarem consumidores de produtos que carregam em si o valor a mais da exploração, extraído da força de trabalho que os produziu.

foram alteradas. Entre o final da segunda guerra e meados dos anos 70, os países norteadocidentais mais avançados desenvolveram-se segundo um padrão homogêneo, que apesar da guerra fria, constituiu-se num referencial com pretensões à universalização. Este modelo caracterizou-se pela conjugação de vários elementos numa dinâmica específica, que pode ser resumida na equação dos seguintes fatores: industrialização, urbanização, militarização, concentração econômica, integração social e consumo de massa, homogeneização forçada, intervenção estatal (CATTANI, 1996, P.119).

São fatores que, ainda hoje, influenciam no processo histórico de constituição dos direitos da classe trabalhadora desempregada. Mesmo que ocupem alguns espaços e mesmo que busquem sua autonomia enquanto Movimento, surgem devido a estes fatores, alguns dilemas devido à natureza íntima do estado liberal de direitos, no seu necessário caráter de administrador de conflitos inerentes a uma sociedade dividida por interesses contraditórios (VIEIRA, 2001, p. 11).

De acordo com Cattani (2005), dados recentes sobre a situação da desigualdade social, produzidos a partir do senso de 2000 e divulgado pelo IBGE, em 2003, revelam, sob múltiplos ângulos, a gravidade do quadro que se reproduz há várias décadas. Trata-se de 40 milhões de pobres e desvalidos no Brasil! Um dos indicadores centrais nos processos de produção e de reprodução da desigualdade é, de acordo com Cattani, a distribuição de renda.

O desemprego aberto atinge 10% da população economicamente ativa, subindo para 20% quando consideradas exclusivamente as regiões metropolitanas, índices que aumentam sensivelmente se forem adicionados aos desempregados por desalento. Estima-se que mais da metade da população em idade produtiva encontra-se fora do mercado formal de trabalho, sobrevivendo de atividades informais, precárias, por vezes não remuneradas (CATTANI, 2005). É importante lembrar que, dado no Brasil, o acréscimo de apenas 1% representa milhões de pessoas a mais em situação de vulnerabilidade, de exclusão ou miséria absoluta.

A fome torna-se a inextinguível reivindicação do corpo que não cessa de fazer o espírito “confessar” a sua miserável condição material<sup>56</sup>. Essa dependência do homem em relação à natureza é um aspecto essencial da vida humana. Segundo Marx,

Um ser que não tem sua natureza fora de si não é um ser natural, não participa da natureza. Um ser que não tem nenhum objeto fora de si mesmo não é um ser objetivo. Um ser que não é ele mesmo objeto para um outro é um ser que não tem nenhum ser como objeto; ou seja, é um ser que não se encontra em relações objetivas e, portanto, seu ser não é objetivo. Um ser não-objetivo é um não-ser.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> MARX, Karl. Manuscripts de 1844. Paris: Flammarion, 1996. p. 171.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 171.

A fome é uma necessidade natural; para se satisfazer, para se apaziguar, ela tem a necessidade da natureza, de um objeto exterior. A fome é a necessidade material de meu corpo, a necessidade que ele prova de um objeto situado fora dele, que é necessário para completá-lo e manifestar seu ser<sup>58</sup>.

#### 1.4.1 De onde para onde? Por quê?

Rousseau, em “*A Origem da Desigualdade entre os Homens (1712-1778)*”, referiu-se à desigualdade como um fenômeno social, ou seja, que o homem é bom por natureza, e a sociedade o corrompe de sua condição natural. Nascemos livres e iguais e são as instituições sociais que criam a desigualdade entre os homens e mulheres, portanto, reafirmando a ideia de que a desigualdade é também uma “invenção” social. Rousseau afirma:

enquanto (os homens) se dedicaram apenas a obras que qualquer um podia fazer por si mesmo, e às artes que não necessitavam do concurso de muitas mãos, viveram livres, saudáveis, bons e felizes o quanto se podia ser por uma natureza, e continuaram desfrutando entre eles de comércio independente. Mas no momento em que um homem teve necessidade do auxílio do outro, desde que se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, a *igualdade a desapareceu*, introduzindo-se a propriedade, foi indispensável o trabalho e as extensas selvas foram substituídas por sorridentes lavouras, que tiveram de ser regadas com o suor do homem, e nas quais logo se viram germinar e crescer, juntamente com as sementes, a escravidão e a miséria (Rousseau, 1997, p. 55).

*O que faz Rousseau nesta dissertação?* Certamente, não pela sua história de revolucionário, nem mesmo pela matriz que deu a origem da revolução burguesa: a *burguesia*, nem pela sua opção pela burguesia, mas sim, é pelo fato de Rousseau criticar as luzes a partir das próprias luzes (p.73). E também a grande inspiração e presença de seu pensamento “revolucionário” na América Latina. Uma vertente importante na leitura de Rousseau identifica-o com a corrente utópica, inspiradora das revoluções e, no caso da América Latina do século XVIII e XIX, dos movimentos de emancipação da Espanha e de Portugal (STRECK, 2003, p. 75).

O ideal de sociedade que Rousseau preconiza é aquela onde os cidadãos conseguem ter uma participação direta na vida da comunidade (STRECK, p. 75). O modelo da democracia está na simplicidade dos camponeses regulamentando os negócios do Estado à sombra de um carvalho (ROUSSEAU apud STRECK, 2003, p. 75).

Aristóteles justificava a escravidão que ocorria na Grécia de seu tempo dizendo que era parte de uma ordem natural imutável e inquestionável. A escravidão, para Tocqueville, o

---

<sup>58</sup> Ibidem. p. 171.

teórico da democracia, justificava-se por razões naturais: a superioridade dos brancos os tornava naturalmente amos, e os negros naturalmente nasciam para ser escravos.

O século XIX foi o auge das teorias sociológicas darwinistas, um forte impulso de explicar a desigualdade como um fenômeno social que tem suas raízes em fatores naturais. A ideia básica desta corrente é que assim como na natureza acontece a luta pela sobrevivência, que permite a seleção natural, na qual somente os mais aptos conseguem se reproduzir e transmitir seus genes às próximas gerações, assim também no mundo do social existe uma luta constante que faz com que as melhores instituições sociais consigam se desenvolver e sobreviver.

Solera citando Durkheim (2005), também no século XIX, pela teoria funcionalista, sustenta que a ordem natural de relação entre as pessoas só pode ser estabelecida e mantida por meio de livre concorrência. Se desta ordem resulta desigualdade, esta se daria como resultado inevitável das condições naturais, daí que, se trata de suprir a dita desigualdade, se agiria contra a justiça e a eficiência. Para Durkheim, uma sociedade justa não era aquela que todos os homens fossem iguais, ou uma sociedade em que a desigualdade entre as pessoas fosse mínima. “Sua ideia de uma sociedade justa é simplesmente uma sociedade em que as desigualdades sociais expressam exatamente as desigualdades naturais”.

Segundo Solera (2005, p. 214) dada as diferentes abordagens e conceituações, a única forma de promover a criação de sociedades justas, equitativas e igualitárias seria removendo todas aquelas inovações humanas, acertos convencionais e institucionais que geram a produção de desigualdade e que asseguram sua perpetuação. Aqueles aspectos da desigualdade que não se originam em instituições sociais, mas nas características naturais das pessoas, não seriam suscetíveis de mudar. Esta discussão foi e é bastante importante para o trabalho aqui proposto, pois o propósito desta discussão conceitual é tentar esclarecer as causas históricas e sociais da desigualdade e da pobreza.

Contrariamente à sociedade moderna, regida pelo direito liberal, o direito medieval não reconhecia a igualdade dos grupos sociais. Assim, por exemplo, quem era filho de um servo da gleba, servo se tornaria. Igualmente, o filho de um artesão, certamente, num artesão se constituiria. A sobrevivência do indivíduo, estava garantida pela apropriação de sua renda pelo senhor feudal. Em contrapartida ao trabalho prestado pelo servo, tinha que garantir a terra e a moradia que lhe permitisse a sua sobrevivência e a da sua prole. (VIEIRA, 2001)

No período moderno, a perspectiva da liberdade de “opção de trabalho”, devido ao reconhecimento da liberdade ao menos formal, trazia sempre o risco do insucesso, da miséria e da marginalização. O fenômeno da desigualdade social, por conseguinte, passa a constituir-

se numa *característica própria* da sociedade moderna. O direito moderno somente poderia garantir a liberdade individual como princípio organizador da sociabilidade moderna, à medida que se abstraísse<sup>59</sup>. Este, aliás, o preço pago pela sociedade para que o princípio da liberdade individual (princípio liberal) pudesse reger o processo de interação social na comunidade moderna e mais adiante, na pós-moderna.

A problemática central do pensamento que se auto-define como pós-moderno é a análise crítica sobre a modernidade, sua racionalidade fundante e seus resultados históricos. Nesta direção, as críticas à razão iluminista esquece o SER. A crítica de Nietzsche é construída através de uma abordagem genial que mostra a crise aguda da civilização moderna com esquecimento do próprio ser da subjetividade. O resultado do excesso de racionalização moderna é a produção desembocada numa crise profunda da humanidade e no vazio de referência característico do clima cultural pós-moderno. Esta crise causa a ausência de projetos alternativos à vida em sociedade. Gerando assim, um clima de pessimismo, apatia e desesperança no núcleo cultural das sociedades contemporâneas (ZITKOSKI, 2007, p. 15).

Assim, o paradigma pós-moderno em sua origem representa uma nítida regressão social e intelectual, uma vez que, sob vários aspectos, o capitalismo contemporâneo reedita as práticas correntes do século XVIII, o que resulta em desigualdades sociais crescentes. De modo geral há uma concordância entre os autores analisados em colocar “os princípios da igualdade e da liberdade como alicerces do pacto social que da origem ao Estado civil, da democracia como a melhor forma de governo e, como consequência, do exercício da cidadania através da participação política do cidadão, seja na elaboração das leis, seja na elaboração dos governantes, seja no cumprimento dos deveres para com o Estado” (RIBEIRO, 2001, p. 65).

Na contramão deste processo excludente de não valorização do *sujeito-humano*, priorizei a construção da prática de pesquisa centrando o foco na historicidade dos sujeitos. O *sujeito da base*, seus estranhamentos em relação ao que estão vivenciando e suas afirmações. *Quem são?* Seus conflitos e, a partir dessas reflexões, quais possibilidades da construção de uma outra forma de organização social.

Para Maria Cecília Minayo (2000), os estudos nas Ciências Sociais trabalham com objetos que são históricos, têm, portanto consciência histórica. Investigarei seres humanos diferentes em suas especificidades, mas que “têm um substrato comum que é o que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos” (p.21). Ainda salienta que as visões de mundo

---

<sup>59</sup> A noção de abstração que significa deixar de considerar algo, ou não levar algo em consideração, é um conceito essencial para compreendermos a lógica do liberalismo. Dito de outra forma, ao direito liberal apenas interessa se as cláusulas de um contrato (a forma) são rigorosamente cumpridas, pouco importando o conteúdo (material) propriamente dito, ou se é aquilo que é o objeto da troca é justo ou não. Por isso, o falar-se de abstração do conteúdo material (VIEIRA, 2001).

do/a pesquisador/a e dos atores sociais estão implicadas em todo processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho (op.cit., p.21).

## **2. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS NO BRASIL: IDENTIDADE E LUTA DE CLASSE<sup>60</sup>**

*A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra impunidade, dos que clamam contra violência, contra mentira e o desrespeito a coisa pública. As marchas dos sem-teto dos sem escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível. (Paulo Freire, 2000, p.61)*

### **2.1 O CONTEXTO ONDE SE MOVIMENTAM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

No Brasil, existem processos de exclusão social, desemprego, desigualdades sociais, enfim, processos de opressão humana. Mas apesar de todo este processo de desumanização, em diferentes momentos de nossa história, os desempregados e oprimidos se mobilizaram de forma significativa, através de reivindicações, mobilizações, passeatas e de marchas.

Chauí (2000, p. 89) vai dizer que conservamos as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina as formas de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos. Nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades

---

<sup>60</sup> Chamo a atenção para a importância do Movimento (MTD) investir-se e inventar-se como identidade de luta. Por isso a palavra de ordem do Manifesto pode ser recriada: *Oprimidos* de todos os países, uni-vos! A identidade, por sua vez, manifesta-se pela unicidade entre natureza e cultura em oposição à outra identidade. A existência física é reconhecida por certas características próprias de cada ser, forjadas pelo movimento da matéria e, no caso dos seres humanos, pela capacidade de ação e imaginação. (BOGO, 2008, p. 35)

que reforçam a relação *mando-obediência*. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade (...). Enfim, conclui Chauí, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. Citamos Darcy Ribeiro quando o mesmo classifica na formação da América, os “grandes problemas” de caráter invasor, povo até hoje explorado:

Os Povos-Transplantados contrastam com as demais configurações sócio-culturais das Américas por seu perfil caracteristicamente europeu, expresso na paisagem que plasmaram, no tipo racial predominantemente caucasóide, na configuração cultural e, ainda, no caráter mais maduramente capitalista de sua economia, fundada principalmente na tecnologia industrial moderna e na capacidade integradora de sua população no sistema produtivo e a maioria dela na vida social, política e cultural da nação. Por isto mesmo, eles se defrontam com problemas nacionais e sociais diferentes e têm uma visão do mundo também distinta dos povos americanos das outras categorias. (2007, p.456)

E continua sua análise,

Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar em relação àqueles povos e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem trasladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibérios que chegaram primeiro e os nórdicos que vieram depois - sucedendo-os no domínio de extensas áreas - configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos moldes de vida da civilização agrária-mercantil e, já agora, da civilização industrial? (1972, p.02)

Neste aspecto resgatar as matrizes de formação da sociedade brasileira, vai fazer com que possamos entender nossa “origem” constituinte, bem como, compreender porque temos marcas de autoritarismo, individualismo, divisão, etc., em nossas veias, Segundo Chauí (2000, p. 90-93), estes são os traços marcantes de nossa sociedade historicamente autoritária, destacamos aqui algumas destas matrizes por considerá-las relacionadas à discussão do texto:

- estruturada pela matriz senhorial da colônia, disso decorre a maneira exemplar em que faz operar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de que alguns são mais iguais dos que os outros. (...)
- estruturada a partir das relações privadas, fundada no mando e na obediência, disso recorre a recusa tácida (e as vezes explicita) de operar com direitos civis e a dificuldade de lutar por direitos substantivos e, portanto, contras formas de opressão social e econômica.(...)
- realizando praticas alicerçadas em ideologias de longa data, como as do nacionalismo militante apoiado no “caráter nacional” ou na “identidade nacional”,

somos uma formação nacional que desenvolve ações e imagens com força para suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira. (...) Em suma, a sociedade auto-organizada, que expõem conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o estado (pois ele é oligárquico) e para o funcionamento “racional” do mercado (pois ele só pode operar graças ao ocultamento da divisão social)(...)

-por estar determinada, em sua gênese histórica, pela “cultura senhorial” e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como se desprende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais coerente sendo o uso de “doutor” é o substituto imaginário para antigos títulos da nobreza), ou da manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica aumento (ou diminuição) de prestígio e *status* ou ainda, como se na grande valorização dos diplomas que credenciam atividades não-manuais e conseqüente desprezo pelo trabalho manual, como se vê no enorme descaso pelo salário mínimo, nas trapaças nos cumprimentos dos insignificantes direitos trabalhistas existentes na culpabilização dos desempregados pelo desemprego, repetindo indefinidamente o padrão de comportamento e de ação que operava, desde a Colônia, para a desclassificação dos homens livres pobres.

No Brasil, a experiência organizada, por meio, de um movimento social de classe dos *sem-trabalho* das periferias pobres, inicia-se na cidade de Porto Alegre e a sua região, oficialmente em 2000. O processo de “gestação” de um movimento social que dê conta de organizar os trabalhadores em situação de desemprego e empobrecimento inteiramente aprofundados pelas políticas neoliberais, verifica-se ao vivo, verifica-se políticas neoliberais. Este movimento torna-se *um projeto* a um grupo de militantes que reunidos em volta da Consulta Popular percebem o momento. *A gestação do Movimento dos trabalhadores desempregados deu-se nos ventos das políticas neoliberais implementadas em nosso país, na década de 90. Mulheres e homens, jovens e adultos, aos milhares foram desempregados.* (CAMP, 2007, p. 44).

Este é a grande diferença que marca o MTD como sendo uma ferramenta de luta e transformação social, é um *Movimento Social de classe, da classe oprimida*. Nesta perspectiva<sup>61</sup>, estamos falando de processos que estão intimamente ligados a uma concepção classista<sup>62</sup>, de um projeto global de sociedade. Isso tudo levando em consideração que a própria subjetividade e individualidade que se apresentam contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria da sua base encontra-se explorados pela lógica do capital. Esta base traduz-se pela fome, miséria, exploração de trabalho infantil, sub-desemprego histórico, violência doméstica, alcoolismo, drogas, portanto, este processo de desumanização reforça a proposta que temos aqui nesta pesquisa, ou seja, o movimento

<sup>61</sup> Esta perspectiva é construída a partir das entrevistas com a direção do MTD, conversou-se com três lideranças que compõem a direção do MTD.

<sup>62</sup> No capítulo anterior já trabalhei o que eu entendo por classe social.

precisa antes de tudo, conhecer<sup>63</sup>. E junto com isso, neste processo permanente de contradições, assumirem a tese da teoria marxista centrada nas leis fundamentais da dialética.

A identidade de classe atinge-se a organizando para enfrentar a classe dominante já organizada. A esperança precisa se tornar consciência do desejo coletivo, para que, de fato, se possa caminhar em direção à transformação estrutural da sociedade. O projeto é de classe, mas contempla o “popular” que circunda a classe, quando as forças populares, esperançosa por mudanças, se vinculam ao projeto consciente e solidário formulado pela classe organizada. É nesse sentido que esta força busca fora de si a superação dos seus próprios limites. Como diz Mészáros: “Por mais amplas que sejam suas bases, a classe é, por definição, uma força social exclusiva, pois não pode abarcar outros indivíduos além dos seus próprios membros”. O projeto político e a influência do instrumento político no seio das forças sociais possibilitam a íntima integração entre as partes. O instrumento político é a mediação entre as diferentes organizações, para que a classe “amplie os seus membros”, pela posição de classe proletária, da parte popular.

Não pode haver um projeto de sociedade futura sem considerar e sem valorizar a cultura popular. Logo, a luta é de classes, mas o seu objetivo não é apenas mudar a infra-estrutura e as relações de produção. Cada um atua no meio em que vive para ajudar a transformar o todo, em que os demais seres sociais vivem transformando-se socialmente juntos. Para isso é importante a formulação do projeto como destino. A revolução, como processo de transformação da sociedade, continua a ser, como no passado, de caráter proletário, porque ela se insurge contra os proprietários dos meios de produção, para tona-los propriedade coletiva dos trabalhadores. (BOGO, 2009, p.153-54)

Ter claros os objetivos e os meios que irá utilizar para ir além da ruptura com a espoliação<sup>64</sup> julgamos necessário que o MTD tenha-os, pois, caso contrário serão absorvidos pela institucionalidade e, mesmo, assimilados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.<sup>65</sup>

Pois bem, se temos uma opção política de compromisso com a classe trabalhadora, temos um sonho, uma utopia. O meu sonho não é apenas a tomada do poder: mas a reinvenção dele. A tomada do poder pode implicar na reprodução ideológica do velho poder autoritário. Mas é preciso, sim, reinventa-lo completamente de maneira democrática. (FREIRE, 1984, p.6)

Freire (2002, grifo meu) reafirma que os movimentos sociais são “*a parteira da consciência*”, e lembra que a idéia de movimento está presente na etimologia da educação:

---

<sup>63</sup> E aqui conhecer significa construir *um método próprio de trabalho popular* que vá além do trabalho de base que o movimento faz. Seria necessária uma pesquisa anterior sobre os sujeitos para depois se pensar ou mesmo elaborar qualquer processo de formação, e esta pesquisa, dará se de diferentes formas, pois os acampamentos e os sujeitos não são os mesmos.

<sup>64</sup> Aqui espoliação, um conceito utilizado por José de Souza Martins, assume um sentido refundamentado ao conceito de exploração de Marx. Espoliação tem a ver com processo de desumanização humana falta de acesso as condições materiais de sobrevivência.

<sup>65</sup> Neste sentido, podemos observar as permanentes tentativas de recolocar e condicionar os Movimentos dos Trabalhadores Rurais no Brasil aos desígnios do projeto de reforma agrária oficial, o que significaria imprimir ao movimento uma feição nitidamente propositiva, ou seja, de suas práticas e seus objetivos se manterem nos estreitos limites das relações de produção capitalistas.

um movimento de fora para dentro, e vice-versa, que traduz o movimento que se experimenta na relação entre autoridade e liberdade. Compreende, assim, porque o Movimento Social e Popular é considerado por Freire uma grande escola da vida: ao aprenderem as pessoas vai mudando seu bairro, sua escola, seu país<sup>66</sup>. E por estes caminhos que o movimento social e popular vai inovando a educação. (FREIRE; NOGUEIRA, 1989, p. 66)

Para Marx, os movimentos sociais, expressos na luta dos trabalhadores e demais oprimidos pela lógica do capital, entram frequentemente em conflito com a sociabilidade dominante na medida em que superam os mecanismos que os restringem aos interesses imediatos e particularizados, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas. As aquisições no marco do capitalismo, como a emergência de *leis reguladoras da exploração social*, são analisadas da seguinte forma por Marx (1979, p.307) em *O Capital*:

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. a história dessa luta revela duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação inglesa do século XIV até à metade do XVIII. Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuram prolongá-la de forma coercitiva. Sem dúvida, as pretensões do capital no seu estado embrionário, quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente não através da força das condições econômicas, mas, através da ajuda do poder do estado se apresentam bastante modestas, caso comparadas com a jornada de trabalho resultante das concessões que, rosnando e resistindo, tem de fazer na idade adulta.

Mais adiante, em sua análise penetrante do capitalismo, no *O Capital*, Marx (1979, p. 341) esclarece, de forma lapidar, que:

A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns ramos da produção e a luta que ainda prossegue em outros para se obter essa regulamentação demonstra palpavelmente que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor “livre” de sua força de trabalho sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista. A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Começando essa luta no domínio da indústria moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, a Inglaterra.

Movimento Social e Popular é um conceito próprio capaz de abarcar as problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores em situação de sub-desemprego, daqueles que lutam por direitos que nunca tiveram. Conceição Paludo (2005) escreve em um texto chamado Educação

---

<sup>66</sup> Dicionário Paulo Freire, Autentica, 2008.

Popular e Movimentos Sociais<sup>67</sup> que, mesmo com as dificuldades teóricas e práticas, dada a crise de paradigmas, os movimentos sociais explicitam as contradições da sociedade, resistem e, formando uma espécie de consciência da sociedade, colocam a “olho nu” o que nela há de mais sórdido, como a fome, o desemprego, a miséria.

É na realidade presente que se abre a possibilidade das negações presentes. Se observamos mais atentamente, veremos que o avanço do capitalismo globalizado desde sua origem transformou o mundo segundo os padrões do mercado numa grande indústria de produção, circulação e consumo de mercadorias. Esta indústria, além de tudo, produz uma cultura predatória da vida material e humana, que nos torna reféns de um tipo de crescimento material que atende as necessidades apenas de uma parte da humanidade – os países industrializados – os demais na carência, quando não, diretamente na fome e na miséria.

É uma cultura que ameaça levar mais urgente nossa responsabilidade frente a necessidade de defender e iniciar a construção de uma nova perspectiva, capaz de “cuidar da vida e da casa comum, a terra”.

O universo, a terra e os ecossistemas não precisam do ser humano para se organizarem e elaborarem sua majestática beleza. Se nos entramos na evolução, foi para sermos um elo a mais na cadeia da vida, um elo singular, pois temos uma missão específica: cuidar de todas as coisas, ser guardiões delas e ajudar para que continuem a existir e a evoluir como já estão evoluindo há milhões de anos.

E não para destruí-las, como tem sido o desígnio da cultura capitalista dominante. Este “elo a mais” é formado pela identidade de gênero que nos caracteriza como seres capazes de transformar a natureza em objetos previamente imaginados, sem exauri-la totalmente. (BOGO, 2009, p.29-30)

## 2.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADO: DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL À ORGANIZAÇÃO SOCIAL<sup>68</sup>

O Movimento da Consulta Popular<sup>69</sup> (MCP) discutiu em 1999 o projeto popular para o Brasil. A partir de estudos e reflexões internas, um grupo de pessoas com apoio de organizações camponesas percebendo o crescente desemprego estrutural, assume o desafio de buscar formas de superação do desemprego.

*Constituíram-se, nas vilas, núcleos de desempregados para buscar saídas. Com eles, organizou-se uma importante “Vigília contra o desemprego” em algumas cidades da região metropolitana de Porto Alegre-RS. Nesta “Vigília contra o*

<sup>67</sup> Este texto foi publicado nos anais do 8º seminário Internacional de educação, realizado pela FEEVALE, no período de 3 a 6 de agosto de 2005, em NH-RS.

<sup>68</sup> Esta subseção iremos utilizar relatórios e a pesquisa sistematizada pelo CAMP, portanto a pesquisadora irá assumir o lugar de “relatora” desta história, assim queremos dizer que os textos utilizados aqui não existe reflexões da pesquisadora.

<sup>69</sup> É composto por indivíduos, independentemente de credo, partido, organização. Vem sendo organizado desde 1997.

*desemprego”, o movimento logo percebeu a fragilidade<sup>70</sup> do método de organização e falta de clareza de seus objetivos. (LS, pesquisa em documentos)*

A leitura de atas e a busca em materiais de uma pesquisa realizada pelo CAMP possibilitaram construir os laços teóricos: entre sujeitos e história; conceitos e prática; vida real e política conjuntural. Enfim possibilitaram “olhar” a partir de processos sistematizados por estes sujeitos (atas, material, cartilhas, vídeos) este movimento. Assim como uma das ferramentas de estudo a pesquisa qualitativa já realizada com o MTD em 2007<sup>71</sup>, da qual participei parcialmente, foram alguns seminários com a equipe de coordenação da pesquisa, alguns encontros com os trabalhadores em discussões nos seminários realizados. Podemos chamar este ato também de *preâmbulo*, pois os fiz também em épocas de elaboração do

---

<sup>70</sup> Neste caso a fragilidade do método de organização do movimento é apontado pelo próprio movimento, isto ficou dito e claro na pesquisa realizada pelo CAMP, p. 45.

<sup>71</sup> Resultado de um ProEsQ – Projetos especiais de qualificação, o CAMP junto com lideranças do MTD pensar de maneira pontual a qualificação profissional se insere em processos mais amplos de educação e trabalho vivenciados pelos trabalhadores envolvidos nas lutas cotidianas desse movimento social, neste caso o MTD. Dessa maneira o CAMP coordenou um processo, através do quais educadores e educandos dos três estados da Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) participaram no processo de coleta de informações, sistematização e análise do método educativo do MTD. O projeto de pesquisa foi dividido em três etapas: estudo e pesquisa, definição e desenvolvimento metodológico e socialização e publicação dos resultados. A realização do projeto foi pautada na reflexão sobre formação com base na luta cotidiana do MTD. Para a realização do projeto, foram contratados 10 educadores populares do MTD de diversos municípios do Rio Grande do Sul para estudar e pesquisar a metodologia desenvolvida pelo movimento com 45 educandos, sendo 15 de cada estado da Região Sul do país. Durante o processo, os coordenadores, supervisores e educadores discutiram as experiências e as formas de aplicação da pesquisa participante para posterior verificação e validação da metodologia nos espaços de discussão e organização do movimento nos estados. Para tanto, realizaram-se quatro seminários; o primeiro, para a sensibilização das lideranças do MTD para o envolvimento com o projeto. Este seminário aconteceu no município de Gravataí e reuniu 40 pessoas. O segundo aconteceu em março de 2006, com 16 pessoas, e teve como foco o desenvolvimento metodológico do projeto. Depois do seminário, os educadores /pesquisadores do projeto ficaram responsáveis –junto com a assessoria técnica contratada para a pesquisa- pela redação da história do MTD e dos conceitos que deveriam orientar o estudo, bem como pela observação, nas suas comunidades, das questões que seriam analisadas na pesquisa. O terceiro seminário – que se realizou em maio- também contou com a participação de 16 pessoas dos três estados do sul. Nele, discutiu-se a aplicação da pesquisa participante e o processo de validação iniciou-se o levantamento das informações sobre o processo de educação e trabalho nas comunidades. Realizaram-se também algumas oficinas de trabalho para o complemento das informações. Escolheram-se três comunidades para fazer-se o processo de validação. Neste processo, a equipe voltou as comunidades e aplicou-se a pesquisa participante com os grupos de produção e os grupos de base, para levantamento e análise dos questionamentos do processo coletivo sobre o tema. A síntese dos debates da equipe e das informações levantadas ao longo do ano resultou na redação do texto: Educação e Trabalho - educação popular e movimentos sociais. Os textos deste caderno foram construídos através de processos coletivos de identificação das questões a serem escritas até a aprovação da versão final. O último seminário realizou-se no final de 2006 e teve como objetivo a apresentação e reflexão dos resultados do trabalho deste coletivo de pesquisadores/educadores, aprovando então a publicação da pesquisa. (CAMP (ORG), 2007, p. 11 e 12 – grifo meu) Acredito que vale apenas ter resgatado um pouco do procedimento de método e metodologia que passou esta pesquisa, pois poderá nos ajudar a compreender as referências que faço a ela no decorrer do texto, inclusive o texto em primeira pessoa do plural.

projeto pesquisa, após a qualificação do projeto pesquisei em atas da MCP e entrevistei algumas pessoas que fizeram parte deste processo (entrevistas não estruturadas)<sup>72</sup>.

Na Assembléia Legislativa no ano de 1999<sup>73</sup>, constituiu-se a subcomissão de emprego, ligada à comissão de direitos humanos. Neste espaço, inúmeros trabalhadores desempregados denunciavam sua situação, compartilhavam experiências e sugeriam iniciativas na busca de saídas. *“Destas discussões surge o embrião que veio a tornar-se o projeto de frentes emergenciais de trabalho”*. Essas ações, somadas com tantas outras iniciativas de sindicatos, levaram o pequeno grupo que estava conduzindo estas atividades a desafiar-se, pensando a própria organização do movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados, organizados e orientados sobre o eixo de luta por trabalho e teto, após empenho e luta na reivindicação de políticas públicas para trabalhadoras e trabalhadores desempregados, excluídos de todo e qualquer modelo do desenvolvimento tecnológico, do mercado formal e das políticas habitacionais, busca através de fundamentais para a manutenção da dignidade humana. *“Entende-se fundamental o encontro delas com o trabalho. O trabalho no sentido de valor, um valor fundamental para retomar mais do que a auto-estima, deve trazer uma proposta de reconciliação com a capacidade de sonhar um projeto de vida”* (CAMP, 2007, p. 49).

Nesta perspectiva, o MTD encampou a luta por um mecanismo público, uma ferramenta que possa oferecer mínimas condições de retomar o valor do trabalho e, por isso, luta pelas frentes emergenciais de trabalho. Este programa cumpre com a proposta de trabalho, e a primeira experiência se deu no ano de 2001. *O programa coletivo de trabalho mostrou, no entanto, não ser exatamente o que buscava o movimento, assim, queremos propor alterações e passamos a defendê-las como bandeira de luta.* (CAMP, 2007, p. 49)

A proposta das frentes emergenciais foi levantada junto com a do assentamento rururbano. Naquele momento, não havia como não lutar por conquistas imediatas<sup>74</sup>, capazes de aliviar a tensão familiar causada pelo empobrecimento e fome, gerados pelo processo histórico e permanente de exclusão social. Diante disso, buscar as frentes de trabalho tornou-se fundamental para a organização do próprio MTD. *“Juntamos essa necessidade ao debate e*

<sup>72</sup> E, conforme recomenda Mazzotti (1999) nos primeiros contatos deve ser registrado o maior número possível de observações. Os dados obtidos nessa fase foram analisados e revisados pela pesquisadora e seu orientador em conjunto com os pesquisados para que sejam aprovados, corrigidos e/ou acrescentados. Após a coleta e análise destes dados passei para a sistematização dos mesmos bem como as entrevistas, após as mesmas a busca pelas categorias de análise, partindo então para a construção do texto.

<sup>73</sup> Relatório disponibilizado pelos membros da Consulta Popular.

<sup>74</sup> Nesta perspectiva que entendo o conceito e ação de mobilização social, este processo leva a organização social, ou seja, Mobilização Social está associado ao conceito de Organização Social movimento *de caráter político permanente* que envolve as pessoas, valores, atitudes. Primeiro passo para a organização social.

*aos encaminhamentos feitos na subcomissão de desemprego da Assembléia Legislativa. Essa subcomissão presidida pelo Deputado Padre Roque Grazziontin, contou com a participação de várias entidades como Pastoral Operária e a Federação dos Metalúrgicos da CUT.”* (CAMP, 2007, p. 53). A grande preocupação desses setores era conseguir implementar a lei, ou “frentes emergenciais de trabalho” que, minimamente, beneficiasse os desempregados. O veto dos deputados ocorreu pelo fato de a Assembléia não poder aprovar uma lei que implicasse em gastos do Orçamento Público. Sendo assim, ficou determinado, por parte do governo estadual, que fosse criado o Programa Coletivo de Trabalho para atender a essa demanda.

Assim, com apoio nas discussões do Movimento da Consulta Popular, iniciou-se a construção de um movimento social urbano de massas que viesse a somar na construção de um projeto popular para o Brasil, “*objetivo do MCP para disputar um projeto de sociedade. Inúmeras reuniões de estudos, de reflexões e de sonho conjunto vão delineando as ações. Esse novo movimento teria como eixo central o trabalho*” .

Os contatos diretos com trabalhadores e trabalhadoras desempregados foram tecendo a teia para o início de algo comum. Esses contatos através de reuniões e ações indicavam que, *sozinho o trabalhador desempregado carrega a culpa pela situação, e que, juntos com tantos outros, carrega a força que é capaz de provocar mudanças.*

A primeira ação que demarca o início “oficial”<sup>75</sup> do Movimento foi um acampamento de lona preta em 2000, numa área destinada a General Motors, no município de Gravataí/RS, do qual participaram 200 famílias. *Foi a primeira ação com muitos desempregados juntos.* Antes, entrevistando cerca de 60 trabalhadores somente no acampamento, hoje assentamento, de Gravataí, inúmeras reuniões de núcleo participei com estes trabalhadores. Seguem, abaixo, relatos desta história:

*Na madrugada fria, coberta de neblina, do dia 22 de maio de 2000, o povo organizado rompe a primeira porteira. Organizados em núcleo e em tarefas distribuídas, iniciou minha experiência. A lembrança da claridade das pequenas fogueiras que acalentaram as mãos geladas daquele significativo dia ainda acalenta minha alma nos momentos mais difíceis na continuidade da construção desse Movimento.*

---

<sup>75</sup> Significa primeira ocupação.

*Essa ocupação me proporcionou a vivência de experiência que, dificilmente, esquecerei. Lembro, aqui, a que foi chamada de Batismo. Era o quinto dia de ocupação, havia enfrentado vários problemas: a policia, a guarda municipal, a falta de água e lenha, a desistência de alguns companheiros....Após um longo dia de trabalho em núcleos e equipes, por cerca de 21 horas, fomos surpreendidos por um forte temporal, muita chuva e muito vento, num piscar de olhos, barracas destruídas, roupas, panelas, documentos sendo levados pelo vento.... Apenas uma barraca resistiu e logo acabou ficando lotada de crianças. Protegemos com resto de lona e, molhados, passamos assim a noite. No dia seguinte, como uma ironia da natureza, fui presenteada por um céu límpido de azul transparente e um sol mais reluzente do que nunca. O povo estava firme e disposto a reconstruir tudo e seguir a luta. Assim foi feita, a solidariedade que nos une e aquele batismo une até hoje um grupo, que se emociona ao lembrar do batismo e encontra forças para continuar na caminhada. (LS, em entrevista).*

No mesmo ano, aconteceu a *Marcha por Trabalho e Teto*. Sobre um sol escaldante, relata uma liderança do Movimento, foi feita uma caminhada de Gravataí a Porto Alegre, parando sempre para discutir situações e propostas.

*Nossa reivindicação objetiva era: votação para a aprovação das frentes emergenciais de trabalho e assentamento rururbano. A caminhada foi marcada por muita solidariedade e disposição com pessoas agregando-se, apoiando-se. A luta não era só sacrifício, era também, partilha animação, e esperança em ação. (LS, em entrevista).*

Nesta marcha participaram trabalhadores sem terra, catadores, apoiadores como sindicatos e pastorais. *As crianças traziam um colorido especial. Sua presença nos impulsionava a andar e, quando o cansaço batia, tínhamos o exemplo do senhor Recildo, o mais velho da caminhada, com 68 anos, que caminhava teso, com passo firme, sem vacilo. Em cada parada as pessoas das comunidades nos acolhiam, ora em salão da igreja, ora em um sindicato, ora em uma escola. E, através dos momentos de mística e merecido descanso, reavivávamos as forças. (LS, em entrevista).*

Mística para o movimento social e popular significa momentos coletivos para o fortalecimento da luta, com símbolos, músicas, memórias. Os trabalhadores/as têm sua história e sua trajetória de vida e cultivaram muitas maneiras e símbolos da sua dignidade, de manutenção de suas tradições e suas raízes; na periferia dos/as desempregados/as existe muita migração e muitas comunidades longe de suas raízes; o espaço da organização recupera esta cultura e desenvolve novas formas de convivência na mística do projeto de transformação da sociedade. E a mística ao mesmo tempo carrega consigo um ritual político, nas palavras de Stédile (2000),

A mística enquanto ritual é aqui compreendida como um complexo de ações simbólicas que busca a construção da identidade de um sujeito político através da formação da subjetividade dos indivíduos. No congresso como em todos os eventos de ação coletiva do MST a mística aparece intensamente, busca obter unidade entre os participantes e faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta e serve de veículo de aplicação dos princípios organizativos.

Segundo relatório sistematizado por (LS) foram oito dias de caminhada de Gravataí a Porto Alegre até a chegada ao Palácio Piratini. Este ato, juntamente com a pressão que dele resultou, contribuiu para que fosse aprovado o projeto. O Movimento foi recebido pelo governador do estado na época: Olívio Dutra. O retorno era esperado com ansiedade pelos demais militantes. Mesmo já sabendo da aprovação da lei das frentes emergenciais de trabalho, junto com esta informação chegou também a notícia de que o governador do Estado havia assumido o compromisso de fazer acontecer o primeiro Assentamento Rururbano.

*Depois de um ano acampados em lona preta, ano de muitas lutas, sendo a Marcha por “trabalho e teto” a mais marcante do ano por ter demarcado a conquista do primeiro assentamento rururbano, entramos na “terra prometida”. O rururbano é um projeto de assentamento em construção. É uma proposta do MTD com espaço de reconstruir a vida a identidade. A reivindicação é que seja próxima da cidade, porém o primeiro, O BELO MONTE, é relativamente longe. Este projeto propõe terra para produzir comida de forma agroecológica e espaços para construir moradias dignas, capazes de acomodar todas as pessoas ao contrário do que acontece nas favelas, áreas verdes e até projetos de governos para casas populares. E, ainda, há espaços para organizar o trabalho de grupos urbanos, como, por exemplo, serralheria, ateliê...*

*A forma de organizar as moradias é em agrovilas, com a infra-estrutura necessária: casas, ruas, eletrificação, escola, posto de saúde, canchas de esporte e lazer. É uma ótima proposta para pessoas desempregadas, desenraizadas, negadas pelo sistema, à margem da vida, mas capazes de tudo para manter a centelha de vida que teima em permanecer acesa. Nós, trabalhadores, que nos organizamos no MTD, temos em comum as marcas trágicas: fomos expulsos das fábricas, capachos de políticos, objeto de projetos assistencialistas, marcados pela violência da fome, do tráfico de drogas, da polícia...Encontramos, na organização e na luta, possibilidade de resgatar a dignidade e viver de cabeça erguida.*

*Assim, com o coração repleto de sonhos, partimos em comboio, como nossas tralhas nos caminhões, rumo à terra prometida. Era 22 de maio de 2001, exatamente um ano depois da primeira ocupação que marcou o nascimento de MTD, abrimos uma nova porteira que dava entrada a nova morada.*

*Constituímos novo acampamento, agora em nossa terra. Novas regras de convivência social, aqui, devem prevalecer os diálogos, a discussão coletiva, a busca conjunta para a resolução dos problemas. O desemprego não é um problema individual, mas social. Aos poucos estamos construindo ou reconstruindo nossa identidade de seres humanos, dignos, recuperando valores e construindo novos.*

*Esse novo tipo de assentamento é uma alternativa real para os desempregados sem moradia. O Rururbano não é apenas um projeto econômico; ele é muito mais um projeto social, que resgata a dignidade dos trabalhadores. Por isso, além de organizar e implementar o projeto de viabilidade social, o Rururbano é sinônimo de vida digna repleta de possibilidades. Nele, desenvolvemos belas experiências de solidariedade, de partilha, de valores humanistas, que, como todo processo, está permeado de contradições, mas indica que é espaço digno para viver.*

(Lurdes)

Com base nestas afirmações e dificuldades que passam o MTD, apesar das particularidades e questionamentos que a elas possam ser feitos, é possível dizer que a concepção de Movimento Social passa por um processo de ressignificação. (PALUDO, 2005). Segundo Freire:

Os movimentos de rebeldia, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do *que* e do *como* estão sendo. Ao questionarem a “civilização do consumo”, ao denunciarem as “burocracias” de todos os matizes; ao exigirem a transformação das Universidades, de que resulte, de um lado – o desaparecimento da rigidez nas relações professor-aluno; de outro – a inserção delas na realidade; ao proporem a transformação da realidade mesma para que as Universidades possam renovar-se; ao rechaçarem velhas ordens e instituições estabelecidas, buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão, todos estes movimentos refletem o sentido mais antropológico do que antropocêntrico de nossa época (FREIRE, 1981, p. 29-30).

Na França, a constituição dos movimentos de desempregados também deu-se através uma marcha mobilizatória<sup>76</sup>. Segundo Pignoni (2006, p.292.) a marcha “contra o desemprego e a exclusão”, organizada em toda a França em 1994, será o episódio fundador de toda a organização. A associação entre “desempregado e exclusão” no apelo as marchas permite à AC! Afastar-se inteiramente da definição oficial de desempregado. Contabilizando em 8 milhões o número de demandantes de emprego e de precários, esse movimento coloca em cheque os estancamentos de situações de desemprego e emprego, segundo a autora.

A participação maciça de desempregado e de sem domicílio fixo nessa iniciativa fará com que o movimento se integre em uma nova dinâmica. A partir desse momento, a despeito de uma heterogeneidade explosiva, para usar os termos de um de seus fundadores, vão conviverem desempregados, pesquisadores e sindicalistas. (PIGNONI apud AGUITON, 2006, p. 293). Neste processo aparece uma preocupação que já havíamos levantado quando trabalhávamos a concepção de movimento social, há preocupação de seus fundadores do risco deste movimento vir a transformar-se em uma organização de ajuda aos desempregados e de instalar uma lógica fatalista, na qual a abolição do desemprego e da exclusão não seria mais concebível. Vejamos,

*E o que o senhor “acha” que é o Movimento? Eu penso que eles querem ajudar né as pessoas que não tem assim, que nem eu né? o que eu penso é isso aí. (AF)*

Longe da lógica assistencialista, diz Pignoni (2006), este movimento de desempregados na França articula sim objetivos imediatos que sublinham o déficit de direitos sociais do qual eles são vítimas. Privados dos direitos sociais elementares, os desempregados e excluídos da França assim como no Brasil os *sem-trabalho* são simplesmente, privados de

---

<sup>76</sup> Em um estudo sobre o conceito e método de *Organização Popular* com Celioli (2007) este apontará que a mobilização (marchas, passeatas, ocupação) é o primeiro estágio de qualquer organização popular.

sua *cidadania*<sup>77</sup>. Portanto salientamos a importância da afirmação do MTD como sendo um MSP de classe. Reconhecer e afirmar esta identidade é a exigência do presente.

Todo ser social é um ser cultural incompleto. Vive em sociedade e nela desempenha funções pré-estabelecidas ou criadas por ele, através de sua imaginação e ação. O seu comportamento é a expressão da consciência social que adquiriu nessa convivência, mas esse existir não está desligado do concreto, como pudesse estar desligado do meio em que vive. Até o século 20, os filósofos acreditavam que a função do homem era conhecer a natureza para dominá-la. Em outros termos, a natureza era apenas a base para viabilização da imaginação humana. Hoje, em muitos aspectos, a natureza foi exaurida e, agora, é necessário continuar conhecendo-a, não mais para dominá-la, mas para preservá-la, de modo a poder preservar a própria humanidade. É nessa relação entre o natural e o social que o ser humano devera encontrar formas de lidar com as contradições para garantir o desenvolvimento cultural e a da consciência.

“A consciência, portanto, é desde o início um produto social”. Mas a identidade não se esgota na representação do momento presente, porque envolve, também e necessariamente, esse vir-a-ser, agora não no sentido metafísico que vem do além da história, mas no sentido que us expectativas criam para o futuro. Por isso mesmo como nos disse Gramsci, “A história é um contínuo fazer-se (...)”.(BOGO, 2009, p.9)

Estes contextos que vivem Brasil e França são importantes, pois são condições que são dadas para a organização da classe oprimida, o percurso será também condição determinante dos avanços e entraves que passam o MTD. No Brasil o que articula o MTD e movimenta são três “T” *trabalho, terra e teto*. Na França a base reivindicativa são “dez direitos”: *emprego, meio de vida, habitação, formação profissional, saúde, transportes, família, cultura, direito às férias, dignidade e cidadania*. (PIGNONI, 2006, p. 295). Vejamos um movimento “diferente”, as mobilizações de desempregados na França radicalmente as representações do desemprego e dos desempregados. À individualização de sua condição e às relações de concorrência no mercado de trabalho às quais são submetidos, os desempregados vão contrapor a solidariedade de grupo; a definição institucional redutora de “demandante de emprego”, oporão uma definição mais ampla que inclui situações diversas, correspondentes à realidade do mercado de trabalho (desempregados e precários) (PIGNONI citando ela mesma). Longe de se fechar em uma busca de emprego frequentemente sem resultados, o MTD, ensaiam por meio da ação coletiva uma “utilidade social” que lhes tem sido negado: o trabalho. E questões excludentes podem ser acrescentadas, ou mesmo oriundas, a duas grandes dádivas neoliberais aqui no Brasil: Segundo Chauí (2000, p. 94-95)

(...)do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego

<sup>77</sup> Grifo meu. Superando o que do sentido a formação e a própria origem da palavra.

estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, não só o abandono das políticas sociais por parte do estado e a “opção preferencial” pelos investimentos estatais. A política neoliberal recrudescer a estrutura histórica da sociedade brasileira, centrada no espaço privado e na divisão social sobre forma da carência popular e do privilégio dos dominantes, pois a nova forma do capitalismo favorece três aspectos de reforço dos privilégios: 1) a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital; 2) a privatização como transferências aos próprios grupos oligopólios dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos; 3) a transformação de direitos sociais (como educação, saúde e habitação) em serviços privados adquiridos no mercado e submetidos a sua lógica. No caso do Brasil, o neoliberalismo significa levar ao extremo nossa forma social, isto é, polarização da sociedade entre carência e o privilégio, a exclusão econômica e sociopolítica das camadas populares, e sob os efeitos do desemprego, a desorganização e a despolitização da sociedade anteriormente organizada em movimentos sociais e populares, aumentando o bloqueio à construção da cidadania como criação e garantia de direitos.

Por isso a ação dos Movimentos Sociais, seja no Brasil, seja na França, cada um em seu contexto histórico e cultural, são estratégias capazes de dar inteligibilidade às condições de enfrentamento das forças sociais e aos seus desdobramentos. Nascidos como resultado de um processo de crise de direitos na Europa (fim do Estado de Bem-Estar-social), e no Brasil como resultado de um “*mal de origem*” com diz Marilena Chauí em sua análise sobre a formação do Brasil<sup>78</sup>, estes movimentos, contrariamente às organizações tradicionalmente reconhecidas pelo “estado de direitos” atuam enquanto canais legais de participação institucional. (VIEIRA, 2001, P. 10)<sup>79</sup>. Os MSP no Brasil trazem no seu bojo, uma promessa de transformação das atuais *regras do jogo responsável pelo crescente processo de exclusão social*.

O que queremos dizer é que, mesmo como *uma promessa*, o MTD tem sido portador de significativos avanços populares numa realidade totalmente *excludente, viciada* (tráfico, estropos, fome, neopentecostais etc...), marginal, violência (assaltos, assassinatos), etc. No sentido de equacionar teoricamente e devidamente os elementos que compõem esta situação/real, busquei tal contexto, por achar talvez nele uma resposta coerentemente brasileira<sup>80</sup>, para a questão que o capitalismo atual nos coloca: *o aumento dos miseráveis e dos desempregados em situação de crescente empobrecimento*. Estes equacionamentos indicam-nos a necessidade de uma reflexão que possa reconhecer *o movimento social (lugar formador e organizativo)* como lugar de construção da cidadania verdadeira. Reafirmar sua

<sup>78</sup> Brasil: *mito fundador e sociedade autoritária*. 2000.

<sup>79</sup> D. Demazière & Pignoni, *Chômeurs: du silence à la revolte*, cit.

<sup>80</sup> Com esta afirmação afirmo a necessidade que temos como pesquisadores (ras) latino-americanos de estudar, buscar e discutir *com teóricos que pensam e pensaram a realidade brasileira*, impossível estudar o Brasil a partir de autores que não tenham se dedicado a pesquisa neste território, e por isso mais que nunca, os leitores irão encontrar nesta pesquisa muitos autores/pensadores (as) brasileiros (as). Serão eles(as) que me darão toda a base e todo referencial para entender as questões colocadas nesta pesquisa.

identidade de classe para que possa reproduzir de forma organizativa e militante sua existência, é o desafio colocado ao MTD.

Na visão de Antunes (2001, p. 227) é importante compreender que no atual momento histórico,

O resgate do sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim entre tantas fraturas que o capital impõe sobre classe trabalhadora (...)

### 2.3 CONTEXTO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DO MTD

A importância dessa pesquisa consiste também na compreensão do contexto histórico de afirmação do MTD, como formas de organização e mobilização permanente, diferentes às formas históricas de aglutinação e luta do operariado e demais trabalhadores.

Conforme ANTUNES (2001, p. 15), a sociedade contemporânea vem presenciando,

profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressões, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

O MTD<sup>81</sup> encontra-se contextualizado em meio às essas transformações ocorridas na economia em contexto nacional e mundial, à expansão dos mercados, marcadas pela profunda crise da economia mundial (momento de fortalecimento do capital intenacional) e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização das relações de trabalho e produtivas baseadas no toyotismo.

Uma compreensão adequada dos movimentos sociais deve partir de uma análise totalizante das condições de reprodução e acumulação do capital na atualidade, a partir das

---

<sup>81</sup> Os militantes do MTD no estado do RS, a partir de 2002, perceberam que, se continuassem apenas no Estado, não conseguiriam alcançar seus objetivos de construir uma ferramenta de luta dos trabalhadores/as desempregados, pois o problema atinge não somente o nosso estado como todo o Brasil. Pelas mesmas condições, assim inicia-se a construção nacional do Movimento, ou seja, sua nacionalização, atualmente ele está em sete estados do Brasil.

mudanças verificadas na sociedade, tanto de ordem econômica, como política, social e tecnológica. Para tanto, é imprescindível clarificar os elementos da Globalização ou, para outros, da mundialização do capital<sup>82</sup>.

O termo “global”<sup>83</sup> expandido-se para todos os rincões do mundo, sendo acolhido pelos pesquisadores sem qualquer margem de crítica, com raras exceções, principalmente do campo marxista. Desde o começo dos anos 80, as universidades americanas trabalham o termo dentro de uma economia de mercado, de administração de empresas, principalmente em nível dos grandes grupos internacionais. Normalmente, a globalização é associada ao progresso técnico, por isso tende a ser encarada como necessária e benéfica para todos os povos civilizados. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam por esse motivo adaptar-se sem restrições à dinâmica e aos propósitos da proposta global. A globalização é o produto mais acabado da economia de mercado do final do século. Já não existem dois mundos como na época da guerra fria, em que blocos de poder, o soviético e o americano se ameaçam.

E não foram poucos os fatos históricos que surpreenderam todo o mundo na década passada, e início dos anos 90. Entre eles destacamos: a queda do muro de Berlim em 1989, o fim da denominada Guerra Fria entre EUA e URSS, o desmoronamento da URSS em 1991 e a formação de vários Estados Soberanos como Ucrânia, Rússia, Lituânia, Letônia, etc. e por último o avanço descomunal do progresso tecnológico. Como expressão das forças econômicas, a adaptação dos países deve ser levada a efeito mediante a liberalização e desregulamentação, que as empresas tenham liberdade de ação e movimento e que todos os setores da via humana.

Assim, apesar da enorme taxa de desemprego que se abate sobre os países, principalmente os de “economia atrasada”, e mesmo diante da crise social e financeira pelas quais passam a maioria das nações os organismos internacionais reconhecem esses fenômenos como contingências pelas quais devem passar os Estados para gozar os benefícios da

---

<sup>82</sup> Na visão de ANTUNES (2001, P. 27), “expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos de expansão alternados com crises, presença de um depressão contínuo que, diferentemente de um desenvolvimento auto-sustentado, exhibe as características de uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com uma perspectiva de uma profunda crise estrutural. Por isso é crescente, no interior dos países capitalistas avançados, o desenvolvimento de mecanismos de “administração das crises”, como parte especial da ação do capital e do Estado visando deslocar e transferir as suas maiores contradições atuais.

<sup>83</sup> Partilho com Sandra Maria Marinho Siqueira (FACED/UFC) a idéia de que partindo dos Estados Unidos (EUA) para a linguagem econômica internacional.

globalização, conforme a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CHESNAIS, 1996, p. 25). Ocorre um aprofundamento ou ampliação do processo de internacionalização do capital. Escreve SANTOS (1996, p. 163):

(...) a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização que alcança um novo patamar. Agora se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização.

Os dados revelam as profundas contradições sociais e o incremento sem precedente das desigualdades. A linguagem dos autores, em geral, parece realçar apenas a questão do mercado, como se esta categoria fosse a fundamental. Os blocos econômicos são associações de países, muitas vezes, fazendo parte de uma mesma região geográfica, como Europa, Ásia, América, etc. Esses países que formam grandes blocos estabelecem através de tratados internacionais relações comerciais privilegiadas entre si, e atuam em “conjunto” no mercado. Planejam formar zonas de livre comércio pela diminuição gradual das barreiras alfandegárias, estreitando as relações econômicas entre os países, aumentando a interdependência, portanto.

Nesta conjuntura do capital *sem fronteiras*, onde *os governos*<sup>84</sup>, brasileiro e gaúcho, passam novamente a financiar empresas privadas para que as mesmas se re-estruturarem (reestruturação do capital) e com isso demitem milhões de trabalhadores, há ausência de uma política pública séria de trabalho e renda para os empobrecidos, política de direito a alimentação e de política séria de educação.

Parece incoerente um país como nosso que tem o *Fome Zero*<sup>85</sup> como *estratégia central de governo*, os números de bolsas aumentam a cada ano, a cada ano o governo *orgulha-se* em constar que o número de bolsa está aumentando. Portanto, se objetivo é construir autonomia destas pessoas, o processo deveria ser ao contrário, as bolsas deveriam estar diminuindo. Portanto novamente, *re-fundamentar é voltar à raiz*, como diria professor Danilo Streck,

<sup>84</sup> Noticiário de cinco de junho de 2009. *Ampliação da GM em Gravataí está garantida*. Investimentos de US\$ 1 bi deve ser anunciado este mês. Em nota a reportagem diz do empréstimo de US\$ 150 milhões do Banrisul, já aprovado. E segundos negociadores gaúchos, há intenção de obter US\$ 350 milhões do BNDS, já quase aprovado revelam. Disponível: *Jornal Folha Patrulhense – Santo Antonio da Patrulha-rs.em 5/06/2009*.

<sup>85</sup> É um programa a nível federal onde existe o cartão de alimentação através do qual cada família cadastrada recebe diretamente do governo (sem passar por prefeituras ou outra entidade) um depósito de R\$ 50,00 para serem gastos com gêneros alimentícios. O *FOME ZERO* é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/oque-e>, acesso em 03.06.2009.

Manchete nos meios de comunicação em 30.06.2009: FAO que mais de 1 bilhão de pessoas irão passar fome em 2009.

estamos “mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descubrem que poucos sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam por saber mais.” (1981, p. 29). E isto significa segundo Streck (2009)<sup>86</sup> ser a tarefa que se coloca para cada geração e que ela precisa responder lançando mão das ferramentas disponíveis em seu tempo.

---

<sup>86</sup> Trabalho preparado para integrar o painel sobre *Educação popular e movimentos sociais: tensões e desafios na América Latina*, na 32. Reunião anual da ANPED, de 4 a 7 de outubro, sob o tema *Sociedade, Cultura e Educação: Novas Regulação*. Texto usado pelo professor Danilo em um encontro de pesquisa na UNISINOS em 20.05.2009.

### 3. “DEMITIDOS DA VIDA”: Quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados?

*Vocês que fazem parte dessa massa  
que passa nos projetos do futuro  
é duro tanto ter que caminhar  
e dar muito mais que receber.  
E ter que demonstrar sua coragem  
à margem do que possa parecer  
e ver que toda essa engrenagem  
já sente a ferrugem te comer.*

*Ê... ô... ô... vida de gado  
Povo marcado, ê!... povo feliz!*

*Lá fora faz um tempo confortável  
a vigilância cuida do normal  
os automóveis ouvem a notícia  
os homens a publicam no jornal  
e correm através da madrugada  
a única velhice que chegou  
demoram-se na beira da estrada  
e passam a contar o que sobrou.*

*O povo foge da ignorância  
apesar de viver tão perto dela  
e sonham com melhores tempos idos  
contemplam essa vida numa cela  
esperam nova possibilidade  
de verem esse mundo se acabar  
a Arca de Noé, o dirigível  
não voam nem se pode flutuar.*

*Não voam nem se pode flutuar...*

*(Zé Ramalho)*

#### 3.1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Em minhas postulações acerca dos sujeitos desta pesquisa, quero entender quem são estes sujeitos da base do MTD, portanto compreender quais são estas identidades presentes do Assentamento do Movimento em Gravataí.

A pós-modernidade nos toca, mas não nos penetra. Então permanecemos, ainda, descobrindo ainda a nossa temporalidade e o nosso lugar na história do processo civilizatório. Se falarmos somente do presente como marco introdutório ao que se quer expor neste trabalho estaremos nos equivocando.

Parte-se da concepção dialética do sujeito. Por um lado a experiência perturbadora da subjetividade nacional constitutiva da nossa identidade composta por e dilacerada entre os procedimentos da colonização e genocídios impõem como ponto de partida, as identidades brasileiras- a referência privilegiada ao que manda. E, se o nosso ponto de partida é a relação mando obediência (opressão excludente) como elemento cultural é também referência para o processo de *desterritorialização* destes sujeitos: do nativo, do negro, das mulheres, das crianças, dos pobre e oprimidos e do muitos outros homens e mulheres que encontram-se naquele assentamento de Gravataí.

Crises e controvérsias passadas compõem os dilemas do presente. Somos um país atravessado pela cultura da exclusão. Nascemos segundo Pires (2000) no seu ventre, ao som de um ritmo caótico dos conflitos causados pela presença do invasor. E, excluídos, excluímos: o índio, o pobre, o negro, os outros diferentes. E é isso que nos foi ensinado durante todos estes anos.

Segundo Pires (2000, p. 33):

O povo enquanto uma coletividade de cidadão, ainda continua a fazer uma ficção política. Poucos são de fato o que querem criar uma nação; compreender o significado das diversidades regionais, étnicas e raciais, culturais, sociais, econômicas e políticas; superar as desigualdades. A idéia de um Brasil cidadão tem algo de caritativo. (...) A Razão Branca, trazida pelo colonizador, se arrastou nos séculos de história do Brasil e ainda se faz presente, não possibilitando a emergência dos valores humanísticos.

A subjetividade brasileira é caudatária de discursos e práticas dissociadas, (PIRES, 2000, p. 33) produzidas a exemplo da dissociação de nossa história; a vergonha de ser um povo inferiorizado pelo imaginário do estrangeiro, o que torna difícil pensar na produção de uma identidade marcada pelo exercício da cidadania. Trata-se de uma identidade errática, fundada na figuração do estrangeiro invasor e usurpador, daquele que não conhecemos bem. Isto implica na imagem da transgressão e da ilegalidade intimamente colocada na figura da alteridade do estrangeiro.

Segundo Keil (1999, p.)

(...) este conceito (de subjetividade de franja) ainda que provisório pretende mostrar que o querer e os atos do excluído se situam na franja do tecido social. O excluído vive a tensão do dentro e do fora e sendo e não sendo um homem submetido. Sua Potencia de agir, assim como a força de existir, está diminuída – é impotente para governar-se a si mesmo e usufruir da mesa boa e justa (...)

E esta questão é epistemológica e introdutória ao estudo realizado. É necessário segundo Geertz (1999) que os antropólogos, filósofos, educadores vejam o mundo do ponto de vista dos oprimidos, a mesma relação deve-se a pergunta feita por Geertz: *o que acontece com o verstehen quando o elirnfühlen desaparece?*

### 3.2 SUJEITOS<sup>87</sup> DE SEU TEMPO

O pleno emprego, princípio sagrado do pensamento Keynesiano, é abandonado (RIFKIN, 1996) em nosso momento histórico e surge a figura da “nova pobreza” (PAUGAN, 1996), dos “inúteis para o mundo” (CASTELLS, 1998), dos “esfarrapados do mundo” (FREIRE, 1981) e dos “demitidos da vida” nesta pesquisa. E é sobre os percursos destes sujeitos que chamei de “*demitidos da vida*” que vou me debruçar. Não sei se farei com “competência” esta tarefa, mas sei que pesquisar estes sujeitos e com isso contribuir com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, é para mim um compromisso ético e político do meu tempo. Em recente livro, Emir Sader (2009) usa a metáfora da toupeira para referir-se à América Latina. A toupeira, explica ele, remete a processos ocultos e imprevistos, mas sempre persistentes e em amadurecimento, que de repente vem à luz, muitas vezes de forma surpreendente (SADER, 2009, p.12).

Esta metáfora na pesquisa pode ser estendida para dois momentos que compõem o estudo. *Primeiro* para os sujeitos em estudo há neles elementos subjetivos que simplesmente *não conhecemos* e não imaginamos que possam existir, porque cada ‘eu’ é formado por muitos outros e estes muitos outros não são ‘eu’. Assim, neste movimento dialético e não linear, temos que ir “embricando-nos” a conhecer. *Segundo*, para a metodologia e para o método que fui construindo na pesquisa. Sentia, muitas vezes, uma sensação que não sabia dizer o que era em minhas pesquisas de campo (dificuldade, terra dura, escuridão, um universo longe de ser o que imaginava etc.). Hoje tenho a *certeza* de que a sensação era de

---

<sup>87</sup> A perspectiva existencialista de construção do sujeito busca encontrar um sentido para a existência humana individual de cada um de nós. Portanto, a única fonte verdadeira de sentido está em nossas convicções, ações e escolhas individuais. O ser humano, portanto inacabado, como projeto de existência, passível de construção e desconstrução. Desse modo, é nesta direção que seguimos nossas análises sobre as identidades homens e mulheres oprimidos(as).

estar sendo “*uma toupeira*”. A sensação de busca por algo que estava escondido, muitas vezes escuro a olhos vivos, enraizado como terra dura, tão escondido, que muitas vezes *impossibilitado* de ser desvelado por nós, educadores e educadoras, pesquisadores e pesquisadoras das práticas/sujeitos populares, e que surge lá na frente, trazendo algo novo, vejamos uma entrevista, acampada:

(...) *o pai destes outros, vivi com ele oito anos, daí não deu certo. Eu me separei dele por uma razão que eu não gosto nem de comentar, né? o porquê eu me separei dele, daí eu vim embora. E: Por que não gosta de comentar? [neste momento a entrevistada chorou] Me entristece muito, porque o que aconteceu foi com minha filha e então eu não gosto nem de comentar o que aconteceu. Daí ele não queria sair de casa e eu disse para ele que eu não queria mais ele. Aí ele dizia que a casa era dele também e eu arrumei um jeito de tirar ele de dentro de casa..*  
 (...). (CM)

### 3.3 SUBJETIVIDADES EM CONSTRUÇÃO

A objetividade torna-se o constitutivo das relações humanas: o ‘eu’ se constitui com o outro, que torna-se também humano. A práxis precisa ser reconhecida nesta dialeticidade: objetividade-subjetividade. Assim as relações humanas são de reciprocidade, ainda que negativas ou negadoras. A reciprocidade é produto do reconhecimento de que sou a partir dos outros<sup>88</sup>. Assim, *muitos somos um* neste movimento, nós sujeitos da história, resultamos de nossas relações sociais, somos relações. Sartre mostra a objetivação e a subjetivação pelo trabalho. Aí estão os projetos humanos, que surgem no mundo pelas mediações “indiscerníveis” entre o objetivo e o subjetivo<sup>89</sup>.

Nesta relação, então, do homem com a natureza, na atividade prática, na práxis humana, é que se constitui o processo de subjetivação do homem, ao qual corresponde o processo de objetivação da natureza. Nenhum dos pólos dessa relação sujeito e objeto é posto como um dado *a priori*. Eles se constituem na relação: pela atividade prática, na e pela história o homem possui seu ato de nascimento: a história. (SILVEIRA, 1989, p. 46)<sup>90</sup>

<sup>88</sup> Longe de ser uma apologia à ontologia do ser. O outro aqui é de carne e osso, sujeito concreto situado e datado.

<sup>89</sup> Crítica da Razão Dialética, p. 248-49.

<sup>90</sup> SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao Fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. *In: Teoria Marxista da Subjetividade*, 1989, São Paulo: vértice.

Segundo Cecília Pinto Pires<sup>91</sup>, a crítica é afirmadora da liberdade humana. Ao denunciar uma dialética que se tornou dogmática, porque se ateve apenas a uma razão analítica, Sartre manifesta seu horror a qualquer espécie de *aniquilação* humana. O que Hannah Arendt chama de *Totalitarismo*, aqui podemos chamar de “*os demitidos da vida*”, como sendo resultado de um processo histórico *aniquilador e totalitário* da sociedade.

Sartre, segundo Pires (2004), afirma, em *Questão de Método*, que *é preciso rejeitar o apriorismo, o exame sem preconceitos do objeto histórico*. Nesta rejeição, qualquer dogmatismo é atingido, como interdito para a compreensão dialética do ser humano. Segundo a autora (2004, p. 2), é importante entender Sartre na advertência acerca dos conceitos sobre o sujeito. Ela admite questões propostas por Marx, como questões ainda não resolvidas em nosso tempo histórico, por exemplo, o problema da alienação e a necessidade da práxis. Nesse sentido, Sartre critica as filosofias existencialistas que não assumem com rigor as próprias características do percurso humano.

O que acontece é que, como herdeiros de um “*mal de origem*”, nós resistimos por *situações-limites*<sup>92</sup> nossas, a superar estas formas autoritárias de fazer educação. Posturas estas que constroem processos formativos, a partir da minha visão de mundo, sem se quer conhecer as pessoas e as muitas realidades que estão presentes nesses sujeitos. Queria saber quem dos educadores do Movimento dos Trabalhadores Desempregados sentou “despido” na casa destes assentados e com eles tomou um chimarrão, tomou uma “pinga”, deixou-se conhecer e escutou suas histórias de vida, trajetórias, caminhos por onde eles passaram? Quem algum dia sentou à mesa deles e com eles compartilhou da comida e das histórias/lições que eles têm a nos contar? São alegrias e tristezas, fome e miséria humana, sonhos e desejos, amores e ódios, namoros no portão, histórias de tropeiros, histórias da lagoa, choros e risos, sujeitos de mitos e medos (de ir à escola, de ir ao dentista, de ir às mobilizações) etc...

É preciso sublinhar a educadoras e educadores de boa vontade, mas equivocados, que quanto mais se esvazie a educação dos sonhos, por cuja realização se lute, tanto mais o lugar dos sonhos vai sendo preenchido pelas técnicas até chegar o momento em que a educação é a elas reduzida. Aí, então, a educação é puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo (FREIRE, p. 101).

<sup>91</sup> Pires, Cecília P. *A afirmação da crítica como afirmação da liberdade. Um estudo da Crítica da Razão - Dialética de Sartre In: PIRES, Cecília Maria Pinto. As aporias da revolução: rupturas dialéticas e ritualização do poder. Filosofia UNISINOS*, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 99-112, 2004.

A professora Cecília foi minha orientadora de TCC na UNISINOS e com ela aprendi o *valor e o amor pela filosofia política*, aprendi a ler Marx de forma profunda, como é Cecília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNISINOS. São Leopoldo/Brasil, militante dos direitos humanos e poeta.

<sup>92</sup> Ver dicionário Paulo Freire.

Cada vez mais me convenço que, se eu quiser conhecer os sujeitos e suas subjetividades, precisarei ir mais a fundo na escuta e participação de suas religiosidades, suas crenças, suas músicas, mergulhar na sua *cultura*. Para Chauí (1986, p. 11), “a partir do século XVIII Raymond Williams, o termo cultura articula-se, ora positiva, ora negativamente, como o termo civilização”. Enquanto civilização designa convenção e instituições sociopolíticas, se refere à religião, às artes nascidas dos afetos, à família e à personalidade ou subjetividade como expressões imediatas e naturais do espírito humano. Assim, “Cultura”, ainda que evidentemente uma prática social, relaciona-se com a “vida interior” em suas formas mais acessíveis e seculares: subjetividade, imaginação e indivíduo. (CHAUÍ, 1986, p. 12)

Escuta e “participações nas *culturas individuais*” exigem de nós pesquisadores:

Um outro saber que eu discuto nesse livro e que eu acho fundamental na perspectiva democrática é, por exemplo, saber escutar. Como é que pode uma pessoa ser um professor, ou uma professora se, por exemplo, entende que o tempo de sua fala é o tempo total e absoluto? Como que vai dizer que não há mais tempo, se o que escuta a sua fala não tem tempo de fala? Porque o tempo da fala de quem escuta se esgota na audição de quem fala. Quer dizer, essa propriedade do tempo, essa possibilidade do tempo para falar é uma possibilidade autoritária, é antidemocrático. Quer dizer, um professor, ou uma professora, que sonha o sonho democrático, o sonho da formação, o sonho da autonomia de si e do educando, não pode se apoderar do tempo para falar. Então, saber escutar é não apenas a expressão de uma sabedoria democrática, mas é também uma arte, quer dizer, é preciso que eu vá me constituindo na audição de quem fala. O que vale dizer: é preciso que eu limite o meu tempo de fala, para que quem me escuta tenha o direito de falar também. E é na medida em que eu aprendo a escutar quem me ouve, que eu falo com ele ou com ela. Na medida em que eu não aprenda a escutar quem me ouve, eu falo apenas a quem me ouve e não com quem me ouve. E falar apenas a quem (me ouve) é uma espécie de falar sobre, é um falar de cima para baixo, que termina por inibir o direito de quem escuta de falar.<sup>93</sup>

Cuidar profundamente para que as práticas organizativas e formativas não se tornem ativistas é um desafio a ser levado a sério pelo MTD. O ativismo esquece que a história existe e que não tem nada a ver com a realidade, pois está fora dela (FREIRE, 1982, p. 7). Portanto, Vá até as pessoas. Aprenda com elas. Viva com elas. Ame-as. Comece com aquilo que elas sabem. Construa com aquilo que elas têm (Freire, 1981, p. 229). E este cuidado só poderá ser mantido se tiver uma opção de movimento pela pesquisa.

---

<sup>93</sup> Entrevista com Paulo Freire. Essa gravação foi realizada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série *Projeto Político-Pedagógico da Escola*, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacyr Gadotti e contou com a mediação de Gaudêncio Frigotto. Disponível em: [http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/entrevistas/paulo\\_freire.htm](http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/entrevistas/paulo_freire.htm). Acesso em 04.04.2009.

### 3.4 ENQUADRANDO<sup>94</sup> PARA PESQUISAR: COMPREENDENDO SUJEITOS

Segundo Foddy (1996, p. 16), a perspectiva adotada pelos que privilegiam metodologias qualitativas de pesquisa pode sintetizar-se assim:

(Eles estão) empenhados em compreender os “significados” atribuídos e utilizados pelos indivíduos, pelos que entendem a recolha de informação como um meio de suscitar conversas quotidianas no seio de entrevistas não-estruturadas em situações quase reais. (Eles) não tem qualquer relação... nem mesmo qualquer noção de entrevista enquanto sistema estímulo-resposta. Eles assumem que mesmo palavras simples proferidas em termos claros. Eles assumem que mesmo palavras simples proferidas em termos claros pelos entrevistadores podem, ainda assim, deter significados bastante distintos para pessoas diferentes. (FODDY apud PASWSON, 1989, p. 292-93).

Sujeitos	características
(PB)	37 anos, alemão de origem, membro da coordenação estadual do movimento, não está assentado, mora no bairro onde está o assentamento de Gravataí, possui companheira de vida (negra), oriundo do interior do estado (Salvador do Sul), 3º grau completo, casado com 1 filho, militante, encontra-se desempregado (sem atividade remunerada/contrato de trabalho), atua em projetos do governo federal como, por exemplo, o Talher RS. Seus pais são do interior do Estado, aposentados, já foram pequenos agricultores, mas aposentaram-se na indústria.
(BR)	47 anos, mulher, branca, casada, semi-analfabeta, está pensando em voltar à escolarização, tem três filhos, oriunda interior do Estado (Fontoura Xavier), agricultora, assentada em Gravataí, acessou a terra em “troca”, ou seja, trocou sua casa com uma outra ex-assentada, não faz parte da coordenação do Movimento, mas é coordenadora do seu núcleo. Seu marido trabalha como vendedor autônomo, seu filho mais velho está casado e desempregado, o do meio trabalha como DJ em festas jovens e sua filha caçula estuda. Seus pais estão no interior e ainda são pequenos agricultores. Já trabalhou de forma precária em loja. Possui horta (legumes e verduras) e criação de animais em seu lote, cultiva na área coletiva

<sup>94</sup> Características dos sujeitos da pesquisa.

	do assentamento.
(AF)	67 anos, casado, católico <sup>95</sup> , assentado em Gravataí, “comprou seu lote”, pai de seis filhos, agricultor e criador de animais, oriundo do interior do Estado (Santo Antônio da Patrulha), assentado, não faz parte de nenhum tipo de coordenação do Movimento, estudou até a quarta série. Todos seus filhos hoje estão empregados em empresas e lojas de Gravataí, dois deles moram no assentamento. Seus pais já faleceram, mas viveram a vida toda cuidando de fazenda para os outros, possui um irmão. Tem horta e criação de animais em seu lote, cultiva na área coletiva do assentamento.
(RM)	39 anos, separada há 10 anos, vítima de violência doméstica, alemã de origem, fugitiva do marido, alcoólatra, tem um filho, está acampada há um ano e meio, é oriunda do interior do Estado (Porto Xavier), faz bicos com faxina e é semi-analfabeta. Seus pais não eram agricultores, seu pai pintor era alcoólatra, sua mãe dona de casa. Acessou a terra, porque comprou o lote, hoje aluga uma outra casinha que tem em seu lote para gerar renda. Não tem horta nem qualquer espécie de plantação.
(CM)	37 anos, mulher, negra, quatro filhos, sem dentes, vítima de violência doméstica, casou-se quatro vezes até a data da entrevista, é oriunda de São Francisco de Assis, semi-analfabeta, foi acampada e hoje é assentada no acampamento, faz bicos como sapato, faxina e participa da coordenação municipal do Movimento. Não tem horta nem qualquer espécie de plantação em seu lote. Filha de pequeno agricultor rural perdeu a mãe e o pai muito cedo. Possui dois filhos com necessidades especiais. Acessou a terra pela luta.
(MP)	28 anos, solteiro, de origem italiana, mora na escola do Movimento, localizada no assentamento de Gravataí, terceiro grau - pedagogia, faz parte hoje da coordenação municipal do Movimento, educador do MTD, hoje está fazendo trabalho de base em outra cidade metropolitana, oriundo do MST. Seus pais eram pequenos agricultores e já foram do MST, hoje voltaram para sua cidade de

<sup>95</sup> Fortemente católico, em sua casa tem muitas imagens de Santos e Santas.

	origem.
Preâmbulo (EM)	Mulher, casada, com dois filhos, assentada em Eldorado, possui terceiro grau completo, membro da coordenação estadual do MTD, educadora, já foi empregada, ajudou a pensar e a construir o Movimento, trabalhou em projetos de governo federal como o Talher nacional, indicada pelo MTD. Seus pais são pequenos agricultores, é oriunda também do interior do Estado (Panambi).
Preâmbulo (LS)	Mulher, possui terceiro grau completo, membro da coordenação estadual do MTD, ajudou a pensar e a construir o Movimento, hoje é assentada em Eldorado do Sul e é parte da equipe de educação cidadã do Fome Zero, projeto ligado ao governo federal. Seus pais são pequenos agricultores (moraram por 20 anos no Paraguai), ex-feira.

Segundo Tura (2003, p. 190), o que temos diante de nós é a necessidade de tradução de ações e subjetividades observadas, de ritos socialmente reconhecidos, de histórias de vida, de crenças compartilhadas e, por isso, precisamos encontrar formas de descrição que possam tornar estes elementos mais compreensíveis, mais nitidamente inseridos numa rede de significados que lhes dão sentido e materializam sua existência. Numa outra perspectiva, nitidamente nestes “sujeitos enquadrados”, estou motivada a “desenquadrá-los”, motivada pelo desejo de encontrar algo, bem como aprender alguma coisa que não sabíamos – a pesquisadora e o Movimento - sobre eles.

### 3.5 DESENQUADRANDO OS SUJEITOS

As formas de chegar até as pessoas, escutá-las, dialogar com elas e despedir-se delas, para mim foram os momentos mais emocionantes. Os olhos vidrados no gravador, o medo de falar e a preocupação com o jeito e o que falar, foi marcante. Vêm-me à memória as diversas formas que fui encontrando para descontrair: o abraço de acolhida ao chegar, o chimarrão, a “pinga”, o sentar-se à mesa com eles, o sentar na porta deles, contar “causos antigos”, a linguagem deles, enfim jeitos e maneiras que fui encontrando para iniciar, aproximar-me e prosseguir as entrevistas. Jeitos que foram se formando no contato com eles próprios, jeitos populares, jeitos femininos e masculinos, jeitos de “menina” como me chamou um senhor entrevistado, enfim, jeitos e jeitos. Tura (2003) vai chamar a atenção para que no campo, o

pesquisador(a) deverá encontrar a linguagem adequada para se comunicar com todos e captar certas fórmulas, entonações, gestos próprios do ambiente pedagógico de pesquisa, não só para entendê-lo melhor, como para se fazer entender. Todos estes cuidados, que estão inseridos em questões mais amplas, que envolvem a ética da pesquisa, devem ter a pesquisa.

No entanto, transcrever e interpretar estas histórias, foi o momento mais doloroso e fabuloso do processo de pesquisa, pois o limite imposto a este trabalho requer da pesquisadora escolhas, opções, enquadramentos teóricos, portanto, requer fundamentação teórica. Este movimento caracterizado por momentos de crises e confusão metodológica, momento de fugidas do meu orientador e de mim mesma. Por tratar-se de pesquisa de cunho teórico-qualitativo, para além de uma mera sistematização histórica do objeto, a análise é sempre muito perigosa. Inúmeras vezes perguntei-me: *como fazer um trabalho com o qual posso realmente contribuir com o crescimento do Movimento (o MTD), sem cair em contradições incoerentes e sem repetir coisas já feitas? Não queria, nem quero justificar nada.* Em um dos encontros de orientação cheguei a confessar para meu orientador sobre esta minha angústia e preocupação, e ele como sempre de forma *amorosa-radical* respondeu-me: *isso você só terá certeza se ousar a fazer diferente, Rita! Não existem preocupações antes do acontecido, comece a escrever.* E é com este espírito de ousadia e seriedade que iniciamos as dimensões de análises que nos ajudarão a dar o caráter sério e radical que nos exige a pesquisa.

*Quem são os sujeitos desta base?* São sujeitos históricos e presentes em seu tempo. São sujeitos que se adaptam e resistem ao mesmo tempo, são sujeitos mobilizados, mas não utópicos à construção de um novo mundo, são sujeitos dentro e fora do Movimento ao mesmo tempo, ou seja, estão ausentes do sonho coletivo, são sujeitos individualistas e opressores também, são sujeitos que sabem construir soluções para suas vidas, são sujeitos miseráveis na totalidade de sua condição (fome e violentados), são sujeitos corajosos e humildes, são sujeitos que lutam para sobreviver à perversidade do mundo e à realidade que estão inseridos.

Tem gente que passa meses sem colocar um pedaço de carne na boca, tem gente que não possui dentes, tem homens machistas de raiz, tem mulheres conformadas com sua condição de vida, tem negro, tem branco, alemão e italiano, *tem tudo e todos* no assentamento de Gravataí. Tem pessoas sentadas esperando o tempo passar numa *espera vã*, como diria Freire, tem gente sorrindo ao receber a sacola de alimento, tem gente brigando por ela, tem gente vendendo e comprando lote, tem histórias de dor e alegria, junto tem povo e mais povo.

### 3.6 DIMENSÕES DE ANÁLISE<sup>96</sup>

O tratamento dos dados qualitativos, nesta pesquisa, irá assumir o sentido de dimensão de análise, por entendermos que a objetividade dos resultados que tivemos, e o seu reconhecimento, envolveu juízos subjetivos da pesquisadora. Nesta perspectiva, optamos por chamar de *dimensões de análise* o que nas pesquisas tradicionais chamam de *categorias de análise*.

#### 3.6.1 Brutalidade da Vida: adaptação e criatividade, conformismo e resistência

Nesta dimensão de análise trabalharemos com quatro conceitos-chave: adaptação e criatividade, conformismo e resistência.

Conforme a entrevistada (BR):

*“Aos meus sete anos eu saí de casa, fui cuidar de criança, rolei de casa em casa, mas aprendi bastante com a vida. Não tive oportunidade de estudar trabalhando, porque com sete anos nossa vida era trabalhar, né? com sete anos a gente não ia para o colégio, ia cuidar de criança pra fora, para as mães trabalhar. Com 11 anos foi a primeira vez que eu entrei no colégio, aprender a escrever meu nome, (...) por que as crianças com 11 anos estavam na quinta, na sexta série e ainda aquelas que estudavam comigo e eu já mocinha aprendendo a rabiscar o nome. Pegavam muito no pé os guris lá dos fazendeiros, mas nem por isso a vida ficou parada né, me casei com 16 anos, com 17 tive meu primeiro filho”.*

Para outra acampada (RM),

*“(..) tenho 39 anos, nasci Porto Xavier, tenho seis irmão. Minha mãe batalhou muito para criar a gente, meu pai era alcoólatra. Eu comecei a trabalhar com sete anos, vim com 12 para Porto Alegre, trabalhava em casa de família. Morei cinco anos em Porto Alegre e aí fui para Uruguaiana onde me casei, fiquei casada por 12 anos, tive o Henrique, meu filho hoje está com 15 anos. Depois eu vim embora para cá, trabalhei bastante também. Batalhei, consegui meu cantinho que eu to agora, to tentando melhorar a vida para o futuro do meu filho, pois ele é tudo que*

---

<sup>96</sup> A partir deste momento todos os recordes de entrevista que serão utilizados em itálicos significa os destaques de conteúdo feito pela pesquisadora.

eu tenho. (...) Eu vim trabalhar em casa de família, eu vim sozinha. *Minha mãe não tinha condições de criar seis filhos, né, e meu pai assim era alcoólatra. Daí ele trabalhava um dia na semana para poder beber o resto da semana. Então não lembro de ele ajudar em casa. Então a gente começou cedo. A minha irmã engravidou cedo, casou cedo. E: vocês chegaram a passar fome? Sim, passamos bastante. Nossa vida foi uma vida muito difícil, por isso que hoje tudo que eu posso fazer pelo meu filho eu faço, porque eu não quero que ele passe por tudo que eu passei. Nem pensar em passar o que eu passei, porque foi bem difícil. Foram seis irmão, daí minha mãe se separou, casou de novo, teve mais um filho, né. Este incomodou tudo que pode incomodar. Ela acabou morrendo por incômodos. Seis filhos não incomodaram nada, graças a Deus, seis assim foram filhos bons, que sempre ajudaram. Mas um incomodou um monte, drogado, ladrão, tudo o que os outros não foram ele foi. (...) Eu casei, fiquei 12 anos casada, daí depois eu tive meu filho, né? Aí quando ele estava com seis anos eu me separei, daí eu vim para cá, porque eu tive que fugir, né, porque o pai dele queria me matar, né? Daí eu vim para cá e deixei ele com a tia dele, ele morou com ela daí eu disse para ele que quando ele quisesse vir morar comigo eu teria o nosso cantinho para nós morarmos junto, daí foi que eu vim.”*

Segundo outro acampado (AF), a vida foi se levando, se adaptando, se conformando, mas nunca desistindo (resistindo):

*“Nasci em Santo Antônio da Patrulha, me criei na Lagoa dos Barros, lá trabalhando, cuidando de fazenda e aí vim vindo se levando. Em 1965 nos casamos, (...) temos seis filhos, dois homens e quatro mulheres e moram todos vizinhos aqui, por isso que nós estamos aqui. Mas nunca tive a oportunidade de ter uma terra para trabalhar, daí foi indo surgiu esta oportunidade aqui. Aí é pequeno, mas eu já to com 67 anos e não posso trabalhar muito, eu crio meu gadinho, eu crio porco, a mulher cria galinha e temos horta e então viemos para e aí temos ficando eu tenho tudo que é ferramenta para plantar. Este ano eu quero plantar bastante e é isso aí, né.”*

Estes depoimentos são oriundos das entrevistas semi-estruturadas (Anexo I) realizadas.

Entrevistar é perguntar e perguntar é quase que uma condição ontológica para o pesquisador (a), que se coloca descobridor de sua proposta de pesquisa. Perguntar é conhecer e conhecer é estar em constante busca pelo desconhecido. Existem nestas entrevistas realizadas “com o povo”, coisas que, como diria João Cabral de Melo Neto, a palavra não explica.

Portanto, uma entrevista qualitativa exige:

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma “descrição detalhada”, de um meio social específico; pode também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica. (GASKELL, 2002, p. 65)

Perguntar é *condição de pesquisa*. Mesmo quando esbarramos em situações como “*ah, eu sou assim*”, ou “*Deus quis assim*”, ou “*a vida é assim*”, “*vai se levando né, fazer o que?*”, “*já to muito velho, né, para voltar pro colégio*” a pergunta é fundamental para quem pesquisa. E expressões como estas são muito normais no meio popular, pois as pessoas têm suas visões de mundo, crenças e histórias conformadas. Para o pesquisador é importante que elas apareçam, para o educador é importante que se saiba como construir o processo, a partir delas, de formação libertadora. E assim neste movimento pesquisa-ensino vamos construindo nossas concepções de sujeitos e educação.

Percebemos que os quatros conceitos se entrelaçam entre si, mesmo que a conotação ambígua surja. A adaptação é um movimento de acomodação, de não questionamento de sua condição de estar sendo no mundo, “me criei na Lagoa dos Barros, lá trabalhando, cuidando de fazenda e *aí vim vindo se levando*”. Assim sou como Paulo Freire, incisiva em afirmar a necessidade de se abandonar à ingenuidade e à adaptação ao mundo, para, vendo-o de modo diferente poder pensá-lo, refleti-lo, e enfim, atuar sobre ele, como ser político e histórico. Como lembra Freire (2000, p. 90): “Por isso, é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper”, de romper com toda a visão de estaticidade e de *status quo* que nos é imposta e inculcada sorrateiramente, de romper a “irreflexão” do cotidiano.

Este rompimento exemplifica:

Entre as inúmeras recordações que guardo da prática dos debates nos Círculos de Cultura de São Tomé, gostaria de referir-me agora a uma que me toca de modo especial. Visitávamos um Círculo numa pequena comunidade pesqueira chamada Monte Mário. Tinha-se como geradora a palavra *bonito*, nome de um peixe, e como codificação um desenho expressivo do povoado, com sua vegetação, as suas casas típicas, com barcos de pesca ao mar e um pescador com um bonito à mão. O grupo de alfabetizando olhava em silêncio a codificação. Em certo momento, quatro entre eles se levantaram, como se tivessem combinado, e se dirigiram até a parede em que estava fixada a codificação (o desenho do povoado). Observaram a codificação de perto, atentamente. Depois, dirigiram-se à janela da sala onde estávamos. Olharam o mundo lá fora. Entrelharam-se, olhos vivos, quase surpresos, e, olhando mais uma vez a codificação, disseram: “É Monte Mário. Monte Mário é assim e não sabíamos”. Através da codificação, aqueles quatro participantes do Círculo “tomavam distância” do seu mundo e o re-conheciam. Em certo sentido, era como se estivessem “emergindo” do seu mundo, “saindo” dele, para melhor conhecê-lo. No Círculo de Cultura, naquela tarde, estavam tendo uma experiência diferente: “rompiam” a sua “intimidade” estreita com Monte Mário e punham-se diante do pequeno mundo da sua cotidianidade como sujeitos observadores (FREIRE, p. 43-44).

Paulo Freire ainda tece suas críticas à ideia de fatalidade e determinismo (conformismo) que permeia certas correntes filosóficas. Segundo ele, estas ideias se encontram arraigadas no seio da sociedade atual, especialmente por meio das frases “*graças a deus, vamos levando*”, “*naquela época era assim*”, “*daí vim vindo*”, “*aquele tempo não ir à escola era normal*”, “*a gente precisava trabalhar cedo*”, “*casou cedo*”, “*meu pai era alcoólatra e depois meu marido também era*”, as quais ele rejeita veementemente, denunciando como um discurso opressor para desmotivar os oprimidos. Estes discursos são reproduzidos pelos próprios oprimidos, dificultando a se organizarem e a lutarem pela mudança, que é difícil, mas possível. Freire chega até a afirmar que

não gostaria de ser homem ou de ser mulher, se a impossibilidade de mudar o mundo fosse algo tão óbvia quanto é óbvio que os sábados precedem os domingos. Não gostaria de ser mulher ou homem se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva, que puramente se constatasse e em torno de que nada se pudesse discutir. Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da importância do papel da consciência na história, a questão da decisão, da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites (FREIRE, pág. 39).

A *ambigüidade* que surge nestes primeiros depoimentos sobre conformismo e resistência não é falha, nem defeito, afirma Chauí (2000), não é também dicotomia, nem dualismo, porque não se repousa em definições imprecisas de um lado um conceito e de outro, outro conceito, como sendo resultado de uma análise da realidade social que deforma o sentido que convém melhor a ideologia do pesquisador (*a*). Assim “(...) pegavam muito no pé os guris lá dos fazendeiros, *mas nem por isso a vida ficou parada né?*, me casei com 16 anos,

com 17 tive meu primeiro filho, *fazer o que né?*". Ambigüidade, portanto, é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura. Percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que, como dizia ainda Merleau-Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo. (CHAUÍ, 1986, p.123)

O vocabulário "ambíguo" não goza de boa reputação. Sinônimo de incerto, indeterminado, duvidoso, dúplice, sugere o que é pouco rigoroso, do ponto de vista teórico, e pouco digno de confiança, no plano moral. Costuma ser substituído pelo termo "complexo", para sugerir paciência e agudeza no exame dos fatos, recusa de simplificações. Intelectualismo e empirismo abominam as "facilidades" que a palavra *ambigüidade* sugere. A ela contrapõem alternativas, dicotomias: a clareza e a distinção das ideias e das coisas exigem que sejam ou *isto* ou *aquilo*. Jamais isto e aquilo ao mesmo tempo e na mesma relação. (CHAUÍ, 1986, p.121)

Continuemos ora,

seres e objetivos culturais nunca são dados, são *postos* por práticas sociais e históricas, determinadas por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja *isto* ou *aquilo* e *isto e aquilo* é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais. (CHAUÍ, 1986, p.122)

Percebemos que por todas estas entrevistas passam adaptação, conformismo e resistências, ora mais próximas, ora ambíguas, mas passam. Estes sujeitos vão demonstrando suas histórias de vidas e seus percursos sem mínimas reflexões, como resultante delas. Passa também por estes sujeitos a falta de cidadania. Por exemplo, a falta de escola quando se queria ir para a escola e o trabalho infantil quando se queria viver a infância: "*logo aos sete anos tive que ir cuidar de criança*". A cidadania sempre ausente nestes homens e mulheres: "*tive meu primeiro filho com 18 anos*", "*fazer o que, né? naquela época era o que sobrava*", "*fui levando*". Neste sentido, percebemos que a ausência da cidadania, para as classes populares da sociedade brasileira, vai formando indivíduos adaptados e conformados ao sistema capitalista.

Cidadania, portanto, não é controle nem benesse do Estado, não é só uma carteira de trabalho, é mais que isto. Cidadania<sup>97</sup> requer também outros desfechos sociais, políticos e econômicos, exige a verdadeira democracia, por isso

---

97 Pelo exposto até aqui, fica evidente que sem democracia substantiva não há cidadania. Este termo também remonta à antiguidade clássica. Na atualidade, ser cidadão não é uma opção, depende das condições objetivas, isto é, das possibilidades de acesso econômico, cultural e social. O termo cidadania ganha força a partir de 1990, acompanhando a implementação do neoliberalismo e acompanhando e sendo antítese do que, objetivamente,

El guión optimista para los próximos años hablaría, así, de un país que em poco tiempo logra restablecer la capacidad de gobierno dentro de las reglas democráticas. Restablecer esa capacidad significa volver a la democracia que se enfrenta eficazmente a los grandes problemas nacionales de desigualdad social. (CARVALHO, 1995, p. 168)

Segundo Paludo (2008), cidadania verdadeira é a busca:

- com forte consciência, de que somos sujeitos de direitos;
  - com capacidade de leitura da realidade, o que implica discernimento e tomada de posição – aqui conscientização;
  - capazes de se organizar para a busca ou instituição de direitos;
  - que respeitem o bem público;
  - que desenvolvam a indignação frente ao privilégio e ao desrespeito aos direitos humanos;
  - que possuam uma substantiva formação geral, além da preparação para o trabalho;
  - que estejam com um pé firme na realidade, mas com os olhos na direção do futuro, do projeto para suas vidas e do país, que vão se dispondo a construir.
- Enfim, um educador popular, que se pautar por uma visão social de mundo utópica, se insere no processo de construção da democracia substantiva e orienta todo o processo educativo que realiza, tanto no interior da escola, quanto na relação com a sociedade. Por esta perspectiva, está construindo cidadania – sujeitos emancipados.

Os depoimentos deixam-nos claro a consciência ingênua sobre a exclusão social. Na entrevista de AF, 67 anos, filho de pai e mãe “*cuidadores de fazenda de criação de gado*”<sup>98</sup>,

---

aumentou de forma avassaladora, que é a exclusão. Há quem advogue que esta mudança de foco reforça o deslocamento da responsabilidade do Estado para o indivíduo. Portanto, educar para a cidadania requer a pergunta: qual cidadania e como educar para a cidadania? Ainda, é possível perguntar se o melhor não seria voltarmos a falar em educação emancipadora, entendendo-a como aquela que coloca o sujeito também nos espaços de luta coletivos para a instituição de direitos, construindo o inédito viável?, como diz Freire. Dita apressadamente, cidadania pode reverter em educação para a adaptação pura e simples do sujeito ao que está aí. (PALUDO, C; MACHADO, Rita de Cássia. *Desde Freire, o que é preciso, hoje, para fazer educação popular?* XI Leituras PF, 2009).

<sup>98</sup> O gado que se multiplicara na banda oriental fora trazido principalmente pelos jesuítas. Era criado com o maior zelo por constituir um dos principais procedimentos de sedentarização dos indígenas que, contando com a provisão regular de carne, podiam dedicar-se às lavouras e ao artesanato, independizando-se da caça e da pesca. Juntamente com o gado de outras origens, esse rebanho jesuítico, expandindo-se enormemente, viria a constituir o manancial aparentemente inesgotável das *Vacarias Del Mar*, em que tanto índios missioneiros quanto gente de outra ribeira do Prata, a Argentina, e mais tarde paulistas e portugueses viriam recolher o gado. Este entrevistado é natural de uma cidade exatamente com estas características, digo isto porque moro nela e há muito tempo venho estudando sobre a formação da cidade da qual nascemos, Santo Antônio da Patrulha/RS.

*A maior parte dessa população de gaúchos-a-pé se faz lavradora de terrenos alheios, ainda não engolidos pelo pastoreio, através do regime de parceria. São os autônomos rurais do Sul, contrapostos à peonagem das estâncias, como o caipira do centro se opõe ao assalariado rural das grandes culturas comerciais. Igualmente dependentes do proprietário que lhes cede as terras de cultivo, cobrando por elas a meia ou a terça parte das colheitas, além de sua lealdade pessoal e política.* Também esses neogaúchos veem o Estado e o governo como um ente todo-poderoso e arbitrário, como se entende o patronato e se coloca efetivamente a seu serviço como um sistema de milícias, de delegacias e de inspeções destinado a manter a ordem do mundo tal qual é. (RIBEIRO, 1995, p.414-415; 424).

*Santo Antônio da Patrulha* é um dos quatro primeiros Municípios do Rio Grande do Sul, com colonização basicamente de origem açoriana, com o decorrer do tempo passou a ser ocupado também por italianos, alemães e poloneses. Em 1760 foi elevado à condição de Freguesia, para, em 1809, passar a Vila e, em 03 de abril de 1811 foi instalado o Município de Santo Antônio da Patrulha, que recebeu esta denominação em função das patrulhas

ele conta que mudou-se inúmeras vezes, conformado com a realidade fatalista: “*fazer o que, né? o futuro me reservou essas, mas to bem, to bem*”. Na segunda entrevista, com a assentada BR, percebemos a resistência e o conformismo, “*o importante é que não desisti, naquela época a gente não podia estudar, tinha que cuidar de criança*”. A terceira entrevistada, vimos que ficou durante seis anos sendo violentada pelo marido que, igualmente a seu pai, era alcoólatra, e fugiu quando ele queria matá-la. “*O importante é que hoje eu tenho a minha sonhada terrinha (territorializada), temos aqui três lotes*”. RM é mais uma resistente à brutalidade da vida.

Sem sombra de dúvidas, as relações sociais - próprias do autoritarismo da sociedade brasileira e, em específico, da sociedade gaúcha - os mandos e a obediência que a burguesia, os patrões e os feitores exerciam, forçam os sujeitos ao conformismo, à adaptação. Os três casados muito novos são forçados ao casamento endogâmico ( no interior da mesma classe e do mesmo círculo de cultura), uma vez também que a família é um sistema de dependências pessoais:

A permanência da família, baseada em relações de dependência pessoal, e a subordinação das mulheres inerente a elas são paradoxos da sociedade burguesa (...). É através das formas do casamento e das regras de herança que a condição social de uma pessoa se define total ou parcialmente. Isto fica mais claro em sistemas sociais como as sociedades de castas ou de linhagens, onde a posição de seus membros é determinada por atribuições, isto é, onde um indivíduo é o que foram seus ancestrais. Mas é aparentemente fora de propósito em sociedades (mais tipicamente na sociedade burguesa) nas quais a condição social de um indivíduo é supostamente o resultado de seus esforços pessoais. John Stuart Mill percebeu claramente a contradição entre a ética liberal e a subordinação das mulheres (...). É interessante observar que é precisamente na Inglaterra vitoriana, no auge do capitalismo competitivo, onde encontramos a família burguesa em sua forma mais repressiva”. (CHAUI, apud STOLCKE 1986, p.149-150)

Relata o assentado (AF):

Somos só em três, uma irmã mais velha quatro anos e um outro irmão mais novo que eu sete anos. Minha irmã é falecida, (*sic*) só nós dois. *A minha vida foi criada assim no mundo. Fui criado assim no mundo tropeando e meses e meses de chuva a*

---

instaladas em seu território, objetivando a cobrança de impostos para a Coroa. No início de 1743, estabelece-se efetivamente na atual sede do município, com "roças e casas", o Sr. Inácio José de Mendonça e Silva, *que servia como soldado nessa "Guarda"*. Os Campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul favorecem a criação de rebanhos bovinos e eqüinos e, a partir de 1743, são distribuídas as primeiras sesmarias, geralmente a paulistas e lagunistas, nos Campos de Tramandaí. Índios: Além disso, nestes campos, os índios já haviam sido capturados ou fugiram para o oeste. Mas têm-se notícia que nesses campos houveram indígenas das tribos Carijó (oriundos de Laguna), Arachãs e, no início da Serra, próximo a São Francisco de Paula, os Caáguas, todos membros da grande Nação Guarani. (NEIS, RUBEN; FIGUEIREDO, Lézia M. C. de. *Guarda Velha de Viamão. Est./Sulina*)

minha casa era a capa e o chapéu tropeando. Foi assim que eu fui criado, desde 12 anos. E *então casamos, continuei cuidando de fazenda, fui para Viamão. De Viamão viemos para Gravataí. Aí agora surgiu este terreninho e nós viemos para cá junto com os filhos. Toda semana eles estão aí final de semana e eu posso criar meu gadinho e a mulher pode criar as galinha dela e tem terra para plantar.*

Portanto, sobre esta reprodução do capital, reflete-se,

O que, do ponto de vista da sociedade como um todo, ou do ponto de vista mais restrito do capital, é a reprodução da força de trabalho, da perspectiva do trabalhador, é a realização de um modo de vida. Abandona-se assim uma perspectiva economicista e reintroduz-se na análise questões como o cuidado com os idosos e os inválidos, a utilização do lazer, a expressão da criatividade, a obtenção do prazer, a definição da feminilidade e da masculinidade, todas elas irredutíveis a uma concepção simplista da necessidade de reprodução da força de trabalho. Desse modo, para explicar a família, não basta considerar sua funcionalidade para o capital (...). Tratando-se de uma unidade de vida social, articulada internamente pela referência a fins e a valores, a problemática se deslocou para o terreno do vivido humano e aproximou-se do campo da ideologia.” (CHAUÍ, 1986, p.143)

Nesta primeira dimensão de análise e de interpretação sobre estas pessoas, na perspectiva de suas identidades, ressaltam-se alguns conteúdos: história, família e cidadania. Neste processo, podemos, portanto, destacar as dimensões de análise. *Primeiro*: este povo adaptado e que se adapta facilmente; *segundo*: conforma-se rapidamente e; *terceiro*: é um povo que resiste, pois estão lá, como diria um acampado: “Nós viemos para cá junto com os filhos. Toda semana eles estão aí final de semana e eu posso criar meu gadinho e a mulher pode criar as galinhas dela e tem terra para plantar”.

Por ser um tempo muito pequeno de pesquisa, deti-me a buscar *elementos históricos de constituição de um entrevistado*<sup>99</sup> apenas para compor este bloco, pois trata-se da cidade e região a qual pertencço e que há algum tempo eu pesquiso, por me incomodar muito, *elementos de formação do povo de nossa região (Litoral Norte do RS)*, pois gostaria de entender porque somos herdeiros de uma cultura tão autoritária, coronelista, onde a “burguesia é soberana”<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> Com este processo estou querendo chamar a atenção para a perspectiva histórica da construção destes sujeitos.

<sup>100</sup> Em recente festa de escolha da Rainha e das princesas da Moenda da Canção, a nota de divulgação nos veículos de comunicação local era: “A Moenda já tem suas soberanas”, e estas nada mais são do que famílias ditas “tradicionais” da cidade. Esta forma retrata um jeito de ser e de se entender desta gente.

### 3.6.2 Espaço Social: tensões entre territorialização/desterritorialização, individualismo indiferente e consciência ingênua

*Eu tenho andado tão sozinho ultimamente  
Que nem vejo a minha frente  
Nada que me dê prazer  
Sinto cada vez mais longe a felicidade  
Vendo em minha mocidade  
Tanto sonho perecer*

*Eu queria ter na vida simplesmente  
Um lugar de mato verde  
Pra plantar e pra colher  
Ter uma casinha branca de varanda  
Um quintal e uma janela  
Para ver o sol nascer*

*Às vezes saio a caminhar pela cidade  
À procura de amizades  
Vou seguindo a multidão  
Mas eu me retraio olhando em cada rosto*

*Cada um tem seu mistério  
Seu sofrer, sua ilusão  
Gilson e Joran*

Nesta *dimensão de análise* trabalharemos com três conceitos-chaves: *territorialização/desterritorialização, individualismo indiferente e consciência ingênua*. A “desterritorialização/territorialização”<sup>101</sup> será representada aqui por: “casarão/a escola estadual”; a “horta coletiva” e os “lotes do acampamento”, (ANEXO 2) a partir destes lugares iremos fazer uma tentativa de análise.

A capacidade de pensar sobre seu espaço e ao mesmo tempo tomá-lo como algo fora dele mesmo serão os sentidos que tomarão o conceito de consciência. Com isso, a consciência teórica dos processos de formação do Movimento, pode sim estar invertida. Daí, porque novamente faz-se necessário olharmos para estes sujeitos. Individualistas na sua origem, estes sujeitos não conseguem construir processos coletivos de trabalho<sup>102</sup>, nem mesmo conseguem construir solidariedade entre si. Isto é um problema? Sim, é. Mas não há “mal” que não possa torna-se “bem”, o importante é que identificado isso, possamos juntos pesquisadora-Movimento-pesquisadora construir *as saídas*:

<sup>101</sup> Tensões que podem resultar deste processo histórico de desterritorialização/territorialização, portanto como pesquisadora estive atenta a formas de conhecimento que emergem desses sujeitos em tensão.

<sup>102</sup> Marx irá discutir a importância da cooperação entre os homens na derrubada do capital. A cooperação, segundo Marx, expropria o poder criador coletivo que tem como fundamento necessário a desestruturação e a desorganicidade da forma individual indiferente. Estes são momentos que vivem os indivíduos no processo de construções de coletividade.

A história tem a missão, uma vez que a vida futura da verdade se desfez, de estabelecer a verdade da vida presente. E a primeira tarefa da filosofia, que está a serviço da história [“registremos a fórmula: a filosofia a serviço da história”] consiste, uma vez desmascarada a imagem santa que representa a renúncia do homem a si mesmo, em desmascarar essa renúncia em suas formas profanas. A crítica do céu se transforma, assim, em crítica da terra e a religião em crítica do direito; a crítica da teologia, em crítica política (MARX, 1979, p. 6).

O *individualismo indiferente* será compreendido pela pesquisadora, sob a ótica do capitalismo, aproximando também a “consciência ingênua da realidade”, isso é uma constatação que nasce das análises realizadas dos sujeitos. Estes sujeitos possuem sim consciência ingênua e nelas se conformam. A partir disso, tomamos como referência o que Marx chamará de consciência teórica invertida. A consciência teórica está invertida, porque o mundo está invertido. Neste sentido, a crítica marxista é simultaneamente a crítica da realidade e uma crítica da consciência da realidade tomada pelos homens e mulheres.

A “renúncia do homem a si mesmo”, tradução do termo alemão *Selbstentfremdung*, que quer dizer “tornar-se estranho a si mesmo”, *fremd* quer dizer “estranho, estrangeiro” e *Selbstentfremdung* quer dizer ato pelo qual eu próprio me torno estranho, o que no mais é em Marx a alienação. E sobre o resignificado de alienação, já trabalhamos no primeiro capítulo deste trabalho, portanto o resignificado estende-se para o emprego nesta ideia. Marx vai dizer que - no trabalhador como mercadoria - o que é abandonado é a forma mais ou menos circular do raciocínio, através do qual se condicionavam umas às outras as distintas formas de alienação. O que aparece como núcleo que irradia e que funda mesmo aquelas distintas formas é o *nexo social*, que define e especifica a sociabilidade capitalista: o valor da troca, o dinheiro. Portanto, o vínculo social entre os indivíduos assume a forma de *coisa*.

A propósito dessas formas anteriores, Marx afirma que “as relações de dependência pessoal são as principais formas sociais, nas quais a produtividade humana desenvolve-se em um âmbito restrito e em lugares isolados”. “(...) mesmo quando suas relações entre indivíduos aparecem como relações entre pessoas”, entram em vinculação recíproca somente como indivíduos com um caráter determinado, como senhor feudal e vassalo, proprietário territorial e servo de gleba etc. (...) ou como membro de uma casta etc. ou também como pertencente a um estamento etc. (...) no sistema de troca desenvolvido [no capitalismo] os vínculos de dependência pessoal, as diferenças de sangue, de educação etc, são de fato destruídos, eliminados. A troca privada de todos os produtos do trabalho, das capacidades e das atividades está em antítese (...) com a distribuição fundada nas relações de dominação e de sujeição (...) dos indivíduos entre si.

Sobre o individualismo sob a ótica do capitalismo, afirma Marx (..) “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, o possui enquanto é proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, o leva consigo no bolso”. (p.84)

Portanto, para além da proposta marxista de consciência, mas junto com ela, concluímos que não poderemos julgar os homens e as mulheres pela ideia que eles fazem deles mesmos. Julgam-se homens e mulheres pela realidade que é construída a partir do eu e do outro e das condições materiais de existência, desse modo, da objetividade-subjetividade<sup>103</sup>.

“Me casei com 16 anos e com 17 tive meu primeiro filho. Quando meu filho tinha quatro anos e eu 20 anos, eu vim para Porto Alegre *procurar uma vida melhor*. Aí meu marido veio na *frente, arrumou serviço trabalhando de pedreiro*. Aí ele voltou e me buscou para a gente morar na Chácara das Pedras. *Ali foi onde a gente começou nossa vida de cidade, né? na beira de um valão.*” (BR)

“Eu comecei a *procurar uma chacinha desde muito cedo*. Trocar minha casa, porque daí a gente vende *aquela lá que não prestava*, muito longe e também ela não era uma terra produtiva, né? E a gente se apertou também para pagar conta, daí vendemos lá e compramos aqui na Sagrada Família, *comprei uma casinha aí*, foi esta que eu troquei com a Roseli. Aí *eu saí procurar um terreno que desse para plantar e caí aqui*. Fiquei sabendo que a Roseli queria trocar, queria sair daqui porque ela não gostava de plantar e daí vim, falei com ela. Ela queria, disse que queria trocar, aí trocamos *e inclusive ela tá na minha casa, que eu troquei com ela e a gente tá aqui, já faz dois anos.* (BR)

“(…) Não, eu tinha um colega meu e um dia ele disse assim tem uma *chacinha aí e os caras querem vender ‘o direito’*. Aí foi que eu agarrei, daí *comprei as instalações, os postes.(…)*” (AF)

“(…) *e o cara prometeu de me matar*, eu e as crianças dentro de casa. Aí tive que sair. Aí *eu perdi minha casa, perdi meu terreno, que eu tinha acabado de pagar*, batalhado muito, eu tinha pagado ali *para construir uma casa boa para mim, daí*

---

<sup>103</sup> Conceito de sujeito já trabalhado na primeira parte deste texto.

*vim morar aqui, vim para cá para Caveira. Aí morei na casa dele ali e depois a gente foi morar numa chácara muito boa. A gente plantava verdura, também tinha bastante fruta. Aí ele trabalhava na chácara e eu trabalhava em casa de família de novo. Aí eu trabalhei um ano e meio cuidando de criança, cuidando da casa, aí foi quando eu resolvi que ia comprar meu canto, aí vou ter meu cantinho e vou sair de cima do que é dos outros, porque eu ouvia muito desaforo dos filhos dele: ‘porque tu mora no que é meu, porque eu quero que tu saia do meu canto’. Aí foi que eu decidi que ia comprar um canto para mim e para meu filho, aí foi que eu consegui aqui<sup>104</sup>. Aí eu fui, caminhei bastante, aí me ofereceram para comprar e eu comprei.” (RM)*

*“ (...) também aí os caras foram lá e colocaram fogo na minha casa, fiquei eu sem casa com três filhos. Daí, neste meio tempo, uns parentes longes meus pegaram a minha mais pequena, que tem 11 anos, levaram para passear. Daí ela não quis mais voltar, ficou morando com eles e mora com eles até hoje. Aí eu fiquei com três, né? Fiquei com os gêmeos que hoje tem 15 anos e com o Dudu, que tem 12. Aí quando botaram fogo na minha casa lá, a dona Regina que mora aqui na frente disse para mim: tu não faz as casas lá, tu não faz mais casa lá, tu não fica mais sozinha lá naqueles fins de mundo, vem para cá, faz aqui ela’. Já tinha o terreninho dela aqui, daí eu também trouxe as madeiras. Ganhei as madeiras e fiz a casa aqui, aí continuei participando. Daí eles acreditaram, acharam que eu podia ganhar o lote, aí ganhei o lote e estou aqui até hoje.” (CM)*

Percebemos que o lugar do território, representado aqui pela casa/lote no assentamento e o desterritório, pelo lugar da cidadania negada historicamente. Juntamente com *a casa a terra* eles se compreendem. Fica “evidente em todas as entrevistas o desejo de acessar sua terra, o desejo de ter sua ‘casinha’”, dito também como “*ter o meu cantinho*”, “*minha terrinha*”, “*chacrinha*”, lugar de se viver bem. Portanto a necessidade de “territorializar-se” está presente em todos os entrevistados.

O lugar do território como exclusão, que aparece *como um lugar de denúncia nestes sujeitos*, é nada mais é do que reivindicação de identidades aparentemente deslegitimadas na sociedade de valores societários hegemônicos, ainda que legitimadas pelo aparato jurídico-

<sup>104</sup> Neste momento da entrevista chegou a casa/lote desta acampada um senhor querendo alugar a casa que ela tinha construído ao lado da sua. Neste lote, duas casas são dela e “uma outra ela aluga”.

político dos estados contemporâneos. Esta reflexão aberta por José Eustáquio Romão, no prefácio da obra *Os Lugares da Exclusão Social a nova territorialização*, é um processo que requer *paciência, radicalidade e amorosidade*, dimensões estas que caracterizam esta pesquisa. E dentre estes lugares de exclusão, tantos outros aparecem interligados:

Escolheram o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território. Os autores assumem uma perspectiva analítica que batizaram com o nome de “indutiva”, referenciados em paradigmas que “enquadram”, segundo eles, as sociedades tradicionais, as modernas e as emergentes pós-modernas, para verificar os impactos da exclusão/inclusão sobre as pessoas, os grupos e as formações sociais. (ROMÃO, 2004, p. 7-8)<sup>105</sup>

Para exemplificar estes *lugares de exclusão* lemos à entrevista de um militante:

“(...) ele é uma organização que vem representar as pessoas da periferia que não tem uma representação (...) MORADOR DA PERIFERIA, que tipo de luta ele precisa fazer, né? (...) então hoje nós temos lutas que nós já conseguimos assumir, como *é a questão da alimentação* que se caracteriza tanto pela questão de que *se é possível produzir alimentos saudáveis, mesmo na periferia*; a questão da agricultura urbana; como também a luta por reduzir o preço dos alimentos; como também a luta para exigir que o governo compre mesmo cesta básica da agricultura familiar para o povo que está passando fome. Então a luta pela comida tem que ser muito forte (...), (...) *A outra questão fundamental pra nós é a luta pela educação infantil*, que a gente foi percebendo que este *processo de exclusão no mundo do trabalho* atinge mais mulher e negro. Então como viabilizar minimamente para que ela tenha condições objetivas de inclusão produtiva (...) (...) uma outra dimensão que a gente foi percebendo (...), junto com o Movimento dos Atingidos por Barragem, foi a *questão da energia elétrica* (...) Mas o que eu quero dizer é que este Movimento, que é de Trabalhadores Desempregados, pra mim ele se abre para a gente ver o que é mesmo que a periferia precisa?? O que? *tudo isso é renda também, a comida é renda, a questão de tu ter energia elétrica é renda e que são questões essenciais: a água, a energia elétrica e a comida..né?* pelo menos na minha casa a gente não prioriza outra coisa... Tu tem que pagar a comida mensal, a energia elétrica e a água, né? São necessidades básicas. Então dá para concluir que *estamos lutando pelas necessidades primordiais, né? (...)*” (PB)

<sup>105</sup> ROMÃO, J.E. Prefácio, 2004 In: *Os lugares da exclusão social*, 2004.

Segundo Romão (2005, p. 10), a desterritorialização é uma tendência estrutural da sociedade burguesa, dado que terra<sup>106</sup> é significado do lucro e da exploração, a exemplo disso estão as multinacionais, as transnacionais. Afirma o autor, ora, se o lucro é obtido no mercado globalizado, a inclusão neste contexto, se dá pelo consumo, ou pela inserção (de poucos) no sistema produtivo tecnologicamente reconvertido. Assim, se puder falar em nova territorialização, ela dar-se-á no mercado mundializado, ou seja, ela tenta se localizar num espaço etéreo. De qualquer modo, afirma Romão (2004), esta forma alienada de referência territorial das pessoas passa a determinar as formas de inclusão e exclusão. “Neste sentido, acrescentaríamos que, dialeticamente, embora alienante, esta nova forma de “ubicação” das pessoas, acaba por potencializar uma espécie de identidade planetária. De todo modo, as afirmações das diferenças surgem com uma força de resistência a essa pasteurização mercadológica das identidades.” (ROMÃO, p. 10-11).

Ao escolhermos o lugar do território como sendo de exclusão/inclusão social iremos afirmá-lo como uma construção social. Isso significa reafirmar o que os autores discutem no texto:

Isso significa, em primeiro lugar, que não estamos perante um conceito neutro, como se tratasse de um conceito universal e único para aqueles que o anunciam. Por exemplo, os gregos concebiam o seu território como um espaço delimitado pela *polis*. A dimensão da cidade e o número de seus habitantes deveria ser tal que, do seu ponto mais elevado, pudessem ser abarcados com o olhar. Na Idade Média, o território, nas cidades ocidentais, foi visto do ângulo da identidade com o cristianizado. O trabalho de Santo Agostinho *De Civitate Dei* defende que a história da humanidade se fez da luta entre duas cidades ou reinos: a cidade da terra e a cidade de Deus, o reino da carne e o reino do espírito. Em ambos os casos - para os gregos e para os tempos medievais - o território é determinado pela sua apropriação por parte da comunidade e é, pois, político. (STOER; MAGALHAES; RODRIGUES, 2004, p. 117)

---

<sup>106</sup> Destacamos também outros significados não explicitados pelo autor, como a especulação e a acumulação primitiva. Significantes importantes à sociedade burguesa. Segundo Milton Santos (1994), “A história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para poder dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história da natureza humana. Hoje, com a tecno-ciência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.” A visão da técnica, do espaço e do tempo, assume, nesta compreensão, um caráter inovador, na medida em que passa a apreender a dimensão da história, da história de temporalidades técnicas que permite produzir uma sociedade determinada, empregando, de acordo com a técnica predominante, uma certa quantidade de trabalho humano. Milton abre o conceito de território, mostrando-o como o lugar do drama social. “Bom, há nessa desordem a oportunidade intelectual de nos deixar ver como o território revela o drama da nação, porque ele é, eu creio, muito mais visível através do território do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade. A minha impressão é que o território revela as contradições muito mais fortemente.” Da relação técnica, espaço e tempo, revela-se a história, ou melhor, uma outra história, no palco iluminado expresso no território. Esta outra história aponta para as desigualdades. Faz emergir a exclusão da maioria da população concentrada em um território degradado, onde pobres de todas as naturezas lutam contra todos os carecimentos.

Portanto,

Tanto o espaço e o tempo sagrados como os tempos e os espaços profanos ocupam o todo o tempo e todos os espaços, o que significa que, nas sociedades tradicionais, nas sociedades tradicionais gregas não existem momentos vazios. O território, neste sentido, encontra-se impregnado de significações simbólicas para a comunidade que, pelo seu lado, converte o território na “nossa” terra. (STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004, p. 117)

Portanto, a exclusão dos sujeitos da pesquisa de seu território passa pela expulsão do seu lugar de origem, desgarrados do campo, todos oriundos do meio rural. Percebemos que todos e todas são oriundos do interior do Estado, com traços rurais, e que por forças conjunturais foram expulsos de seus territórios e urbanizados. E disto decorre a busca incansável e resistente por um lugar *onde morar*, construir sua casa, de territorializar-se. Um sonho, um desejo, uma necessidade. Estes elementos passam por todos os entrevistados, sem exceção. Buscar qualidade de vida significa o ter básico – casa e comida; “*ter um cantinho*”, “*ter uma terrinha*”, “*ter nossa casinha*”, todas estas expressões configuram a desterritorialização histórica que sofreram estes sujeitos.

É disso que estamos falando,

Este colapso de expectativas é o que caracteriza o fascismo social, E, portanto, temos hoje Estados democráticos que convivem com sociedades fascistas. Segundo Luis Eduardo Soares, que esteve na Secretaria do Estado do RJ, o eixo Rio\_São Paulo tem três milhões de não cidadãos. São Pessoas que vivem naqueles enclaves entre o Estado não aparece. São sujeitas a bandos terroristas, às *máfias* de drogas, pois são estes grupos que controlam a justiça. São eles que dizem com que roupa se pode sair de casa e o horário de voltar para a moradia. São eles que dizem se as janelas podem estar abertas ou se devem ser mantidas fechadas. Não é o Estado nem a polícia. São estes grupos que definem esse sistema de sociabilidade, estruturalmente muito semelhante ao terror que havia nas sociedades fascistas. Só que agora essa situação não é produzida pelo Estado, *mas por grupos privados da sociedade civil*. Não é o Estado, *que quando muito é cúmplice desse sistema*. (SANTOS, 2003, p.5-grifos meu).

Portanto ter o básico – casa e comida – para este povo é o eixo de constituição e articulação de sua condição de *estar sendo no mundo*. Estes temas geradores podem ajudar no diálogo entre sujeitos da base - educadores - e direção. Poderíamos começar por casa e comida, ao invés de trabalho, como tema gerador? Construir “novas territorializações” com estes sujeitos, a partir deles próprios, significa fundamentalmente construir territórios heterogênicos.

(...) que as pessoas consigam dizer assim: a gente está numa realidade do cão, né? Porque *uma comunidade que luta há oito anos por um projeto, um projeto rururbano (..) neste acampamento e vocês precisam construir processos de organização da produção, como da formação, como da organização comunitária, né? Então tudo isso não é fácil. Pra tu fazer qualquer acordo coletivo numa comunidade, se ele demora meses, anos... muitas vezes agentes deste poder público e hoje o principal é o governo do Estado, que é o que concedeu a área, e portanto tem uma responsabilidade maior sobre isso, as intervenções que eles fazem são momentâneas, nunca num processo e quando vem e justamente por não ser num processo, elas acabam não respeitando este processo que as famílias vivem e acabam muitas vezes destruindo e muitas vezes em uma reunião eles conseguem destruir o que a organização, a militância demorou meses para construir, né...Então esta realidade aí é uma realidade que gera muitas desconfianças...desconfiança entre os assentados, dos assentados para com a organização, né? (PB, segunda oficina metodológica).*

No paradigma sociocultural da modernidade, o espaço global é concebido como um “espaço - nações”, isto é, não existe território que não possa ser concebido como território nacional, neste sentido, todo o território é totalmente incluído. Por outras palavras, não existe espaço para as designadas “terras de ninguém” – e quando elas existem, por exemplo, sob a forma de “zonas desmilitarizadas” constituídas por zonas entre as fronteiras de estados-nação (...); De facto, é interessante verificar como o território tornou-se tão importante na modernidade: ao recebermos um bilhete-postal do estrangeiro, a primeira pergunta que fizemos é: “de onde veio?” significando: “que país controla esse território?”

A *segunda característica* importante do território no contexto da modernidade é a sua natureza homogênea. Por ação do Estado, através de seus aparelhos e agentes, o território nacional e tudo o que constitui a sua superfície são homogeneizados pelas normas judiciais, educacionais, de saúde, de habitação e de ambiente que constituem a base e as suas regras de governação. A nacionalização do território corresponde a Territorialização do Estado em dois sentidos: em primeiro lugar, o Estado apropria-se simbolicamente e efectivamente do território e, segundo lugar, o que é local é convertido em nacional (ver o lugar da cidadania). Ser homogêneo significa, enquanto projeto político e no sentido republicano: (i) *ser o mesmo em todos os locais*; (ii) *ser geométrico, significa que em todos os pontos do território*

*nacional encontra-se uma equidade qualitativa, neste sentido, todos os locais no território nacional são equivalentes, sem considerações locais.* (STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004, p. 117- grifos meus)

Sujeitos *pensantes do seu espaço social*, com consciência crítica, são: construção coletiva verdadeira (feita com todos), *método coletivo de construção do seu projeto de sociedade*, elaborado com todo o respeito às diferenças peculiares e culturais. Isto implica na reconstrução de “novos sentidos” para estes territórios. Vimos as marcas do individualismo-indiferente, anti-solidário, controladas pelo Estado-nação capitalista moderno. Destacamos nas falas abaixo o individualismo em questões como “*O que me dei muito mal quando cheguei aqui foi isso, eu gosto muito de dividir, se eu tenho tu tem, mas se tu tem eu também tenho, nós dividimos uma com a outra*”; “*Falta um pouco de humanidade, de mais respeito aos seres humanos*”; “*(...) muita desunião*”; “*lá o coletivo é assim: tem uma roça dentro do coletivo, eu planto a minha roça, o outro planta a dele, eu quero colocar adubo na minha, eu boto*”; “*cada um colhe para si*”, bem como a disponibilidade para o diálogo presente em afirmações como “*planto lá*”; “*a inveja não deixa os outros crescer, então um cresce um pouquinho*”; “*tenho mais de 2 mil pé de aipim, colhi 70 kg de feijão, deu mais, já to colhendo batata, to comendo batata, tenho um batatal bem grande, tenho milho, tenho bastante moranga, bastante abóbora, tenho qualquer tipo de verdura, o que tu procurar de verdura aqui tu acha, chá ... tudo eu tenho plantado*”; “*eu acho que se a gente se unisse mais aqui, a gente conseguiria mais coisas, a gente viveria melhor*”.

Conforme manifestam os homens e mulheres sobre seu individualismo indiferente em contradição (ANEXO 4):

(...) Planto lá. *Lá o coletivo é assim: tem uma roça dentro do coletivo, eu planto a minha roça, o outro planta o dele, eu quero colocar adubo na minha, eu boto, eu quero plantar feijão na minha, eu planto, se ele quer plantar na dele, ele planta, então é coletivo, mas cada um cuida do seu (...).* (AF)

A mesma assentada explícita,

*Tenho mais de 2 mil pé de aipim, colhi 70kg de feijão deu mais, já to colhendo batata, to comendo batata, tenho um batatal bem grande, tenho milho, tenho bastante moranga, bastante abóbora, tenho qualquer tipo de verdura, o que tu*

procurar de verdura aqui tu acha, chá ...*tudo eu tenho plantado. É só eu e o meu marido que trabalhamos lá. Ah, também tem também ...porque as hortinhas lá são divididas.....eu planto feijão, batata e cana, por enquanto ...tem feijão miúdo, feijão carioca e batata... e já tem o seu Antonio que planta cana, batata e aipim, parece que ele tem lá em cima e Pingo, o filho do seu Antonio, também tem seu Gilmar que planta lá em cima também, mas cada um tem sua hortinha separada.*

E: Tá, mas depois vocês dividem isso?

Não, não, *cada um colhe para si.* O seu Antonio planta para ele, o seu Gilmar planta para ele e eu planto para mim. Porque *não dá certo, porque ninguém trabalha igual,* porque eles gostam de uma coisa, eu gosto de outra, daí a gente dividiu e cada um planta de um jeito.

E: Então são quatro pessoas que plantam numa área chamada coletiva?

É o seu Antonio, o Pingo, o seu Gilmar e eu. Ah e tem o sogro do Pingo que cuida da horta.

(...) *muita desunião, muita desunião entre o pessoal, aqui é assim oooo “venha nós o vosso reino, dividir alguma coisa nada”. O que me dei muito mal quando cheguei aqui foi isso, eu gosto muito de dividir se eu tenho tu tem, mas se tu tem eu também tenho, nós dividimos uma com a outra, né? Então aqui é assim: eu só gosto, quero, quero, quero e vosso reino nada ... isso aqui é o que eu acho muito ruim e se puder passar um por cima do outro por causa de um grão de arroz eles passam, brigam, se quebram por causa de uma cesta básica, isso aí eu acho errado, porque eu acho o seguinte, cada um tem o seu chão, então cada um tem que trabalhar, eu acho, eu tenho meu chão, eu tenho que tirar, se eu puder dividir com o vizinho eu divido, mas aqui não tem divisão, muito ruim este lado aí... quando eu entrei aqui tinha uns que tinham rama de aipim e ninguém quis me dá nada, se eu quisesse plantar eu tinha que comprar na pecuária, agora este ano ninguém tinha nada, eu dividi com todo mundo, servi a todo mundo, mas ninguém quis me servir quando eu precisei (...)(BR).*

*Falta um pouco de humanidade, de mais respeito aos seres humanos, eu acho que se a gente se unisse mais aqui a gente conseguiria mais coisas, a gente viveria melhor.*

E: E por que?

Olha muita coisa, mas principalmente a inveja. Muitas adquirem uma coisa, todo mundo fica de olho, então *a inveja não deixa os outros crescer, então um cresce um pouquinho, o outro a inveja, então se batalhassem juntos conseguiriam coisas melhores para ca, falta harmonia entre as pessoas, eu acho que se tivesse harmonia um pouco mais de respeito seria bem melhor uma vida bem mais tranqüila, né?* (RM).

Portanto já apontava Marx a saída desta condição individualista: dá-se a partir da *superação da propriedade privada*, é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente. Sentidos contrários, a “velha” e sempre discutida contradição. Podemos afirmar que ela está presente nestes processos coletivos/individuais, bem como o individualismo capitalista. E este individualismo capitalista implica num processo de desterritorialização de sua própria condição de ser humano, como afirma a assentada (BR) “*o que me dei muito mal quando cheguei aqui foi isso, eu gosto muito de dividir, se eu tenho tu tem, mas se tu tem eu também tenho, nós dividimos uma com a outra*”, especificamente como lembra Santos (2001), no que diz respeito às relações sociais.

Ao discutir sobre o processo de globalização do território, Milton Santos (2003) afirma que existe “*toda uma fábula, sem a qual a globalização não se mantém. Ela só se mantém em função da fábula*”.<sup>107</sup> Globalização é um conceito criado no final do século XX para explicar a aceleração do processo de integração industrial, comercial e bancária que já vinha ocorrendo desde o século XVI. A “fábula” a que se refere é a suposição de que a globalização territorial e do capital beneficiou imediatamente a todos. Não foi isto o que ocorreu, pois vimos isso através das histórias de vida e de *desterritorialização* que apresentei acima. Ao contrário, em razão da globalização financeira a fragilidade econômica das nações, os pobres desterritorializados aumentaram.

Segundo Milton Santos (2003),

a retirada do Estado do processo de regulação da economia, dada como sendo um benefício para a sociedade, está, de fato, relacionada com a possibilidade de a empresa comandar a sociedade, porque é ela que acaba comandando a vida social, com o apoio das instituições internacionais e, em certos casos, como no Brasil, também com o apoio do Estado.

<sup>107</sup>SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

O estado brasileiro possibilita e acredita na explosão do capital<sup>108</sup>, aquele que desterritorializa milhões de sujeitos – homens e mulheres de famílias inteiras. Vejam o que aconteceu com aquela entrevistada (CM) que perdeu seu “*barraco*”, “*eles colocaram fogo!*” ficando na rua com quatro filhos pequenos, e pergunta-se: quem a acolheu?

Milton Santos diz que “lugar de pobre é na cidade” - pois, na cidade, o acesso à educação, saúde e, principalmente, informação “é facilitado”. Mesmo que a metrópole, seja com Celso Pitta, seja com Marta Suplicy, continue ingovernável. “Na cidade é que eles podem fazer política.” Mas a urbanização, para Santos (2003), tem outro aspecto positivo: o futuro é socialista, argumenta, porque a cidade é socialista. Campo e cidade - A tendência, defende Santos, é a redução das diferenças entre os homens e as mulheres do campo e os da cidade. Na realidade, muitos deles seriam as mesmas pessoas. “No interior de São Paulo, a produção agrícola é resultado do trabalho dos que moram nas cidades; é uma população agrícola e urbana.”

Recolocamos neste momento, os conceitos de *contradição e individualismo indiferente* para a continuidade da análise. Aqui iremos vincular capitalismo e individualismo, bem como socialismo e coletivo. O individualismo é um valor liberal, na natureza do Estado liberal. Esta primazia do indivíduo constitui o cerne da herança judaico-cristã. O individualismo se tornou o valor fundador das sociedades modernas.

Movimento das contradições: a partir dos conhecimentos científicos e com a reorganização da dialética como fundamento teórico para entender o movimento das contradições, foi que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) avançaram na elaboração, compreendendo que as coisas estão em constantes transformações pelo movimento das contradições existentes na matéria e na história da sociedade, onde ocorrem os conflitos entre as classes sociais. Ultrapassando o princípio de identidade – “o que é, é”, puramente isolando e estático – pelo aprofundamento das categorias de totalidade e de relação recíproca, ou seja, as coisas são e, ao mesmo tempo, não são mais puramente, pois decorrem de processos anteriores. A dialética através do movimento dos contrários relaciona nesse processo a particularidade e a universalidade da contradição. Elas evoluem por meio de constates modificações; têm características e apresentam outras novas. Verificam que o homem faz parte da natureza com suas particularidades de gêneros e, ao mesmo tempo, por ter necessidade humanas e sociais, transformam-se na, transformando-se a si próprios. (BOGO, 2008, p. 35)

O *Liberalismo*, adjetivo ao individualismo indiferente, é conceito que se caracteriza por alguns princípios, dentre os quais o individualismo e o igualitarismo. Segundo Ribeiro (2009, p. 1), a onda liberal, com sua defesa da flexibilização em sentido geral e da

<sup>108</sup> Governo Federal empresta 10 milhões de dólares ao FMI. Noticiário do dia 15/05/2009. Rede Nacional.

privatização em especial, acreditou ter posto um fim na história, *a la* Francis Fukuyama<sup>109</sup>. Marx criticou violentamente o "individualismo" dos economistas clássicos e dos filósofos contratualistas, escarnecendo tanto das concepções do indivíduo que abstraíam as relações sociais, quanto das teorias baseadas nas escolhas imputadas de "indivíduos abstratos". Quase todos os marxistas, não obstante suas diferenças atribuem relevância explicativa às "totalidades", em evidente oposição à estreiteza das formas individualistas de análise. O conceito de coletivo aparece explicitado em declarações do tipo: "a burguesia não estava disposta a fazer compromissos", ou "o proletariado aproveitou-se da crise", ou ainda, para tomarmos uma famosa citação de Marx, "a humanidade sempre se coloca apenas as tarefas que pode resolver" (MARX, 1859).

Neste movimento de crítica é que constatamos que o conceito liberal está presente, vivo mais do que nunca, nestas identidades, marcando-os. A ele, o conceito de individualismo indiferente, sob a ótica do capital, que preciso me debruçar com dedicação e radicalidade, para que possamos criar processos verdadeiros, de construção de coletivos coesos e coerentes, porque é neles que acreditamos. E como afirma Marx, "a condição natural e eterna da vida humana é, portanto, independente de qualquer forma dessa vida indiferente liberal".

*"Lá o coletivo é assim: tem uma roça dentro do coletivo, eu planto a minha roça, o outro planta o dele. Eu quero colocar adubo na minha, eu boto, eu quero plantar feijão na minha, eu planto. Se ele quer plantar na dele, ele planta, então é coletivo, mas cada um cuida do seu",* ou questões como esta: "o que me dei muito mal quando cheguei aqui foi isso: eu gosto muito de dividir, se eu tenho, tu tem, mas se tu tem, eu também tenho, nós dividimos uma com a outra", movimentos de negação e afirmação constantes.

Percebemos nesta análise que o processo parece se inverte - do coletivo ao sujeito, aqui também exige de nós uma dedicação maior, que parta dos sujeitos para o coletivo<sup>110</sup>, portanto construindo diálogos.

---

<sup>109</sup> RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. *Trabalho e educação: há razões para um novo diálogo?*, 2009. São Leopoldo: FEEVALE

<sup>110</sup> Vejamos uma entrevista com a psicanalista Maria Rita Kehl, que trabalha com o MST sobre esta questão. E: Os movimentos sociais se fundam na noção do coletivo. Esta questão transparece de alguma forma quando um membro do MST está no divã? Aparece sim *nas queixas frequentes de que o trabalho grupal*, muito exigente, deixa pouca margem para os chamados "cuidados de si": lazer, namoro, leituras, passeios, descanso. Mas não é difícil fazer com que eles percebam que o excesso de dedicação à "causa" coletiva pode ser um meio de escapar das questões singulares de cada um. Claro que estou generalizando, *alguns permanecem muito mais aferrados a cumprir "o que o Outro quer de mim" do que outros etc...* Ao longo de algumas análises, *emergem muitos conflitos com as normas coletivas da Escola – o sujeito, ao entrar em sintonia com o desejo, torna-se rebelde*. Mas essa rebeldia raramente é da ordem do individualismo, mais frequente nas classes média e alta urbanas. *Eles se rebelam contra a rigidez das normas coletivas, mas não perdem de vista o fato de que estão no movimento por escolha política e têm uma responsabilidade para com ele (grifos meus)*. Disponível em:

Um desses equívocos, por exemplo, pode ser o de reduzir a ação transformadora a um ato mecânico, através do qual a estrutura do latifúndio cederia seu lugar a do “asentamiento”, o mesmo que quando alguém, mecanicamente, substitui uma cadeira por outra, ou a desloca de um lugar a outro. (FREIRE, 1968, p. 27)

Na mesma intencionalidade de crítica:

Daí que, numa tal perspectiva, de caráter reformista, o importante seja fazer as mudanças para e sobre os camponeses, como objetos, e não com eles, como sujeitos, também da transformação. Se é indispensável que os camponeses adotem novos procedimentos técnicos para o aumento da produção, então não há outra forma senão “estender” a eles as técnicas dos especialistas, com as quais se pretende substituir seus procedimentos empíricos. (FREIRE, 1968, p. 27-28)

Indo por aí, compartilho com Freire (1968, p. 28) que subestimar a capacidade criadora e re-criadora dos sujeitos - homens e mulheres, desprezar seus conhecimentos, suas histórias e construções subjetivas, não importando o nível em que se achem, tentar “enchê-los” com o que aos técnicos lhe parecem certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante. Não queremos, contudo isso, dizer que as pessoas devam continuar no estado em que se encontram, de consciência ingênua da realidade.

Pois a visão ingênua consiste:

A visão ingênua que, em sua percepção **focalista** da realidade, economicista, desconhece que não há produção fora das relações homem-mundo, termina por transformar os camponeses em meros instrumentos de produção. Assim, na medida em que despreza o ato de que não há produção fora das relações homem-mundo, não pode perceber sua importância. Daí que não possa compreender e, quando compreende, não dê a devida importância ao fato de que, transformando a realidade natural com seu trabalho, os homens criam o seu mundo. Mundo da cultura e da história que, criado por eles, sobre eles se volta, condicionando-os. Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador. (FREIRE, 1968, p. 29)

Daí a forma de resistência destes sujeitos a estas formas coletivas de espaços e processos, portanto, esta resistência é de natureza cultural. A proposta de diferenciar três formas e origens de construção da identidade: - Identidade legitimadora: produzida pelas instituições dominantes, com o objetivo de expandir e manter a dominação sobre as forças sociais dominantes; - Identidade de resistência: produzida pela reação de atores que estão em posições dominadas e que erguem trincheiras de resistência com o objetivo de sobreviver; - Identidade de projeto: que surge quando os atores sociais em posições subordinadas lançam

mão de alternativas culturais e constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, até mesmo, de obter a transformação das estruturas sociais (BOGO, 2008, p. 59).

Portanto, as formas de identidade estão marcadas pela aceitação e manutenção do presente, ou pela resistência a ele, ou pelo desejo de destruição e transformação do poder presente.

Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte. Sua maneira de pensar, condicionada por seu atuar ao mesmo tempo em que a este condiciona por seu atuar, ao mesmo tempo em que a este a condiciona, de há muito, e não de hoje, vem-se constituindo, cristalizado. E muito destas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas em que os camponeses se experimentam em conflito na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram tal experiência. Naquelas em que a reforma agrária simplesmente aconteceu. (FREIRE, 1968, p. 29)

Esta é a razão que passa por estas experiências analisadas. Só processos de educação mecanicistas e ativistas<sup>111</sup> terão dificuldades de entender que a superestrutura não se transforma automaticamente com a mudança infra-estrutural. “Mulheres, pobres, negros, escravos e índios tiveram suas terras confiscadas pelos colonizadores, não se incluíam e ainda não se incluem na universalidade pretendida pelo Estado de direitos (RIBEIRO, 2001, p. 64). Afirma Freire (1986, p.30) que só através da dialética da “*sobredeterminação*” é possível compreender esta permanência de, na verdade, criar problemas e dificuldades até mesmo às transformações revolucionárias necessárias e urgentes para estes sujeitos desterritorializados.

Eis aqui também, sem exceção, a dificuldade de se construir processos revolucionários e coletivos de territorialização e de trabalho no assentamento. São reações de caráter liberal, misturadas às palavras, puramente palavras de solidariedade, partilha, ajuda mútua. Percebo que ao considerar este caráter, estou questionando, conforme Freire (1986, p. 31), o próprio estado dos “assentados”, na nova realidade de “assentamento”. Estas questões passam pelo *método de trabalho e de educação popular* que deverá visar à construção de novos sujeitos coletivos, que supere a posição de meros objetos e assumindo a de sujeitos.

---

<sup>111</sup> Imobilizam as pessoas exercendo nelas uma prática assistencialista. Não pode constituir-se no caminho para tal superação. Por este caminho, as pessoas poderão ser, no máximo, incorporadas como objeto ao processo da reforma agrária, jamais a ele incorporadas como objetos aos processos da construção da nova *territorialização incluyente*. Conforme Freire (1986, p. 32), pode ser incorporado à produção, como instrumento dela, jamais incorporar-se a ela como sujeitos.

Estas relações não podem ser entendidas pelos mecanicistas que, ingenuamente convencidos da transformação automática da supra-estrutura, com a mudança da infra, tendem a explicá-las anticientificamente, considerando os camponeses como “preguiçosos” e incapazes e, às vezes, também “ingratos”. (...) Superação desta percepção fatalista por outra, crítica, capaz de divisar mais além destas situações, o que chamamos de inédito-viável<sup>112</sup>. (FREIRE, 1968, p. 31)

Portanto, os espaços de produção coletiva (a horta), a escola estadual (o casarão) e demais espaços do assentamento não podem, de um lado, sobrepor-se à visão de mundo destas pessoas e inválidos culturalmente; de outro adaptar-se a ela.

Ao apresentar-se aos camponeses, durante a investigação temática, sua realidade objetiva, na qual e com a qual estão como um problema, através de situações codificadas, refazem sua percepção anterior da realidade; Alcançaram, assim, o conhecimento anterior, que os leva ao reconhecimento de erros e equívocos no antigo conhecimento. Desta forma ampliam o marco do conhecer, percebendo, em sua “visão de fundo”, dimensões até então não percebidas e que, agora, se lhes apresentam como percebido,s destacados em si; Este tipo de ação cultural, reinstamos, só tem sentido quando tenta constituir-se como um momento de teorização da prática social de que participam os camponeses. Aliena-se desta prática, perde-se, esvaziada, num puro blá-blá-blá.

Finalmente, a ação cultural como a entendemos, não pode, de um lado, sobrepor-se à visão do mundo dos camponeses e invadi-los culturalmente; de outro, adaptar-se a ela. Pelo contrário, a tarefa que ela coloca ao educador é a de que, partindo daquela visão, tomada como um problema, exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação. (FREIRE, 1968, p. 33)

### 3.6.3 Sujeitos e Movimento<sup>113</sup>: diálogos e antidiálogos<sup>114</sup>

A questão na qual queremos *mergulhar* aqui nesta dimensão de análise, exige que iniciemos com a perspectiva de que todo processo de educação libertadora<sup>115</sup> são processos de comunicação. A educação popular é comunicação, é diálogo (p. 8).

<sup>112</sup> Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*.

<sup>113</sup> Será representado aqui nesta análise pelos documentos sistematizados pelo setor de formação, educadores e direção.

<sup>114</sup> *Matriz antidialógica*, esta será a intenção nesta análise. *Pedagogia do Oprimido*.

<sup>115</sup> Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. Este aprofundamento da tomada de consciência, que precisa desdobrar-se na ação transformadora da realidade, provoca, com esta ação, a superação do conhecimento preponderantemente sensível daquela com que se alcança a razão da mesma. É uma apropriação que faz o homem da posição que ocupa no seu *aqui* e no seu *agora*, do que resulta (e ao mesmo tempo produz) o descobrir-se em uma totalidade, em uma estrutura, e não “preso”, ou “aderido” a ela ou às partes que a constituem. Ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão “focalista” da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba do homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela. Este é, diga-se de passagem, um dos equívocos de algumas tentativas no setor da organização e do

Em uma região do norte do Chile, contou-nos um agrônomo que, em seu trabalho normal, encontrou uma comunidade camponesa totalmente impotente em face do poder destruidor de uma espécie de roedores que dizimavam sua plantação. Perguntando-lhes o que costumavam fazer em tais casos, ouviu dos camponeses que, ao lhe ser imposto, pela primeira vez, semelhante “castigo”, haviam sido salvos por um sacerdote.

“Como?” indagou o agrônomo.

“Fez umas orações e os ‘animalitos’ fugiram assustados até o mar, onde morreram afogados”, responderam. Que fazer, do ponto de vista educativo, em uma comunidade camponesa que se encontra em tal nível? Que fazer com comunidades que se acham assim, cujo pensar e cuja ação, ambos mágicos e condicionados pela estrutura em que estão, obstaculizam seu trabalho? (FREIRE, 1983, p.18)

*O processo de comunicação humana também não pode estar isento dos condicionamentos socioculturais.* Na comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto* ou *realidade*. Portanto, ele não pode ser estendido de um sujeito a outro. Assim, o diálogo como conceito de análise pode ser compreendido em falas como “*comecei a participar nas reuniões para me interar um pouco mais*”; “*Há dois anos que estou aqui e já aprendi muita coisa boa*”; “*por ser uma experiência muito boa*”, estes sujeitos estão disponíveis para o diálogo, percebemos a disposição dos mesmos na fala e no olhar de esperança no grupo.

Já o antidiálogo pode ser manifestado nas seguintes análises:

### Sujeitos:

E: a senhora participa nas formações lá no casarão? *Não tenho participado* muito porque *eu me envolvo aqui cuidando das minhas* plantação. (...)

Lá então é pq a área é maior? *E lá a área é maior* pq aqui eu não tenho mais nada.

Porque aqui tem o lugar da minha casa o resto é só planta. (...).

(...) Planto lá. *Lá o coletivo é assim: tem uma roça dentro do coletivo, eu planto a minha roça, o outro planta o dele, eu quero colocar adubo na minha, eu boto, eu quero plantar feijão na minha, eu planto, se ele quer plantar na dele, ele planta, então é coletivo, mas cada um cuida do seu* (...). (AF)

---

desenvolvimento das comunidades, como também da chamada “capacitação de líderes”. O equívoco de não ver a realidade como totalidade. Equívoco, que se repete, por exemplo, quando se tenta a capacitação dos camponeses com uma visão ingênua do problema da técnica. Isto é, quando não se percebe que a técnica não aparece por casualidade; que a técnica bem acabada ou “elaborada”, tanto quanto a ciência de que é uma aplicação prática, se encontra, como já afirmamos, condicionada histórico-socialmente. Não há técnica neutra, assexuada. (FREIRE, 1983, p.21-22)

Não, eu não conhecia. *Eu toda vida fui muito contra, srsrsrsr e aí eu agarrei e vim para cá, porque tinha que morar, né? Aí ficamos aqui, fomos eu e a mulher que fizemos tudo, agora muito doente, agora ela fica só mais em roda, mas eu é roça. (...);*

E: Mas quando o senhor veio para cá, o senhor já sabia que era um assentamento do MTD? *Eu andei ajudando eles para um monte de coisa, eu não vou muito à luta deles, porque eu tenho gado, como que ele tem que posar preso, senão eles roubam, então é tudo assim, a mulher também não pode fazer quase nada.*

E: O senhor participa das reuniões lá no casarão, Seu (AF)? Sim, participo. *Até vô nas lutas, por caso que, mas eu não posso muito, porque eu tenho os bicho para dá água e então eu disse para eles: eu não posso, então eu disse para eles leva estes mais novos aí, eu não posso.*

E: O senhor sente-se parte do Movimento, Seu (AF)? Sim, *por causa que a gente mora aqui, né? Tem que acompanhar eles, né? Não todas as coisas.*

E: E o que o senhor acha que é o Movimento? Eu penso que eles querem ajudar as pessoas que não tem assim, que nem eu né, o que eu penso é isso aí, né?

E: Quando o senhor foi conhecendo o Movimento, as lutas, as idéias, como o senhor foi se sentindo nisso, uma vez que o senhor disse para mim que era contra tudo isso, o senhor hoje ainda continua pensando assim? *EU ME SENTIA[risos] muito envergonhado [srsrsrsrs] por causa que eu ia por aí tipo segunda, terça, quarta, dia da semana estavam tudo lá, né, daí eu pensava assim vão trabalhar vagabundos rsrsrsrs e então eu não gosto de bagunça, né, eu gosto de tudo certinho, né. (AF)*

E: E quando a senhora veio morar aqui, a senhora sabia que era um acampamento do MTD, já conhecia o MTD? *Eu podendo junto com os guris da escola eu e o pessoal do acampamento a gente vai quando tem reuniões, a gente conversa vários assuntos”.(RM)*

Não, não, *cada um colhe para si. O seu Antonio planta para ele, o seu Gilmar planta para ele e eu planto para mim. Porque não dá certo, porque ninguém trabalha igual, porque eles gostam de uma coisa, eu gosto de outra, daí a gente dividiu e cada um planta de um jeito.*

E: Então são quatro pessoas que plantam numa área chamada coletiva?

É o seu Antonio, o Pingo, o seu Gilmar e eu. Ah e tem o sogro do Pingo que cuida da horta. (BR)

(...) *muita desunião*, muita desunião entre o pessoal, aqui é assim oooo “venha nós o vosso reino, dividir alguma coisa nada”. (RM)

### Movimento<sup>116</sup>

“*Somente um processo coletivo*, de busca de alternativas frente à realidade encontrada, pode ser considerado um processo efetivo de desenvolvimento, que busca *a integração dos sujeitos nesta caminhada*. O desenvolvimento deve ser um instrumento para sanar as necessidades humanas, *alcançando a todos*, não somente a uma minoria”.

Outros fragmentos,

“O Projeto Rururbano apresenta uma proposta de assentamentos, localizados em áreas rurais ou urbanas de ocupação extensiva, e/ou, áreas de extensão rural próximas a grandes centros urbanos, *que visa a reintegração de trabalhadores urbanos, em situação de desemprego ou subemprego que vivem nas periferias urbanas, e rurais sem terra no campo. Trata-se de um público heterogêneo, no que se refere a atividades e qualificações profissionais*, formando um misto de experiências do campo e atividades urbanas. Neste Projeto *os beneficiários moram no assentamento atuando na área agrícola, dentro dos princípios agroecológicos e/ou desenvolvendo atividades não agrícolas, tanto no assentamento como na cidade, conforme os conceitos de pluriatividade*”.

“Como *bandeira central e estratégica do MTD*, o assentamento Rururbano se constitui *como um modelo de vida que busca garantir a subsistência básica, livre de produtos químicos e agrotóxicos*, e que promove a segurança alimentar de grupos sociais em situação de pobreza e exclusão.

---

<sup>116</sup> Foram utilizados aqui um material disponibilizado pelo MTD: *Movimento Dos Trabalhadores Desempregados – Mtd - Assentamento Portal Dos Pinheiros-Plano De Desenvolvimento Do Assentamento*

*“motivar a criação de iniciativas econômicas; capacitação e assessoramento técnico; orientar para linhas de créditos especiais para empreendimentos autogestionários; auxiliar na criação de espaços para comercialização; assessoramento na construção de projeto do destino final dos resíduos sólidos - incluir no projeto de urbanização uma área para este fim; viabilizar transporte coletivo para os assentamentos; assegurar aos educandos garantia de matrícula em escolas da rede pública ou através da criação de escola no local de acordo com a realidade e demanda existente; implantação de núcleos de esporte e lazer; mobilização e assessoria aos assentados visando a inclusão dos mesmos nos projetos e ações de esporte e lazer; formação de agentes sociais na área de esporte e lazer; inclusão espaços para a prática de esporte e lazer no projeto paisagístico, voltados as necessidades e características da comunidade, etc”.*

*“No mês de agosto de 2008 a comunidade assentada realizou um planejamento para a área de produção coletiva junto com a assistência técnica do Projeto de Hortas Urbanas, sendo organizado o espaço da seguinte forma: 3 áreas para criação de animais, 2 áreas para horta, 1 área para recuperação do solo e 1 açude”.*

Para o diálogo precisamos realizar um processo de escuta - paciente e de pergunta intencional. O que estou querendo dizer aqui é que exige do Movimento *pesquisa- educação popular-pesquisa* e dos envolvidos com este processo uma paciência silenciosa. Calar-se para ouvir o que estes sujeitos têm a dizer sobre o mais íntimo de seus processos de constituição/formação. O ato de leitura verdadeira pelo educador-pesquisador(a), num sentido freireano do mundo, compromete o leitor com o texto lido; o ato de compreensão do texto torna o leitor sujeito do texto lido. Portanto, a leitura desta realidade bem como sua escuta exige de nós *silêncio e pergunta. Qual comunidade assentada se quem apenas produz na área coletiva, segundo os próprios entrevistados são três sujeitos?Do que mesmo estamos falando?*

Do mesmo modo, *uma liderança revolucionária*, que não seja dialógica com as massas, ou mantém a “sombra” do dominador “dentro” de si e não é revolucionária, ou está redondamente equivocada e, presa de uma sectarização indiscutivelmente mórbida, também não é revolucionária. (FREIRE, 1983, p. 75- grifo meu)

Estes sujeitos - homens e mulheres - portanto são criadores da história e da cultura; seres naturalmente pedagógicos, históricos, incompletos, inacabados, dialógicos/antidialógicos (na tensão), sujeitos protagonistas e de possibilidades de ampliação de diálogo, devido a sua capacidade natural de relação, pois se faz humano é na relação com o mundo histórico-social e na convivência com as demais pessoas. E quem terá o compromisso disto tudo é: *pesquisa e educação popular*, ou seja, pesquisadores e educadores (as). Esta aproximação é necessária, tão necessária quanto o avanço do MTD.

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. Não há, nem pode haver, invasão cultural dialógica; não já manipulação, nem conquista dialógicas: estes são termos que se excluem. (FREIRE, 1983, p. 32)

Por sua vez, o antidiálogo impõe-se pelo contrário, mata a vida, freia, com a redução dos homens a puras coisas, aliená-los, mitificá-los, violentá-los são próprios dos opressores. Muitos, porque aferrados a uma visão mecanicista, não percebendo esta obviedade, a de que a situação concreta em que estão os homens, condiciona a sua consciência do mundo e esta as suas atitudes e o seu enfrentamento, pensam que a transformação da realidade se pode fazer em termos mecânicos. Isto é, sem a problematização desta falsa consciência do mundo ou sem o aprofundamento de uma já menos falsa consciência dos oprimidos, na ação revolucionária. (FREIRE, 1983, p. 80)

Assim tal é o dilema do agrônomo extensionista, em face do qual precisa manter-se lúcido e crítico (1983, p. 34), tal é o dilema dos pesquisadores educadores (a) e do próprio MTD. As dificuldades maiores ou menores impostas pela estrutura ao que fazer dialógico, não justificam o antidiálogo, do qual a invasão cultural é uma consequência. Quaisquer que sejam as dificuldades, aqueles que estão com os sujeitos - homens e mulheres - com a sua causa, com a sua libertação, não podem ser antidialógicos. São estas dificuldades, cujas razões (ou algumas delas) analisamos sumariamente, que levam os agrônomos – e não somente eles – a falar de tempo perdido ou de perda de tempo na dialogicidade. (p. 39)

O diálogo e a problematização não adormecem ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica, da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação. A problematização dialógica supera o velho *magister dixit*, em que pretendem esconder-se os que se julgam “proprietários”, “administradores” ou “portadores” do saber. Rejeitar, em qualquer nível, a

problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida. Recair na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à “domesticação” dos homens e instrumentaliza a invasão cultural. (FREIRE, 1983, p. 36-37)

Segundo Freire (1983) são: *gnosiológica, lógica, histórica e dialógica* as quatro relações constitutivas do conhecimento humano, portanto resultado das relações humanas. Com isso percebemos a presença destas quatro dimensões. É a partir delas que vamos analisar estes distanciamentos *e a necessidade urgente de aproximações entre sujeitos e o movimento (educadores-direção; direção-sujeitos)*. E permitindo-me fazer a reflexão a partir do que ela exige: meu distanciamento e a “ad-miração” necessária.

Explicuem-nos: a posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de “admirador” do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de “afastar-se” do mundo para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação, de que resulta sua inserção crítica na realidade. “Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos. (FREIRE, 1983, p. 19)

Percebemos que estes sujeitos possuem um conhecimento enorme sobre seu espaço e os espaços coletivos e ao mesmo tempo resistentes a eles, os espaços coletivos sempre são ditos como “eles”, “lá é assim”, “eu até participo das lutas deles”, “eu até ajudo os guris lá no casarão”, portanto conhecimento sobre seu espaço eles possuem como ninguém. Dessa forma, as dimensões gnosiológicas e lógicas vão em direção ao ainda não aprendido, neste caso o *diálogo verdadeiro* entre os sujeitos. Fundamental, nesta dimensão é conhecer o conhecimento existente (acumulado) e tornar-se aberto e apto para produzir conhecimento ainda não existente. A lógica é o *pensar certo*, Freireano<sup>117</sup>:

- a) Uma das condições do pensar certo é não estar inteiramente certo de certezas;
- b) É o pensar rigorosamente ético e gerador de Estética, incompatível com a “desvergonha da arrogância de quem se acha cheia ou cheio de si mesmo”;
- c) É a atitude transparente e afirmadora de que a maneira de estarmos no mundo e com o mundo como seres históricos é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo;
- d) É exigência dos momentos do ciclo gnoseológico, fazendo com que a curiosidade ingênua se torne mais e mais metodicamente rigorosa, transitando da ingenuidade para a curiosidade epistemológica. A curiosidade epistemológica produz superação e não ruptura com a curiosidade (que deixa de ser ingênua);
- e) Exige profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos;
- f) É radicalmente coerente: as palavras têm corporeidade no exemplo, quem pensa certo faz certo;

<sup>117</sup> Ver Pedagogia da Autonomia, 1996.

- g) Não há pensar certo sem prática testemunhal;
- h) É disponibilidade ao risco, à aceitação do novo;
- i) É rejeitar quaisquer tipos de discriminação;
- j) Não é isolamento, mas ato comunicante e co-participado de entendimento;
- k) É dialógico e não polêmico;
- l) É rigorosidade metódica.

O que fica claro neste processo, com os sujeitos da base do MTD, é que esta gente está disponível ao diálogo, mas na contramão a isso está o antidialógico na sua compreensão do todo no Movimento. Existem neste processo fortes tensões de distanciamentos entre sujeito da base, os educadores (as) e a direção (a). E esta constatação é feita de forma comprometida com o Movimento. Permitindo ao Movimento que ao também constar isso possa de forma coerente e propositiva, pensar processos para recolocar-lhes em diálogo. E aqui, isso exigirá outra pesquisa vinculada ao todo do Movimento, a fim de se perguntar: *Quem são os outros sujeitos do MTD – educadores e direção?* De onde vieram e porque também estão aqui no MTD? Que histórias, culturas e sujeitos têm estes educadores? Quais seus signos lingüísticos?<sup>118</sup> Porque riem ou choram quando falam de si e da mística do Movimento? Porque somos educadores e direção? Porque aqui também parece ser uma saída para a exclusão que marcam estes sujeitos da base? Como que fazem educação popular e organização popular? Como construir estas pontes tão necessárias para o diálogo e para o Movimento? Não é possível à liderança tomar os oprimidos como meros fazedores ou executores de suas determinações; como meros ativistas a quem negue a reflexão sobre o seu próprio fazer. Os oprimidos, tendo a ilusão de que atuam, na atuação da liderança, continuam manipulados exatamente por quem, por sua própria natureza, não pode fazê-lo. Por isto, na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos, se esvazia, conseqüentemente, na sua. (Freire, 1963,69).

toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade. Sendo a invasão cultural um ato em si mesmo de conquista, necessita de mais conquista para manter-se. A propaganda, os *slogans*, os “depósitos”, os mitos, são instrumentos usados pelo invasor para lograr seus objetivos: persuadir os invadidos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas dóceis de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora. A manipulação<sup>119</sup>, jamais a organização dos indivíduos pertencentes à cultura

<sup>118</sup> Desde logo, segundo Freire (1986, p.42-43), como afirmamos acima, o entendimento da significação dos signos lingüísticos destes camponeses implica na compreensão do contexto em que se gera a convicção que foi expressa pelos signos lingüísticos. Se disser a uma criança chilena recém-chegada ao Brasil: “Meu filho, podes tirar o livro” (em castelhano: *mi hijo, puedes tirar el libro*), provavelmente ele o lançará, ao solo ou o jogará fora.

<sup>119</sup> A manipulação se instaura como uma forma típica, embora não exclusiva, das sociedades que vivem o processo de transição histórica, de um tipo de “sociedade fechada” a outra “abrindo-se”, em que se verifica a presença das massas populares emergentes. *Estas que na fase anterior do processo se encontravam “sobre” ele,*

invadida é outra característica básica da teoria antidialógica da ação. Como forma de dirigismo, que explora o emocional dos indivíduos, a manipulação inculca neles aquela ilusão de atuar ou de que atuam na atuação de seus manipuladores, da qual falamos antes. Estimulando a massificação, a manipulação contradiz, frontalmente, a afirmação do homem como sujeito, que só pode ser na medida em que, engajando-se na ação transformadora da realidade, opta e decide. (FREIRE, 1983, p. 27)

Tende, desta forma, a impor *sua* palavra a eles, tornando-a, assim, uma palavra falsa, de caráter dominador. Instala, com este proceder, uma contradição entre seu modo de atuar e os objetivos que pretende, ao não entender que, sem o diálogo com os oprimidos, não é possível práxis autêntica, nem para estes nem para ela. O seu quefazer, ação e reflexão, não pode dar-se sem a ação e a reflexão dos outros, se seu compromisso é o da libertação. A práxis revolucionária somente pode opor-se à práxis das elites dominadoras. E é natural que assim seja, pois são quefazeres antagônicos. (FREIRE, 1983, p. 73)

Vejamos quais são os objetivos da escola de formação do MTD,

“O Centro de Formação visa *a criação de um programa de formação voltado à emancipação humana, orientado pelos princípios da Educação Popular*. Atualmente estamos realizando cursos de hortas urbanas para os Grupos de Produção do estado e pesquisas/experiências agroecológicas, além de encontros de formação/estudo, atividades educativas com crianças da comunidade, atividades culturais com a comunidade, além de qualificação das pessoas dos diversos grupos de produção”<sup>120</sup>.

Neste movimento reafirma-se em nós a proposta de que a legítima prática de ensinar-aprender é “uma experiência total, diretiva, política, consciente, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética”. Onde o diálogo verdadeiro é exigência radical da revolução, responde a outra exigência radical - a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que é comunicação. Obstaculizar a comunicação é “transformá-los em quase “coisa” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários”, diz Paulo Freire (1983).

---

ao emergir na transição, mudam basicamente de atitude: de meras espectadoras que eram antes, exigem participação e ingerência. Estas circunstâncias condicionam o fenômeno do populismo, que se vai constituindo como resposta à emersão das massas. Como mediadora entre estas e as elites oligárquicas, a liderança populista se inscreve na ação manipuladora (FREIRE, 1983, p. 27, grifo meu).

<sup>120</sup> Recorte do Material elaborado pelo MTD e disponibilizado para a pesquisadora: *Movimento Dos Trabalhadores Desempregados – Mtd - Assentamento Portal Dos Pinheiros Plano De Desenvolvimento Do Assentamento*.

(...) sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que *estão sendo* um quase *não ser* e passar a ser um *estar sendo* em busca do *ser mais*. Neste humanismo científico (que nem por isto deixa de ser amoroso) deve estar apoiada a ação comunicativa do agrônomo-educador. Por tudo isso, uma vez mais, estão obrigados a negar ao termo extensão e a seu derivado extensionismo as conotações do que fazer verdadeiramente educativo, que se encontram no conceito de comunicação. Daí que, a pergunta que dá título não só à primeira parte do presente capítulo, mas a este ensaio: Extensão ou Comunicação?, respondamos negativamente à extensão e afirmativamente à comunicação. (FREIRE, 1983, p. 50-51)

Movida pelo desejo, enquanto pesquisadora, de também mudar o mundo, percebi nestes sujeitos a alegria. Ela está escondida, mas está lá: no sorriso, no gesto de abraço, no mostrar sua propriedade para mim, suas plantações, as fotos de família, o presente que recebeu dos netos etc... E a alegria também estava lá, nos contos, nos filhos, no choro misturado com um “*sorriso sem dente*”: *alegria e esperança*”. Porque “a esperança faz parte da natureza humana” (FREIRE, 1996, p.72). Por mais que situações tentem destruir a esperança, o ser humano é ser da esperança, capaz de mudar realidades e lutar contra a negação de si mesmo. Busca a conscientização das pessoas.

Críticos seremos, verdadeiros, se vivermos a plenitude da práxis. Isto é, se nossa ação involucra uma crítica reflexão que, organizando cada vez o pensar, nos leva a superar um conhecimento estritamente ingênuo da realidade. Este precisa alcançar um nível superior, com que os homens cheguem à razão da realidade. Mas isto exige um pensar constante, que não pode ser negado às massas populares, se o objetivo visado é a libertação. Se a liderança revolucionária lhes negar este pensar, se encontrará preterida de pensar também, pelo menos de pensar certo. É que a liderança não pode pensar *sem* as massas, nem *para* elas, mas *com* elas. (FREIRE, 1983, p. 76)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS DE PESQUISA: AONDE CHEGAMOS? PARA ONDE QUEREMOS IR?**

Vou iniciar minhas considerações finais de pesquisa citando Geertz (1999) “a investigação não se encerra, necessariamente, com o prestar contas às agências financiadoras, escrever o documento final, apresentar os resultados em reuniões científicas, escrever artigos, apesar de essas atividades serem fundamentais”. Não esta pesquisa que está comprometida ética e politicamente com os *Demitidos da Vida* – com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

Trata-se de uma pesquisa em movimento, para compreender o próprio Movimento. Neste trabalho tentei mergulhar na *gênese do Movimento dos Trabalhadores Desempregados* no Brasil, o processo histórico que contribui para a gestação do Movimento - em contexto internacional e nacional -, e também sobre o objetivo principal da dissertação: *quem são os sujeitos da base do Movimento?* Tentar compreender seus significados e origem, o que pensam e o que sentem estes sujeitos, o que sonham e como eles se entendem num espaço em movimento, que teoricamente seria de construção de ações coletivas em busca de melhorias de vida. Assim, para a atribuição de pesquisa qualitativa a este estudo, “parto do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos, valores e seu comportamento têm um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES MAZZOTTI, 1999, p.131).

Portanto a grande provocação desta pesquisa foi, “conheçamos mais os educandos, não apenas como sujeitos de aprendizagens, mas como sujeitos humanos, sociais e culturais” (ARROYO, 2000), devendo, portanto,

conhecê-los na concretude de suas existências. Conhecer a história social da infância, da adolescência e juventude. Não apenas como imaginário social e a mídia constroem e impõem suas imagens de

infância, adolescência e juventude e como o mercado configura demandas, músicas e roupas, gestos e culturas. Mais do que isso, como educadores (as) conhecer a fundo as possibilidades e limites materiais, sociais e culturais de ser gente, de humanizar-se ou desumanizar-se, de desenvolverem-se como humanos. As condições e os limites concretos dados à infância, às diversas infâncias, adolescências e juventudes das cidades e dos campos (ARROYO, 2000, p.244).

### **Desafios colocados**

Construir uma leitura fiel e verdadeira destas identidades deverá necessariamente passar por identificar através de seus processos de formação da história do Brasil contada por pensadores que realmente pensaram o Brasil; bem como ler as trajetórias de vida destes sujeitos: gostos, música, religiosidade, sonhos, resistências, paixões, tentando resgatar o significado subjetivo de cada um e de cada uma sobre sua condição de desempregado. Apesar de estranho, mas coerente com a proposta político-pedagógica de sociedade que pretende construir o movimento *o emprego estável*<sup>121</sup>, não é o objetivo a ser atingido pelo MTD, e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, todos querem um futuro melhor para si e para suas vidas, e esse futuro passa pelo emprego de carteira assinada. Desejam isso. Parece haver nesta constatação algo problematizador. Estas lógicas e tensões contraditórias que perpassam o MTD e estes sujeitos são lógicas que os constitui e que precisam ser levadas em consideração.

A *primeira consideração final* refere-se em pensarmos em um espaço intermediário de validação do trabalho feito pela pesquisadora - entre a defesa deste trabalho e o início do próximo - ampliação da pesquisa - *uma oficina de volta ao campo de pesquisa*. Esta oficina será feita com os sujeitos do MTD: base - educadores e direção. Será um momento de interlocução com os sujeitos da pesquisa, bem como momentos nos quais irá se ensaiar a possibilidades de diálogos que possam emergir deste encontro mais uma oportunidade também de qualificar este processo todo, de forma dialógica *de pesquisa com eles e não para eles*. Esta consideração aparece como necessária após a defesa do mesmo.

Eis aqui *uma segunda consideração*, a de construir uma compreensão subjetiva sobre estes (homens e mulheres) históricos, conhecê-los, estudá-los, pesquisar “estas novas definições” será de profunda importância e avanço para o MTD na reafirmação de sua identidade de classe e de Movimento Social e Popular. Abrir mão de pré-conceitos históricos tradicionais deverá ser a tarefa primeira no que se refere à vida do Movimento. Fica aqui uma proposta de ampliação da pesquisa para Região Sul – Pelotas e Caxias do Sul – Serra e para

---

<sup>121</sup> Emprego a partir da sociedade capitalista, assume um sentido de *anti-trabalho*. Ter emprego hoje significa ser subordinado, alienado, precarizado em toda sua dimensão, feito mesmo, que os seus direitos sociais enquanto trabalhador (a) “esteja garantido(a)”.

Gravataí – Metropolitana. Hoje o curso de formação que deve ser feito pelo MTD é a pesquisa sobre si mesmo, este é o estudo necessário.

Há uma materialidade nestes resultados apresentados que exige, da pesquisa em proposição/ampliação, a vigência de uma proposta de educação-pesquisa-educação que considere elementos como, e que, pode ser movida pela:

urgência da transformação social, colocada pelo estágio atual de desenvolvimento do Projeto da Modernidade, no âmbito da produção, da política e da cultura, que indica o esgotamento de suas possibilidades emancipatórias.

- A concepção de educação, que hoje está a serviço deste projeto, que coloca a educação como mercadoria e busca sedimentar uma mentalidade adequada às novas formas de alienação, opressão e violência.

- O movimento concreto das forças que resistem e se dispõem a engendrar o novo necessita da Educação Popular e dos Educadores Populares para sedimentar visões sociais de mundo críticas, comprometidas e abertas, dispostas a resistir, capazes de analisar possibilidades e fazer acontecer o novo (inérito viável). (PALUDO, 2005, p. 6):

Aqui, no caso destes sujeitos organizados pelo MTD, estas subjetividades estão associadas sim a elementos como fome<sup>122</sup>, pobreza, miséria, violência, machismo, desterritorializações, desalento, incapacidade de procurar emprego<sup>123</sup>, exclusão - onde o desemprego é o resultado inteligível deste processo. O desemprego é resultado histórico e não identidade destes sujeitos. Portanto aqui a sugestão sobre serem chamamos de Movimento Urbano dos Sem Trabalho (MUST) parece mais lógico e coerente, trabalho apartir do conceito Marxista de Trabalho.

E também são subjetividades associadas a questões como religiosidades, música, festas, bailes, territorialização (acampamento), pois gostaria de chamar a atenção para questões que só nos permitem entender estes sujeitos concretos, datados e situados historicamente, se conhecermos o que escutam (músicas), quais suas crenças, bem como são os espaços de festa, enfim, entender o povo necessariamente passa por também entender sua arte de vida.

Uma *terceira consideração* é revisitarmos a década de 1990, e a partir dela fazer um olhar local e histórico, numa perspectiva micro-sociológica (componentes culturais de origem) destes sujeitos. Homens e mulheres reforçam resultados de um processo histórico de exclusão social. Este processo exigirá para o Movimento um estudo profundo, resgatando a necessidade dialética para que possam fazer a compreensão da história, respeitando os sujeitos

<sup>122</sup> Este conceito toma como conteúdo a problemática do acesso ao alimento.

<sup>123</sup> A ausência da vontade de procurar emprego e a incapacidade de encontrá-lo são marcas presentes nestes homens e mulheres, assim estes dois elementos complementares dão origem ao processo de desqualificação. Essa concepção refere-se a indivíduos cuja capacidade ou chance de colocação será quase nula.

que faz história na dinâmica das contradições. Se for verdade *que tudo o que é sólido desmancha no ar*, com este processo de resgate e respeito dos educadores, a prepotência de saberes instalado desmancha-se como a volatilidade de uma nuvem, ainda que suas vítimas tenham permanecido com as marcas da razão analítica.

Uma *quarta consideração* - o MTD precisa urgentemente reconhecer-se como classe oprimida, de não negar a luta de classe como um motor importante da história. Chamo a atenção para a importância de este Movimento investir-se e inventar-se como identidade de luta. Por isso a palavra de ordem do Manifesto pode ser ressignificada<sup>124</sup>: *Oprimido de todos os países uniu-vos!* Fazendo com que estes sujeitos assumam o Movimento e o Movimento assumam-os, pois a direção deste Movimento quem dá são os sujeitos que dele fazem parte. Porque a fragmentação da classe oprimida está no horizonte estratégico do capital e se dar conta disso e romper com isso é uma tarefa revolucionária.

Discutir a questão das identidades também é um modo de propor como salvar o planeta Terra. É necessário denunciar que o modo de produção capitalista está esgotado e que, com ele, o ser humano está errando o rumo do futuro. Superar o capitalismo, dominar o capital e o Estado, só assim será possível dar à humanidade uma alternativa de sobrevivência. O capitalismo era a fase necessária para chegar ao socialismo, mas ele já viveu demais e as condições criadas para a superação já ultrapassaram o limite tolerável. Agora, o modo de vida capitalista tornou-se altamente destrutivo das coisas, dos bens naturais e dos próprios seres humanos. (BOGO, 2008, p. 60)

Uma *quinta conclusão* vai em direção à resposta da grande pergunta geradora deste trabalho, a de responder quem são os sujeitos concretos. Homens e mulheres excluídos historicamente, *que não se identificam como desempregados (as)*, e sim como homens e mulheres de sonhos e desejos, criativos e adaptados, conformados e resistentes perante a brutalidade da vida; constituíram-se na tensão desterritorial/território; diálogos/antidiálogos; homens e mulheres que mesmo oprimidos conseguem, a partir de sua consciência ingênua, pensar seu espaço e seu tempo do acampamento recriando-os. Homens e mulheres que não perderam, apesar da brutalidade da vida, a sua mundialidade, pois são seres de esperança, mesmo quando *ela está vã*.

Assim investir neste processo de conhecimento de si torna-se tão valioso e importante no tempo atual como o dinheiro necessário aos programas de formação e qualificação do MTD. Assim pensamos que a pesquisa deve e pode ser ampliada aos sujeitos

---

<sup>124</sup> Segundo Paludo o Movimento da Re-significação articula dois elementos importante: Volta a raiz e análise do tempo presente.

educadores, aos sujeitos direção e aos sujeitos dos outros assentamentos do MTD. Esta poderá ser considerada *a sexta conclusão* deste trabalho de pesquisa.

Vivido este tempo de pesquisa, realizado o resgate das ideias, criação de outras e das identidades destes sujeitos, estamos querendo ampliar este olhar, uma vez que, fortalecer os processos de luta é uma tarefa revolucionária que se coloca para a pesquisa, pesquisa comprometida com a transformação social e com a concretude da filosofia. Permanece a questão: *que fazer?* A frase de Sartre pode auxiliar: *Que se pode fazer de mais exato, de mais rigoroso, quando se estuda o homem, do que reconhecer-lhe propriedades humanas?*<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> SARTE, J.P. Crítica da Razão Dialética, p.10.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, Miguel (org.) *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1991.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre*. Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALVES MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARRUDA, Marcos. *Globalização e Cooperativismo Popular. Desafio Estratégico*. 1 ed. Rio de Janeiro: (S/N), 1996.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORGES, I. C. *Análise da evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil nos anos 90*. Viçosa:UFV, 1999. (Relatório de Projeto de Iniciação Científica-convenio UFV/CNPq)

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 212p.

\_\_\_\_\_. Saber para si, saber para com os outros. In: *Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido*. SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009.

Caderno de Debates nº2. *Movimentos Sociais e Estado: Limites e possibilidades*. Porto Alegre: CAMP, 2001.

CAMP (Org). Educação e Trabalho. *Educação popular e movimentos sociais*. Porto Alegre: Agencia de Arte, 2007.

CANO, W. *Reflexões para uma política de resgate de atraso social e produtivo do Brasil na déc.90*. Campinas: CEDE/ IE/ UNICAMP, 1991.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. V.1. La sociedad Red, Madrid: Alianza, 1997.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Madri: Siglo XXI, 1974.

CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*.

\_\_\_\_\_. *Geografia da Fome*. 3. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1952.

CATTANI, Antônio David. *Trabalho e autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org). *Desigualdades na América Latina. Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez,1990.

\_\_\_\_\_. *Autoritarismo 500 anos. O mito fundador*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo : 3. ed. Brasiliense, 1989.

CORREA, A. M. C. J. *Desigualdade e pobreza entre pessoas ocupadas na agricultura brasileira em 1995: inevitável*: In: Aguiar, D.R.D. Pinho, J.B. Anais do XXXVII congresso brasileiro de economia e sociologia rural. (CD-rom).

COLETTI, Claudinei. Cemarx-IFCH- Unicamp- *TRABALHADORES, SINDICATOS E A NOVA QUESTÃO SOCIAL - GT – ANPOCS - Seminário Intermediário USP – 2003*.

DEMO, Pedro. *Educar pela Pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.1989.

DÍAZ, Laura Mota. *As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social*. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FORQUIN, J.C(ORG). *Sociologia da educação: Dez anos de pesquisa - 1. ed. / 1995*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. Virtudes do educador. São Paulo: Vereda, 1982.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989, 80p.

\_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 79p.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184p.

\_\_\_\_\_. *Política e Educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 119p.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. Texto 2, 1986.

\_\_\_\_\_. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio (coord.). *A Educação e o Trabalho no Contexto da Globalização. Anais das Conferências*. Frederico Westfahlen: URI, 2000.

\_\_\_\_\_. A Dupla Face do Trabalho: criação e destruição da Vida. In: *A Experiência do Trabalho e a Educação Básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. *Conhecimento e qualificação do trabalhador: desafio frente a novas bases Tecnológicas do processo produtivo*. Rio de Janeiro: UFF, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Educação, Crise do Trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito*. Rio de Janeiro: UFF, 1997.

GADOTTI, Moacir Torres, Carlos A. (orgs) *Utopia Latino Americana*. São Paulo: Cortez/da Usp, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

\_\_\_\_\_. *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRESSLER, Lori Alice. Entrevista. In: \_\_\_\_\_ *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p.164-169.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Por uma sociologia do desemprego* (1990).

\_\_\_\_\_. *Desemprego: Trajetórias, identidades e mobilizações*, SESC: São Paulo, 2006.

GRAVATAÍ. *Nossa História*. Disponível em <<http://www.cmgravatai.rs.gov.br>>, acesso em: 18/06/2009.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 224p.

HOBBS, T. *Leviatã : ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástica e civil*. 1988.

INGER, Paul. Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo. In: *Revista proposta*, nº72, RJ: Fax, março/abril/maio de 1997-p.6-13.

JACOBI, Pedro, *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: \_\_\_\_\_ *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 11, p.117-127.

*GM Amplia suas instalações em 2009*. Jornal Folha Patrulhense – Santo Antonio da Patrulhas em 5/06/2009.

KEIL, Ivete. *Pedagogia da exclusão: uma realidade da cultura Brasileira*. Texto Apresentado na Anpedinha, Curitiba, 1999.

Locke, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX. K. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.

\_\_\_\_\_. O capital, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 211.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Difel, Livro 1, vol. 1, 1979.

\_\_\_\_\_.(1859), "Preface" to *A Contribution to the Critique of Political Economy*.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Difel, Livro 1, vol. 1, 1979.

MARKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 87.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo.

NEIS, RUBEN; FIGUEIREDO, Lézia M. C. de. *Guarda Velha de Viamão. Est./Sulins*)

PALUDO, Conceição. *Educação Popular e Movimentos Sociais. 8 seminário internacional de educação*. FEEVALE, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação Popular em Busca de Alternativas: um leitura desde o campo Democrático e Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_ ; MACHADO, Rita de Cássia. *Desde Freire, o que é preciso para fazer Educação Popular*, UFRGS, 2009.

PERRY, Anderson, "As antinomias de Gramsci". In: *Crítica Marxista – a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Ed. Juruê, 1986.

PIRES, Cecília Maria Pinto. *As aporias da revolução: rupturas dialéticas e ritualização do poder*. Filosofia UNISINOS, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 99-112, 2004.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e Poder. Revista Filosofando. V16. IFIBE, 2000.  
 PIGNONI, Maria Teresa. Desempregados e Mobilizações de Desempregados na França e na Itália. In: *Desemprego: Trajetórias, identidades e mobilizações*, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização: Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Cultural Desigual dos Povos Americanos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Editora Paz e Terra, 1972.

RIBEIRO, Marlene. Cidadania: interrogações ao conceito para a compreensão dos movimentos sociais. In: *Movimentos Sociais e Estado: Limites e possibilidades*. Caderno de Debates Nº 2. Porto Alegre: CAMP, 2001.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. *Trabalho e educação: há razões para um novo diálogo*. 2009. São Leopoldo: FEEVALE.

ROSSEAU, Jean-Jaques (1983). *Do contrato Social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Vitor Cívitas(ed) 3.ed. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores).

Relatório do IPEA sobre desemprego e emprego nos anos 1990. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0743.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0743.pdf)>. Acesso em 30.03.2009.

TRAUTH, Eileen M. & O'CONNOR, Barbara. *A study of the interaction between information technology and society: an illustration of combined qualitative research methods*. [on-line], maio 2000. [<http://www.cba.neu.edu/~etrauth/works/ifip5.txt>]. [02]

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. 171p. Traduzido por: Cláudia Dias - junho 2000. Disponível em: [www.geocities.com/claudiaad/participante.pdf](http://www.geocities.com/claudiaad/participante.pdf). Acesso em: 08.06.2009.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho (Faced/UFC). *Educação e Movimentos Sociais*. Disponível em:

STÉDILE, João P. e MANÇAMO, Bernardo M. *Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

TURA, M.L.R. A Observação do cotidiano escolar. In: Zago, N; CARVALHO, MP. ; VILELA, Rita A. T (orgs). *Itinerários de Pesquisa*. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

**FOME ZERO. O que é?** Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>, acesso em 03.06.2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século xxi*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

\_\_\_\_\_. *Técnica espaço tempo*, Hucitec, São Paulo. (1994).

\_\_\_\_\_. *Pobreza urbana*, Hucitec/UFPE/CNPU, São Paulo, 1978. Recife.

\_\_\_\_\_. (2000) *Entrevista com SEABRA, Odete, CARVALHO, Mônica e LEITE, José Corrêa*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, p. 21.

\_\_\_\_\_. (2003-2000) *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*, Record, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória*. Comunicação proferida no seminário estudos territoriais de desigualdades sociais. São Paulo: PUC, 16 e 17 de maio, 2001. Disponível em: <http://www.cedest.info/Boaventura.pdf>. Acesso em 30.05.2009.

SINGER, Paul. *Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOLERA, Carlos R. Rodrigues. Sete grandes debates sobre a desigualdade Social. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota. (Orgs). *Desigualdades na América Latina. Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

STROOBANTS, M. (1994) . *La compétence à L'épreuve de la qualification*. In: DURAND, J.P(Org). Paris, Syros, 1993.

STRECK, Danilo. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs). *Pesquisa Participante: o saber da Partilha*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e cultura do trabalho*; Brasil: ed. Unijuí, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TRINDADE, Gestine Cássia. *Educação e Classes Populares*; 2002, UPF. Série Educação.

VIEIRA, Luiz. Movimentos Sociais e Governo Popular: Os desafios dos Movimentos sociais frente à ocupação dos espaços políticos institucionais. In: *Caderno de Debates nº2. Movimentos Sociais e Estado: Limites e possibilidades*, Porto Alegre: CAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais no contexto do estado liberal moderno. *Revista Sociedade em Debate*. Pelotas: UCEPel, Vol. 6, n 1, abril de 2000.

VILLASANTE, Tomás R. “Del caos al efecto mariposa” In: *revista utopia singlo XXI, nº 1*, Medellín: Universidad de Antioquia, 1997. p39-49.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil: *Traçando Caminhos para a Inclusão Social* (2003: Brasília, DF).

ZITKOSKI, Jaime José. *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*. IHU. Ano 5 – No 21 – 2007.

\_\_\_\_\_. *Horizontes da (re) fundamentação em educação popular: um diálogo entre Freire e Habermas*. Frederico Westphalen: URI, 2000.

## **ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS  
**PESQUISA DE CAMPO - ENTREVISTAS**  
**PROF. ORIENTADOR: JORGE RIBEIRO**  
**MESTRANDA: RITA DE CÁSSIA MACHADO - CNPQ**

---

As entrevistas serão realizadas com (10) dez integrantes do MTD. Quatro integrantes serão considerados preâmbulos (Membros da Direção Municipal e Estadual do Movimento) desta pesquisa, os outros cinco acampados e integrantes do MTD – Acampamento de Gravataí (O movimento irá ajudar a identificar quem serão as pessoas).

Seguindo a disposição dos Grupos, iremos classificar os grupos de perguntas elaboradas em *TRÊS ÁREAS TEMÁTICAS, A SABER:*

- 1- *Quem são os sujeitos da base do MTD, o que pensam e o que sonham esta gente? (“perfil”)*
- 2- *Contexto histórico-social-econômico e político que formaram o MTD;*
- 3- *Qual o sentido do trabalho para os desempregados e empobrecidos que formam o MTD?*

A partir destes eixos temáticos serão realizadas as entrevistas, dando-se mais ênfase aos aspectos que consideramos mais relevantes para a nossa discussão. Logo após, na FASE DE ANÁLISE DAS FALAS, organizaremos as categorias que deram origem às perguntas e mesmos as que irão “emergir das entrevistas”, conforme o grau de importância na pesquisa.

Dentro desta perspectiva, as questões serão divididas em QUATRO (sendo o último grupo o que chamarei de “considerações finais”), grupos com os seguintes objetivos:

<b><i>No Primeiro Grupo: Os Sujeitos da Pesquisa</i></b>
--

**GRUPO 1:** A base do MTD, quem são...

**Eixo:** Os Sujeitos da Pesquisa

**Conceitos:** Sujeito, Historicidade, Temporalidade...

**Neste momento a pesquisadora fará uma breve introdução da pesquisa, até mesmo para iniciarmos a conversa e as pessoas entenderem o que eu estou fazendo ali com um gravador...**

- a) O Nome Completo...
- b) A idade...
- c) (e/ou descendência) /cidade em que nasceu.
- d) Sua infância/conte um pouco como foi, a escola (como foi à ida à escola), até que série estudou, como era a sua família...
- e) Seu pai, sua mãe, seus irmãos...
- f) Quais seus sonhos... o que querem para as suas vidas e de suas famílias...

### **Objetivos:**

Estas questões se referem diretamente à temática da pesquisa: *Quem são os sujeitos da base do MTD? Quem são, de onde veio, o que sonham e pensam para suas vidas...*

<b>No Segundo Grupo: “O Mito do Progresso”</b>
--

**GRUPO 2:** Contextualizando os Anos 90.

**Eixo:** Desemprego nos anos 90 - o país continua expulsando pessoas do campo...

**Conceitos:** Cidade, Pobreza, Fome, Progresso, Empobrecidos...

- Em que ano veio para o Gravataí/ Região de Porto Alegre...
- Como veio...
- Com quem veio...
- O que trouxe na sua bagagem? Só roupa?
- Quantos anos tinha quando veio para cá?
- Qual o motivo (por que) que o levou a vir para Gravataí?
- Porque escolheu Gravataí/MTD?
- O que você veio buscar aqui?
- Como foi a viagem de sua terra até aqui?
- Houve dificuldades durante a viagem? Quais?
- Quando chegou a Porto Alegre/Gravataí, já tinha onde ficar?
- Quais as dificuldades encontradas no início da vida na nova Cidade?
- Foi fácil a adaptação na nova cidade?

- Sentia ou sente saudades da sua terra?
- Em algum momento se arrependeu de ter vindo para cá?
- Se você pudesse voltar para sua terra, voltaria? Por quê?
- Você poderia ter ficado em sua cidade? Teve opção de ter ficado por lá?

### **Objetivos:**

Neste grupo de perguntas, a última pergunta fecha uma sequência de perguntas que nos dará subsídios para o rumo de reflexão que iremos fazer sobre a década de 90. Nossos objetivos com este grupo de questões é resgatar historicamente a década de 90 como sendo a década onde o crescimento da pobreza e o aumento de miseráveis no mundo avançam consideravelmente; e também compreender a lógica da miséria e da pobreza na construção dos sujeitos desempregados, conseqüentemente da construção do Movimento dos Desempregados, perguntando-me, até que ponto estas categorias sociais estão presentes nesta construção de identidade desempregada.

### ***No Segundo Grupo: O sentido do trabalho para a base do MTD***

**GRUPO 1:** Qual o sentido do trabalho para os desempregados do MTD?

**Eixo:** O sentido do trabalho para a base do MTD.

**Conceitos:** TRABALHO, EDUCAÇÃO , SENTIDOS, SUJEITOS

- Foi fácil conseguir trabalho aqui/na cidade?
- Qual o primeiro trabalho que conseguiu aqui?
- Foi fácil comunicar-se, expressar-se com as pessoas que aqui viviam?
- O que você fazia para se sustentar?
- Hoje, morar aqui, fazer parte do Movimento, o que isso tudo significa para você?
- Você trabalha aqui? O que faz para sustentar você e sua família?
- Diga é o que MTD? O que você espera do Movimento?
- Qual seu maior objetivo aqui hoje?
- O que é trabalho para você? No que você gostaria de trabalhar? O que gosta de fazer?

E para finalizar, este último bloco de questões busca constatar até que ponto a categoria “trabalho”, uma das chaves de resgate destes sujeitos para o MTD, é capaz de

influenciar estes sujeitos para a transformação de suas vidas; busca também verificarmos a grande pergunta desta pesquisa: *Que sentido tem o trabalho para a base do MTD?*

#### ***Quarto Grupo: Considerações Finais***

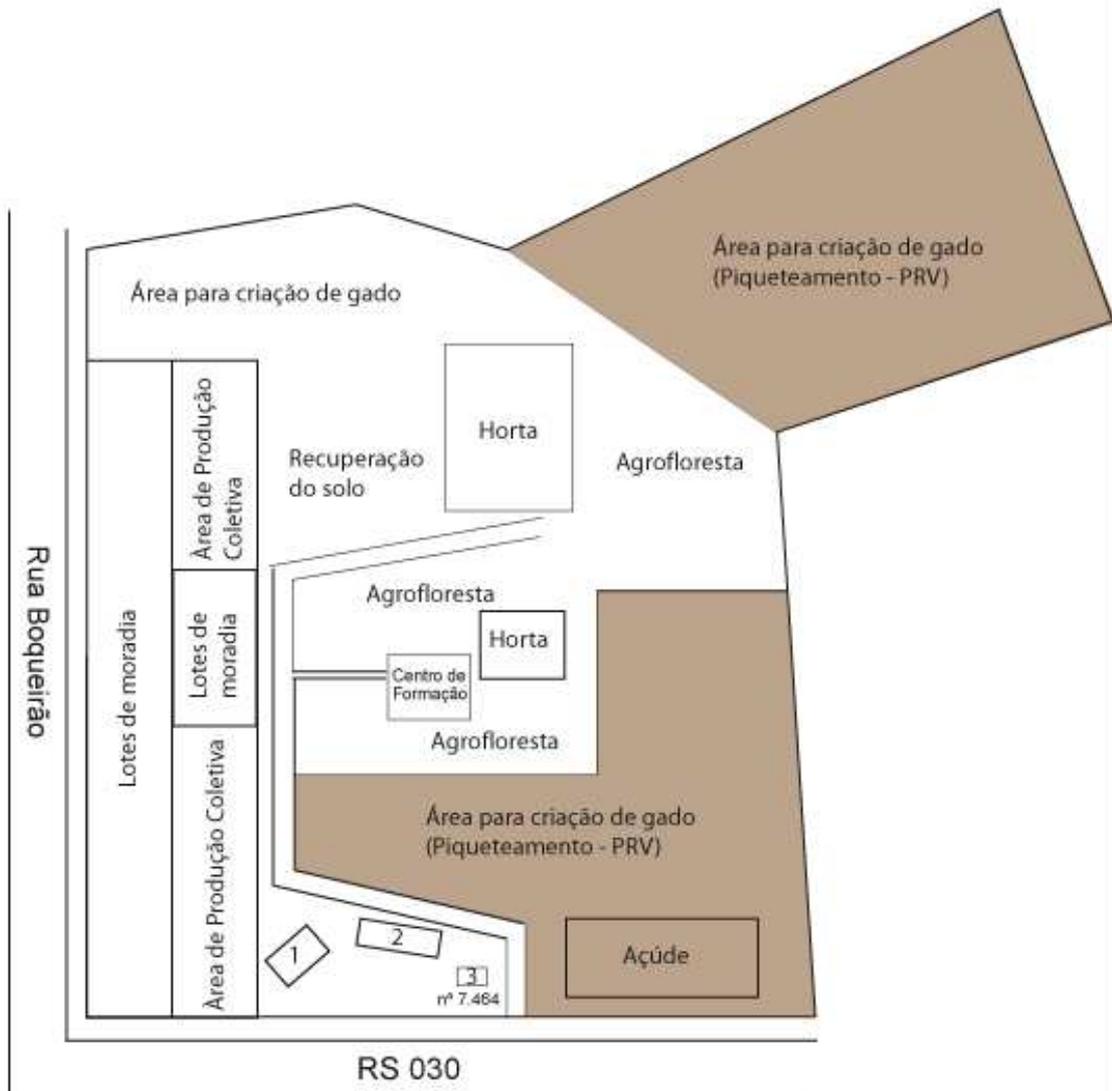
GRUPO 4: Considerações Finais

##### **Objetivos:**

As considerações finais, conforme afirmado na introdução do roteiro de entrevistas, fica com um complemento para os entrevistados (principalmente os preâmbulos da pesquisa) fazer considerações ou mesmo exporem algo que, ou não foi completado pelas perguntas ou que gostaria de completar para o enriquecimento de suas respostas, ou mesmo considerações da pesquisa.

**ANEXO 2 – CROQUI DO ASSENTAMENTO**

## Croqui do Assentamento Portal dos Pinheiros



- 1 - Ciranda Infantil
- 2 - Viveiro e Tambo de leite
- 3 - Alojamento para trabalhadores do Centro de Formação

### ANEXO 3- MAPA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO

### ANEXO 4 – PLANILHA DE PRODUÇÃO

### ANEXO 5- FOTOS DOS ASSENTADOS

NÃO UTILIZAREI AS FOTOS QUE TIREI DO ASSENTAMENTO, POIS NÃO PEDI AUTORIZAÇÃO PARA USÁ-LAS, MAS NOS PARECE QUE SEBASTIÃO SALGADO ESTAVA LÁ, CADA FOTO UTILIZADA REPRESENTA AQUELES SUJEITOS.

FOTO 1- (BR)

FOTO 2 – (RM)

FOTO 3 – (BR)

FOTO 4 – (AF)

FOTO 5 – (CM)

FOTO 6 – (AF)

FOTO 7 - BR

FOTO 8 – (CM)

FOTO 9 – (BR)